

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO E GESTÃO
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade

DESENVOLVIMENTO E CULTURA: IMPLICAÇÕES DAS POLÍTICAS
CULTURAIS PÚBLICAS NA DIMENSÃO SOCIOPRODUTIVA DA
MICRORREGIÃO DE ITAJUBÁ (MG)

Natacia Lamoglia de Souza

Itajubá/MG

2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO E GESTÃO
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade

Natacia Lamoglia de Souza

DESENVOLVIMENTO E CULTURA: IMPLICAÇÕES DAS POLÍTICAS
CULTURAIS PÚBLICAS NA DIMENSÃO SOCIOPRODUTIVA DA
MICRORREGIÃO DE ITAJUBÁ (MG)

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade da Universidade Federal de Itajubá como requisito para obtenção do título de mestre.

Área de concentração: Desenvolvimento e Sociedade.

Orientador: Carlos Alberto Máximo Pimenta

Itajubá/MG

2018

Natacia Lamoglia de Souza

DESENVOLVIMENTO E CULTURA: IMPLICAÇÕES DAS POLÍTICAS
CULTURAIS PÚBLICAS NA DIMENSÃO SOCIOPRODUTIVA DA
MICRORREGIÃO DE ITAJUBÁ (MG)

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade da Universidade Federal de Itajubá como requisito para obtenção do título de mestre.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Carlos Alberto Máximo Pimenta
(UNIFEI)

Prof. Dr. Adilson da Silva Mello (UNIFEI)

Prof. Dr. André Luiz da Silva (UNITAU)

Prof. Dr. Régis de Toledo Souza (UNITAU)

Itajubá/MG

2018

AGRADECIMENTOS

Ao final dessa importante etapa, agradeço a todos que sempre me apoiaram. Em especial aos meus pais, Fernando e Ana Maria, e irmãs Natálie e Nicoli por me acompanharem e acreditarem que essa conquista seria possível.

Não poderia esquecer de todos os familiares e amigos que, de alguma forma, me incentivaram na constante busca pelo conhecimento. Ao meu namorado, Claudio, agradeço pelo carinho e por sempre estar ao meu lado me incentivando. O apoio, dedicação e paciência de vocês são partes integrantes dessa conquista.

No mestrado conheci pessoas que foram fundamentais, e que sempre levarei em minhas boas lembranças. Ao meu orientador Prof. Dr. Carlos Alberto Máximo Pimenta, agradeço pela paciência, encorajamentos, trocas e disponibilidade de sempre. Aos colegas do NEID (Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Desenvolvimento), Silas, Sabrina, Peixoto, Maria Eloiza e Julia, agradeço pelo compartilhamento de conhecimentos e experiências, que de alguma forma, contribuíram para a realização dessa pesquisa.

Às minhas amigas, Stephannie, Pamela, Bruna e Raquel, agradeço pelo companheirismo, conselhos nos momentos de incertezas e aprendizado. Vocês permitiram que todo esse processo se tornasse mais leve.

Obrigada aos colegas e professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade (DTecS) que, mesmo não estando citados aqui, tanto contribuíram para a conclusão desta etapa.

Agradeço ainda à UNIFEI, instituição que ficará marcada em minha memória, bem como à CAPES e FAPEMIG, que financiaram a minha pesquisa e tem contribuído para as pesquisas do NEID.

RESUMO

Essa pesquisa discute políticas culturais demarcadas na microrregião de Itajubá, sul de Minas Gerais. A proposta tem como ênfase políticas culturais públicas, que surgem de uma demanda do Plano Nacional de Cultura (PNC) e são orientadas, especificamente, para práticas artesanais ao incentivar a estruturação e regulação da economia da cultura, os quais estimulem a construção de modelos sustentáveis, a economia solidária e a formalização de cadeias produtivas. Justificou-se pela possibilidade de estudar sobre novas configurações no campo do trabalho, que se estabelecem fora da ideia de competição, bem como mecanismos normatizadores que valorizem e fomentem práticas artesanais. Objetivou-se apreender as implicações das políticas, ações e práticas culturais na dimensão socioprodutiva dos municípios da microrregião de Itajubá (MG) que aderiram ao Sistema Nacional de Cultura, levando em consideração práticas artesanais e processos de geração de renda. A metodologia dividiu-se em duas etapas. A primeira utilizou de dados secundários de fontes como IBGE e documentos públicos das prefeituras das cidades que assinaram o Acordo de Cooperação Federativa para Desenvolvimento do Sistema Nacional de Cultura, como Planos Municipais de Cultura (PMC), editais e leis ordinárias, com a intenção de categorizar o universo de informações preexistentes sobre o tema nos órgãos públicos. A segunda fase, destinou-se a orientar entrevistas com os artesãos e agentes públicos, bem como elaboração de diários de campo. Colocou-se em questão se as políticas, ações e práticas de cultura dos municípios da microrregião de Itajubá (MG), que surgem na tentativa de traduzir uma demanda de abrangência nacional (PNC) para os municípios, implicam sobre o desenvolvimento local pela perspectiva socioprodutiva. Como resultados, verificou-se que os municípios estudados negligenciam a pasta de cultura, tanto no que se refere à estruturação dos órgãos ligados à pasta e na elaboração de um plano gestor, como na implementação de políticas que deveriam fomentar o trabalho artesão local. No que se refere à Itajubá (MG), município que apresentou maiores avanços quanto as exigências do PNC, como estrutura e documento norteador elaborado, percebe-se, assim como nos demais municípios da região, uma priorização para questões como a patrimonialização e elaboração de um calendário festivo. Quanto às práticas artesanais, as falas dos representantes públicos direcionam a intenções que não se concretizam e pouca compreensão sobre economia da cultura. No que tange o artesanato, o mesmo serve para complementação de renda ou para sociabilidades dos artesãos. Percebe-se ainda dificuldades nos quesitos gestão e politização das associações de artesanato.

Palavras-chave: Políticas públicas culturais, Plano Nacional de Cultura, Plano Municipal de Cultura, práticas artesanais, dimensão socioprodutiva, desenvolvimento da Microrregião de Itajubá.

ABSTRACT

This research discusses the cultural politics demarcated in the micro-region of Itajubá, south of Minas Gerais. The proposal emphasizes public cultural politics, which arise from a demand of the National Plan of Culture (PNC) and are specifically oriented to artisan practices by encouraging the structuring and regulation of the culture economy, which stimulate the construction of sustainable models, solidarity economy and the formalization of productive chains. It was justified by the possibility to study new configurations in the field of labor, which are established outside the idea of competition, as well as normatizing mechanisms that value and promote artisan practices. The objective was to understand the implications of cultural politics, actions and practices in the socio-productive dimension of the municipalities of the micro-region of Itajubá (MG) that adhered to the National System of Culture, taking into account artisan practices and income generation processes. The methodology was divided into two stages. The first used secondary data from sources such as IBGE and public documents of city halls of the cities that signed the Federal Cooperation Agreement for the Development of the National Cultural System, such as the Municipal Plans of Culture (PMC), edicts and ordinary laws, with the intention of categorizing the universe of information pre-existing on the subject in public agencies. The second phase was aimed at guiding interviews with artisans and public agents, as well as the preparation of field diaries. It was questioned whether the politics, actions and the municipalities's cultural practices of the micro-region of Itajubá (MG), that arise in the attempt to translate a demand of national scope (PNC) to the municipalities, imply on the local development by the socioproductive perspective. As a result, it was verified that the municipalities studied neglected the pulp culture, both as regards the structuring of the organs linked to pulp and the elaboration of a management plan, as well as in the implementation of politics that should foster local artisan work. With regard to Itajubá (MG), a municipality that presented the greatest advances regarding the requirements of the PNC, as a guiding document and structure, it is perceived, as in other municipalities in the region, a prioritization for issues such as patrimonialization and elaboration of a festive calendar. As for the artisan practices, the statements of the public representatives point to intentions that do not materialize and little understanding about the culture economy. As far as craftsmanship is concerned, it also serves to complement income or for the sociability of artisans. There are also difficulties in the management and politicizing aspects of craft associations.

Keywords: Cultural public politics, National Cultural Plan (PNC), Municipal Cultural Plan (PMC), artisan practices, socio-productive dimension, development of the micro-region of Itajubá (MG).

LISTA DE GRÁFICOS, FIGURAS E TABELAS

Gráfico 1 - Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, na semana de referência dos trimestres junho – julho e agosto - Brasil - (em %) -2012/2017.....	14
Figura 1 - Organograma da coleta de dados	31
Figura 2 - Mapa da microrregião de Itajubá (MG).....	39
Figura 3 - Barracas da Associação Artes da Terra	84
Figura 4 - Praça Presidente Getúlio Vargas.....	86
Figura 5 - Praça Presidente Getúlio Vargas.....	86
Figura 6 - Praça Presidente Getúlio Vargas.....	87
Figura 7 - Praça Presidente Getúlio Vargas.....	87
Figura 8 - Feira da Associação Artes da Terra	89
Figura 9 - Feira da Associação Artes da Terra	90
Figura 10 - Feira da Associação Artes da Terra	90
Figura 11 - Feira da Associação de Artesãos de Itajubá.....	97
Figura 12 - Praça Wenceslau Braz	100
Figura 13 - Praça Wenceslau Braz	100
Figura 14 - Feira da Associação de Artesãos de Itajubá.....	101
Figura 15 - Feira da Associação de Artesãos de Itajubá.....	102
Figura 16 - Feira da Associação de Artesãos de Itajubá.....	102
Figura 17 - Localização das praças onde ocorrem as feiras das associações de artesanato ...	106
Figura 18 - Localização das praças onde ocorrem as feiras das associações de artesanato ...	106
Tabela 1 - Dados sobre a população, área territorial e densidade territorial da microrregião de Itajubá (MG) em 2010/2018	40
Tabela 2 - Dados sobre a população e trabalho na microrregião de Itajubá (MG) em 2010....	42

LISTA DE SIGLAS

ACIEI: Associação Comercial, Industrial e Empresarial de Itajubá.

APA: Associação Piranguçuense de Artesanato

CDL: Câmara de Dirigentes Lojistas

CNC: Conferência Nacional de Cultura

CNPC: Conselho Nacional de Política Cultural

FIRJAN: Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IEPHA: Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

INTECOOP: Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares

MinC: Ministério da Cultura

MUNIC: Suplemento de Cultura da Pesquisa de Informações Básicas Municipais

NEID: Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Desenvolvimento

PEC: Plano Estadual de Cultura

PMC: Plano Municipal de Cultura

PNC: Plano Nacional de Cultura

SEC: Secretaria da Economia Criativa

SNC: Sistema Nacional de Cultura

SNIIC: Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais

SEBRAI: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAR: Serviço Nacional de Aprendizado Rural

SENAI: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SUMÁRIO

Introdução.....	10
Apresentação do tema de pesquisa.....	12
Apresentação do objeto e problematização da pesquisa.....	19
Percurso metodológico: proposições iniciais.....	23
Questões de partida: um caminho em construção.....	23
Proposições sobre as escolhas teóricas: desenvolvimento, cultura, políticas públicas e práticas artesãs.....	26
Coleta e análise de dados.....	29
Capítulo 1 – Proposições iniciais sobre a delimitação da pesquisa.....	37
1.1 Microrregião de Itajubá: exercício de caracterização.....	37
1.2 Políticas culturais: percurso inicial.....	43
1.3 Economia da cultura, modelos sustentáveis, economia solidária e cadeias produtivas.....	48
1.3.1 Economia da cultura.....	49
1.3.2 Modelos sustentáveis.....	50
1.3.3 Economia solidária.....	55
1.3.4 Cadeias produtivas.....	56
Capítulo 2 - Contextualização dos planos de cultura: do nacional aos municípios da microrregião de Itajubá.....	57
2.1 Histórico do Plano Nacional de Cultura.....	57
2.2 O PNC e a dimensão simbólica, cidadã e econômica.....	60
2.3 O PNC e o incentivo a economia da cultura.....	61
2.4 Adesão ao Sistema Nacional de Cultura e caracterização do plano de cultura, políticas, ações e práticas dos municípios da microrregião de Itajubá (MG).....	64
2.4.1 A adesão ao SNC em Itajubá (MG).....	65
2.4.2 A adesão ao SNC em Delfim Moreira (MG).....	70
2.4.3 A adesão ao SNC em Piranguçu (MG).....	73
2.4.4 A adesão ao SNC em Maria da Fé (MG).....	75
2.4.5 A adesão ao SNC em Marmelópolis (MG).....	79
2.4.6 A adesão ao SNC em Cristina (MG).....	81
Capítulo 3 – Da perspectiva e prática artesã no município de Itajubá.....	83
3.1 Associação Artes da Terra.....	83

3.2 Associação de Artesãos de Itajubá	96
3.3 A feira como forma de ocupação do espaço público pelas associações.....	105
3.4 Confusão entre feira e associação	111
3.5 A relação das associações com o poder público e outras instituições.....	113
3.6 Os significados das práticas organizativas para os artesãos.....	120
3.7 Os artesãos e as estratégias mercadológicas	125
Considerações finais	128
Referências bibliográficas	134
APÊNDICE A – Formulário de pesquisa: coleta de dados do município estudado.....	141
APÊNDICE B – Formulário de pesquisa: caracterização da produção cultural	149

Introdução

Este trabalho está vinculado à linha de pesquisa Desenvolvimento e Sociedade, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade (PPG DTecS), da Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI) e compõe as discussões do Núcleo de Estudo Interdisciplinares em Desenvolvimento (NEID).

O NEID¹ foi constituído no ano de 2016 com a pretensão de discutir o desenvolvimento e suas interfaces, em especial no campo cultural. No início de 2018, o núcleo finalizou o projeto de pesquisa denominado (a) a) Indicativos de Desenvolvimento do Município de Itajubá, MG: Investimentos Públicos e Privados; e, atualmente, compreende o projeto guarda-chuva: (b) Observatório de Desenvolvimento e Cultura no Sul de Minas Gerais.

O primeiro deles (a) se propôs a fazer um levantamento dos indicativos de desenvolvimento do município de Itajubá, MG, com base em seis categorias pilares: educação; trabalho; saúde; habitação; transportes; e cultura. Categorias que são pontos de referências na produção científica e nos trabalhos em andamento de discentes e docentes do PPG DTecS.

O segundo (b) trata-se da constituição de um banco de informações sobre os modos de saber-fazer, traduzidos nas experiências culturais e nas dimensões práticas contidas nestas. Delimitada no Sul de Minas Gerais, a pesquisa é um desdobramento de um projeto de alcance nacional, proposto pelo Laboratório de Políticas Culturais e Ambientais no Brasil: Gestão e Inovação², o qual é desenvolvido pelo Programa Nacional de Pós-Doutorado, cuja sede é na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

A partir da discussão do Observatório de Desenvolvimento e Cultura no Sul de Minas Gerais, essa pesquisa se propôs a abordar políticas públicas culturais demarcadas em uma micro área do sul de Minas Gerais, a Microrregião de Itajubá (MG), tendo em vista novos formatos no campo do trabalho, que se estabelecem fora da ideia de competição. Ou seja, instrumentos normatizadores que compreendam práticas e experiências artesãs que retratam a espontaneidade, a cooperação, a solidariedade e saberes e fazeres compartilhados.

Dentro desse contexto, estudou-se políticas públicas culturais, bem como seus encadeamentos em ações e práticas culturais, executadas a partir da adesão dos municípios da

¹ Coordenado pelo professor Dr. Carlos Alberto Máximo Pimenta. Demais informações podem ser acessadas pelo site: <http://nucleoneid.wixsite.com/neid>

² Coordenado pelo professor Dr. José Rogério Lopes (PPG em Ciências Sociais – UNISINOS).

microrregião de Itajubá (MG) ao Sistema Nacional de Cultura (SNC)³, que surgiram de uma demanda do Plano Nacional de Cultura (PNC)⁴. Levou-se em consideração os seus desdobramentos na prescrição de práticas artesanais.

Apresentação do tema de pesquisa

A pesquisa constituiu-se sobre o tema desenvolvimento e cultura, as quais assumem o enfoque dos estudos e pesquisas do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Desenvolvimento (NEID) na busca pela compreensão da realidade daqueles que estão à margem do processo econômico e produtivo.

No que diz respeito a esse trabalho em específico, partiu-se da leitura das políticas públicas culturais executadas no âmbito dos municípios da microrregião de Itajubá (MG) que aderiram ao Sistema Nacional de Cultura (SNC) para trazer a discussão sobre práticas espontâneas e encorajadoras de superação de desigualdades pela perspectiva da cultura.

Pressupõe-se que a abordagem sobre desenvolvimento e cultura seja necessária para o entendimento das novas configurações do mundo contemporâneo, permitindo reflexões sobre questões no campo da cultura, contrapondo a visão restrita à economia ou à concepção hegemônica de desenvolvimento.

Evidentemente, variáveis econômicas não podem ser negligenciadas, pois são importantes tratando-se de questões como a obtenção de renda e sobrevivência. Não se desconsidera o viés econômico, mas o ponto de vista ortodoxo do mercado. Entende-se que há outras formas de se pensar o econômico, que considere o campo social e para isso evidencie e gere oportunidades para os indivíduos que não acessam os benefícios ou ficaram à margem da lógica do capital.

Esse movimento de trazer novas perspectivas sobre o termo desenvolvimento se dá pelo fato do pensamento enviesado no progresso econômico não ter conseguido atender às demandas sociais de nosso tempo, o que acarretou em crescentes desigualdades ainda observáveis, como a distribuição de renda, na qual um conjunto de pessoas é abastada e a maioria passa

³ Ferramenta que surgiu para articular a gestão cultural demandada pelo Plano Nacional de Cultura (PNC), instrumento político instituído no Brasil, no ano de 2010, por meio da lei nº 12.343.

⁴ Instrumento político instituído no Brasil no ano de 2010 por meio da lei nº 12.343. Orienta o Sistema Nacional de Cultura, Planos Estaduais de Cultura (PECs) e Planos Municipais de Cultura (PMCs)

necessidades e dificuldades de sobrevivência por não ter acesso a serviços básicos como educação, alimentação, saneamento, saúde, segurança e trabalho.

Neste sentido, Furtado (1974) ressalta que o processo de acumulação, característico do capitalismo, tende a criar um fosso entre países considerados de terceiro mundo e países mais desenvolvidos. A tendência de homogeneização e universalização dos padrões de consumo e produção dos centros e periferias passam a criar um distanciamento cada vez maior entre uma minoria privilegiada e a massa da população por não permitir uma visão clara da realidade social.

Frente a essas tensões e demandas que marcam o cenário global, a crise social vem se agravando. A título de exemplo encontra-se a conjuntura brasileira, a qual apresenta índices preocupantes de desemprego e subemprego, gerando, conseqüentemente, demandas para o Estado no que tange à proteção e ao bem-estar dos cidadãos.

Os últimos dados divulgados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua⁵, realizada pelo IBGE (2017) no trimestre de junho, julho e agosto de 2017, indicam 104,2 milhões de pessoas com quatorze anos ou mais na força de trabalho, representando uma taxa de 61,8% da população brasileira trabalhando ou à procura de emprego. Comparado com o mesmo período do ano de 2016, indicou-se 2,0 milhões de pessoas a mais compondo essa categoria. Expansão de 0,4% da taxa de participação na força de trabalho em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

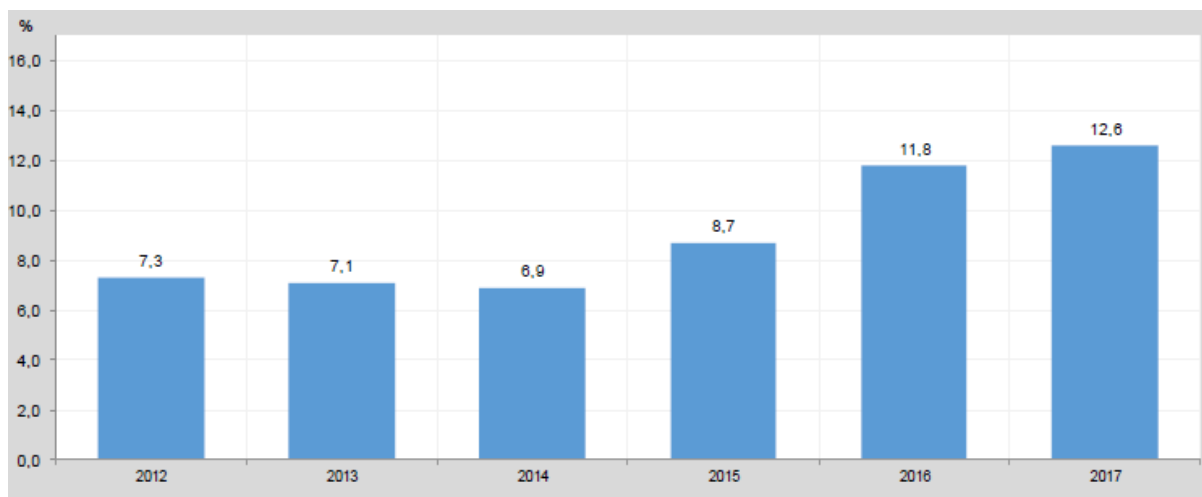
Nesse mesmo período e contingente estão incluídos 90,2 milhões de pessoas ocupadas (54% da população total), 13,1 milhões de pessoas à procura de emprego (taxa de desocupação de 12,6%), apresentando um aumento de 1,1 milhão de pessoas desocupadas em relação à força de trabalho do mesmo trimestre de 2016, o que implica em um aumento de 9,1% do número de pessoas à procura de trabalho.

Observa-se um aumento considerável no número de pessoas dispostas a trabalhar quando comparados junho, julho e agosto de 2017 com o mesmo período de 2016. Os números são preocupantes e demonstram que o mercado não consegue abarcar todos os 104,2 milhões de pessoas à procura de emprego, deixando 13,1 milhões de fora no campo do trabalho.

⁵ Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?edicao=17002&t=resultados> > Acesso em: 26 de outubro de 2017.

Outros dados divulgados pelo IBGE ainda colocam que o número de pessoas à procura de trabalho tem crescido nos últimos três anos, chegando perto de dobrar quando comparado o ano de 2017 a 2014, como pode ser observado no Gráfico 1, que representa a taxa de desocupação durante o trimestre de junho a agosto dos anos de 2012 a 2017.

Gráfico 1 - Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, na semana de referência dos trimestres junho – julho e agosto - Brasil - (em %) -2012/2017



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2017).

Sempre existiu um contingente não abarcado pelo mercado. Contudo, nos últimos anos esse número de pessoas tem se mostrado cada vez maior. Sendo assim, muitos têm que buscar alternativas, sejam elas na subocupação ou na informalidade.

De acordo com o IBGE (2017), os postos de trabalho gerados no trimestre de abril, maio e junho de 2017, em sua maioria, surgiram na informalidade⁶. O trimestre de junho a agosto não se mostra diferente quando se observa o número de pessoas com carteira assinada no setor privado, representado em 33,4 milhões. Ou seja, do total de 91,1 pessoas ocupadas, apenas 33,66% estão registradas.

São 10,8 milhões de pessoas trabalhando no setor privado sem carteira assinada e 22,8 milhões trabalhando por conta própria. Sem contar aqueles que estão na subocupação,

⁶ Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/16155-trabalho-informal-faz-desemprego-cair.html>> Acesso em 26 de outubro de 2017.

trabalhando com carga horária inferior a quarenta horas semanais e que se enquadram nos 13,1 milhões à procura de emprego.

Os dados sobre o campo do trabalho impactam em outras pastas públicas, como a saúde, educação e assistência social, que se tornam cada vez mais abarrotados diante de recessões econômicas. Além disso, o Estado enfrenta o desafio de encontrar soluções para todos os problemas e a incapacidade de atender tais demandas de maneira eficiente, bem como convive com contradições quanto ao alcance de sua intervenção.

Ao mesmo passo que as desigualdades e a exclusão social tornam-se evidentes, sendo a exclusão sociocultural é declarada com a universalização e padronização global. Conforme abordado por Matos (2005, p. 20), as desigualdades socioculturais passam a ser problematizadas juntamente com a desigualdade socioeconômica – o que não significa que ambas não existiam antes do capitalismo.

Pimenta (2014, p. 56), ao refletir sobre o desenvolvimento brasileiro, indica que há problemas socioculturais antigos que ainda não foram resolvidos, que continuam convivendo com os atuais e estão presentes nas projeções futuras. O atual panorama brasileiro ainda convive com problemas sociais dos séculos XIX e XX que persistem por se acreditar que serão gradativamente resolvidos pela própria sociedade e mercado, como é o caso da fome, do desemprego, da violência, dos sem-terra, e de preconceitos com o negro, com a mulher, entre outros tantos. Problemas estes que as instâncias política e econômica, caracterizados pelos ideais liberais e representados em sua maioria por grupos com interesses próprios, são incapazes de se mobilizar e envolver de forma comprometida com a sociedade como um todo.

Seguindo essas colocações, inicialmente, esclarece-se que o termo desenvolvimento é abordado aqui de maneira plural, como apontado por Pimenta (2014), no sentido de que deve tratar diversos temas transversais. Dessa forma, o termo abarca diferentes campos e entre eles está a pretensão dessa pesquisa: a cultura e suas relações com o campo do trabalho, dinâmicas socioprodutivas⁷ e políticas públicas.

Afirma-se a importância de relacionar desenvolvimento às dimensões sustentáveis⁸ pelo ponto de vista do social, político, cultural, econômico e territorial - intuito desse trabalho. Na

⁷ Nesse trabalho, as dinâmicas socioprodutivas referem-se às práticas artesanais, cuja produção e comercialização de artefatos envolve saberes-fazeres e experiências compartilhadas. O assunto foi abordado no capítulo um, ao trazer o conceito de economia da cultura, modelos sustentáveis, economia solidária e cadeias produtivas.

⁸ Baseia-se aqui nas dimensões sustentáveis abordadas por Sachs (2002) no livro Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável, composta pelos pilares políticos, sociais, econômicos, ambientais, ecológicas, culturais e territoriais.

contramão da visão restrita à econômica, envolver uma transversalidade de assuntos, como novas configurações no campo do trabalho e mecanismos capazes de fomentar a relação entre desenvolvimento e cultura, parece ser essencial para essa reflexão, que por essas razões assume um caráter interdisciplinar.

Amplia-se a emergência por ações e mecanismos capazes de transformar a realidade social. O fomento às políticas públicas passa a ser fundamental para minimizar tais desigualdades, bem como a população desfavorecida se mobiliza de maneira espontânea na intenção de colocar em prática ações de sobrevivência, como exemplo se tem o trabalho com artesanato.

A abordagem sobre políticas públicas culturais e seu desdobramento em práticas artesãs explicou-se pela possibilidade de promoção do desenvolvimento local. Nesse sentido, sobressaem investimentos e apostas por parte de agentes institucionais, poder público e Ministério da Cultura (MinC) no Brasil no que se refere à economia da cultura.

Ressalta-se que a esfera socioprodutiva é apontada sempre como aquela que conjectura alternativas concretas de sobrevivência para os indivíduos que estão na subalternidade. Pessoas que não são absorvidas no mercado de trabalho formal e encontraram diferentes estratégias de geração de renda e sobrevivência fora da ordem de formatos organizativos e produtivos tradicionais, possibilitando a minimização das desigualdades socioeconômicas.

Nesse momento, a cultura e as suas diversas formas de expressão surgem como oportunidade de obtenção de renda. Dados divulgados pela FIRJAN (2016) no Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil⁹, mesmo que compreendam o período entre 2013 e 2015, demonstram a participação da cultura na economia do país – sendo a cultura um dos 13 segmentos da economia criativa¹⁰.

O relatório divide a cultura em quatro seções, são elas: expressões culturais, patrimônio e artes, música e artes cênicas. Aponta-se o segmento expressões culturais, o qual compreende

⁹ Disponível em: <<http://www.firjan.com.br/EconomiaCriativa/pages/default.aspx>> Acesso em: 24 de outubro de 2017.

¹⁰ Segundo Serra e Fernandez (2014, p.361), a economia criativa integra a economia do conhecimento, ou seja, engloba atividades, produtos e serviços que incorporam como seu principal insumo: o conhecimento, o talento, a criatividade e as habilidades individuais. Disponível em: https://ac.els-cdn.com/S1809203916302091/1-s2.0-S1809203916302091-main.pdf?_tid=6581748f-ca41-4449-a46e-28bca4b0cbc9&acdnat=1537740044_40a6d52819410adbea30b59a9bff4b83. Acesso em: 10 de setembro de 2018.

o artesanato, folclore e a gastronomia, como aquele que representava 22.491 empregos formais em 2013 e 26.815 em 2015¹¹.

O segmento apresentou um aumento de 19,2% no número de postos de trabalho quando comparado o ano de 2015 ao de 2013. Apesar de possuir menor número de trabalhadores formais dentro da indústria criativa, as expressões culturais destacaram-se como as que mais apresentaram contribuições para o aumento de empregos formais entre 2013 e 2015 quando comparado com outros segmentos criativos (FIRJAN, 2016).

No que se refere ao número de trabalhadores na informalidade, mais especificamente artesãos – que compreendem o interesse desse trabalho-, um estudo realizado pela comunidade Clube do Artesão¹², durante os meses de maio e junho de 2017, apontou que 17,7% dos 3.649 artesãos entrevistados estão formalizados como microempreendedores individuais, 45,8% não tem interesse em se registrar e 21,5% não deixam a informalidade por motivos como a falta de incentivos do governo e a dificuldade em manter uma empresa financeiramente.

O levantamento revela que 56% dos entrevistados encontraram nesse tipo de trabalho uma forma de complementar a renda da família e 31% conseguem sustentar entre duas e quatro pessoas com ganhos relacionados à atividade. Mais da metade deles, representado por 70% dos artesãos, vendem seu trabalho para pessoas próximas, como amigos e familiares, e 8% possuem lojas onde vendem seu artesanato.

Os dados, mesmo compreendendo uma pequena amostra, mostram que a maior parte dos artesãos entrevistados estão na informalidade, sem garantias mínimas, como carteira de trabalho, recolhimento previdenciário, férias, encargos e benefícios trabalhistas. Contudo, esse fato ultrapassa a questão da precarização e indica outra perspectiva, a conquista da autonomia e protagonismo profissional e econômico, visto que é evidenciado como complementação de renda para alguns e, para outros, como obtenção de renda, ou seja, como fonte de sustento.

A cultura oferece aos indivíduos possibilidades que a lógica do mercado não conseguiu abranger, principalmente quando relacionada à espontaneidade no campo do trabalho, a geração de renda popular, ao compartilhamento de saberes-fazeres e a troca de experiências. Por isso, precisa ser valorizada e reconhecida como aquela que é capaz de gerar sentidos, ressignificações

¹¹ O mapeamento não aponta o número de trabalhadores informais.

¹² O Clube do Artesão é uma comunidade online de artistas e artesãos brasileiros. A pesquisa pode ser acessada pelo link: <<http://clubedeartesanato.com.br/noticias/pesquisa-inedita-revela-que-o-artesanato-complementa-a-renda-mas-ainda-e-informal-para-a-m>> Acesso em: 19 de outubro de 2017.

e releituras sobre as dinâmicas sociais e produtivas presentes nas transformações do mundo atual.

Considerando o interesse em práticas artesanais constituídas fora da lógica de competição, coube a este trabalho não somente abarcar o viés normativo, mas compreender também o trabalho artesão presente na microrregião e seus desdobramentos para, então, gerar conhecimentos que valorizem o local da perspectiva socioprodutiva e de suas articulações com outras dimensões, como a sociocultural e coletivas ao trazer abordagens sobre saberes-fazeres e experiências compartilhadas para a discussão.

Entende-se que para estudar políticas culturais, é importante conhecer os elementos que compõem a realidade daqueles que trabalham com o artesanato e, a partir dele, conseguiram encontrar alternativas para participar das dinâmicas sociais e produtivas. Da mesma forma, o trabalho artesão necessita de mecanismos normativos capazes de potencializar as práticas vinculadas a processos de geração de renda.

Por esses motivos, em um primeiro momento, o trabalho buscou conhecer os elementos presentes nos documentos públicos e nas falas dos representantes públicos ligados a cultura em seis municípios da microrregião de Itajubá que aderiram ao SNC e se comprometeram a criar uma estrutura para dar suporte ao fomento de políticas culturais públicas – inclusive aquelas direcionadas a economia da cultura-, bem como assumiram a responsabilidade de elaborar um plano para dar suporte a tais políticas. E em um segundo momento concedeu voz aos artesãos do município de Itajubá¹³, principais interessados no fomento às práticas de apoio e incentivo à economia da cultura, para então, conhecer a realidade das dinâmicas socioprodutivas das quais fazem parte.

A escolha do tema estudado, por meio da abordagem interdisciplinar, permitiu uma visão de maior amplitude, bem como reflexões sobre as novas dinâmicas presentes na vida cotidiana, com potencial de compreensão dos códigos sociais que estão sendo constantemente reinventados e transformados.

Desse ponto de partida, as dimensões sustentáveis ganharam destaque na análise sobre o desenvolvimento. Incorporar a dimensão da cultura ao tema possibilitará o fortalecimento do debate, visto sua articulação com a dimensão local, socioeconômica e política. Relação que se

¹³ Nessa segunda etapa optou-se por delimitar a pesquisa no município de Itajubá (MG), devido ao fato do município ter apresentado uma estrutura de órgãos, conforme exigências do PNC; possuir um Plano Municipal de Cultura (PMC) elaborado; e possuir duas associações de artesanato.

explica pelo fato de ser um campo aberto para a valorização da diversidade, das experiências humanas e dos saberes-fazer; por gerar um conjunto de significados relacionados ao campo do trabalho - formal ou informal-, e por estar relacionada à participação nas dinâmicas sociais e produtivas – pontos que podem ser fortalecidos, principalmente, quando incentivados por mecanismos efetivos.

Apresentação do objeto e problematização da pesquisa

Sobressaiu-se como objeto desse estudo as políticas públicas culturais fomentadas na microrregião de Itajubá (MG), que surgiram de uma demanda do Plano Nacional de Cultura (PNC) e são orientadas, especificamente, para práticas artesanais ao incentivar a estruturação e regulação da economia da cultura, as quais estimulem a construção de modelos sustentáveis, a economia solidária e a formalização de cadeias produtivas. Ou seja, políticas públicas, ações e práticas culturais que implicam ou intencionam sobre a dimensão socioprodutiva do trabalho artesão na microrregião de Itajubá (MG).

O interesse estava em compreender políticas públicas culturais, bem como seus encadeamentos em ações e práticas, no tocante ao fomento a economia da cultura, modelos sustentáveis, economia solidária e formalização das cadeias produtivas. Normativas e desdobramentos presentes nas intencionalidades do PNC e que devem ser implementadas pelos municípios que assinaram o Acordo de Cooperação Federativa para Desenvolvimento do Sistema Nacional de Cultura.

A proposta englobou, em um primeiro momento, as políticas públicas, ações e práticas culturais demarcadas na microrregião de Itajubá (MG) e orientadas pelo Plano Nacional de Cultura (PNC), instrumento instituído no Brasil no ano de 2010 por meio da lei nº 12.343, os quais direcionam o Sistema Nacional de Cultura (SNC), Planos Estaduais de Cultura (PECs) e Planos Municipais de Cultura (PMCs), bem como suas prescrições.

O documento de âmbito nacional (PNC) surgiu de uma demanda global em assegurar direitos e diversidades culturais a todos os povos, passando a ser reconhecido pelo governo brasileiro, como evidenciado no artigo 215 da Constituição Federal, a qual atribui ao Estado responsabilidades como aquele que “[...] garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.” (BRASIL, 1988).

Anos mais tarde, precisamente em 2005, por meio da emenda n° 48 foi incluída uma cláusula nesse mesmo artigo, estabelecendo o PNC. Em 2010, cinco anos depois, o documento foi instituído pela esfera federal, seguido pelo estabelecimento de suas metas.

O PNC surgiu não somente pela crescente preocupação em enfatizar a diversidade cultural, mas também por uma demanda global pela patrimonialização cultural, que envolve tanto a preservação quanto atribui à cultura um caráter de geração de bens materiais e imateriais, ou seja, uma economia da cultura¹⁴. Inclusive, incentiva as grandes indústrias culturais e a produção artística com lucro.

Esta nova formatação passa a ser central nas políticas culturais estimuladas pelo Estado e difundidas pelos poderes públicos municipais e estaduais, assim como englobam diversos agenciamentos institucionais e organizações sociais. Ações que estão intimamente relacionadas à divisão do trabalho cultural e a lógica do capitalismo contemporâneo.

Dentro desse quadro, a pesquisa justificou-se, uma vez que, entre algumas pretensões do documento de abrangência nacional está:

ESTRUTURAR E REGULAR A ECONOMIA DA CULTURA, construindo modelos sustentáveis, estimulando a economia solidária e formalizando as cadeias produtivas, ampliando o mercado de trabalho, o emprego e a geração de renda, promovendo o equilíbrio regional [...] (BRASIL, 2010, p.9).

Diante dessa nova forma de atribuição da cultura, conjecturou-se pensar no desenvolvimento da economia da cultura, tendo em vista dinâmicas socioprodutivas que estabelecem fora da ideia de competição. Fatores que permitem a esse trabalho mostrar outras perspectivas quando se traz de forma reunida conceitos como economia, cultura, modelos sustentáveis, solidariedade e arranjos produtivos locais, para tratar, exclusivamente, de novos formatos no campo do trabalho.

Os termos surgiram no PNC com a finalidade de abarcar o trabalho cultural nas políticas públicas. Nesse momento, práticas artesanais aparecem como um segmento do trabalho cultural e como uma oportunidade de participação nas dinâmicas sociais e produtivas para pessoas que não foram absorvidas pelo mercado de trabalho formal. Constituem, portanto, alternativas de geração de renda e sobrevivência fora da ordem de formatos organizativos e produtivos tradicionais, possibilitando a minimização das desigualdades socioeconômicas.

¹⁴ A definição de economia da cultura foi detalhada no capítulo um, bem como o Plano Nacional de Cultura (PNC) e seus desdobramentos na economia da cultura é apresentado no capítulo dois.

Preocupa-se em estudar as políticas públicas, ações e práticas já implementadas pelos poderes municipais da microrregião de Itajubá (MG), dentro da proposta PNC e que tenham como enfoque a prescrição de práticas artesanais, voltadas para a produção e comercialização de bens culturais, cuja finalidade é a geração de renda – segundo momento proposto.

A temática também se justificou pela necessidade de estudos que demonstrem como esse mecanismo implica ou não sobre as novas configurações no mundo do trabalho, especialmente as relacionadas às práticas artesanais que advém de dinâmicas espontâneas e se distanciam da ordem tradicionalmente imposta pelo mercado.

Nesse momento, a microrregião de Itajubá (MG)¹⁵ surgiu como local de interesse dos estudos do NEID, e, igualmente dessa pesquisa, por ser composta por municípios nos quais há uma tentativa de manter e transmitir saberes-fazer característicos. Fator que pode ser observado nas intenções que envolvem a criação de uma identidade para esses municípios, e, assim, promover o turismo local. Alguns exemplos são: o município de Itajubá que tenta associar a identidade da cidade ao pastel de milho; Delfim Moreira e Marmelópolis que procuram se estabelecer como lugares conhecidos pelo período da produção de marmelo, que ocorreu durante o século XIX; e Maria da Fé, considerada um dos municípios mais frios do sul de Minas Gerais e, atualmente, é conhecida pela produção de azeite.

Outra condição que motivou a escolha da microrregião de Itajubá (MG) como delimitação geográfica é explicado por não haver pesquisas publicadas e relacionadas a políticas, ações e práticas culturais implementadas no contexto do PNC e delimitadas no espaço geográfico em questão. Há apenas uma pesquisa que se aproxima da discussão aqui proposta por englobar o processo de implementação e estruturação do SNC, contudo, a mesma não contempla o processo de pós implementação¹⁶.

Destaca-se que o objetivo desse trabalho foi apreender as implicações das políticas, ações e práticas culturais na dimensão socioprodutiva dos municípios da microrregião de Itajubá (MG) que aderiram ao Sistema Nacional de Cultura, levando em consideração práticas artesanais e processos de geração de renda. Os objetivos específicos buscaram: a) Identificar “se” e “como” os planos diretores, leis orgânicas, projetos, programas e ações de cultura, executadas

¹⁵ A microrregião é apresentada de forma detalhada no primeiro capítulo.

¹⁶ Dissertação de Mestrado Profissional de BORGES, C. M (2016), intitulada de: Análise do Processo de Criação e Estruturação do Sistema Municipal de Cultura e a sua Influência na Economia Criativa: Um Estudo De Caso no Município de Itajubá - MG. UNIFEI. Disponível em: <https://repositorio.unifei.edu.br/xmlui/handle/123456789/538>. Acesso em: 13 de maio de 2017.

a partir da adesão dos municípios da microrregião de Itajubá (MG) ao Sistema Nacional de Cultura, abordam a dimensão socioprodutiva local no que se refere à estruturação e regulação da economia da cultura; b) Compreender, sob a ótica dos artesãos, se as políticas e ações culturais demarcadas na microrregião de Itajubá (MG) configuram-se ou não como instrumentos potencializadores de significados relacionados à dimensão socioprodutiva da localidade.

Partiu-se do entendimento que as propostas do PNC, tanto quanto das políticas, ações e práticas desenvolvidas a partir do mesmo, devem fomentar as reais demandas de artesãos de maneira que contribua para o fortalecimento das dinâmicas socioprodutivos locais.

A partir desse momento, visto brevemente as pretensões do PNC no que se refere ao desenvolvimento de uma economia da cultura, fez sentido buscar entender se as políticas públicas, ações e práticas direcionadas ao setor cultural na microrregião de Itajubá (MG), que surgem no contexto do Plano Nacional de Cultura (PNC), compreendem as dinâmicas socioprodutivas locais.

Propôs-se, então, a seguinte pergunta-problema: As políticas, ações e práticas de cultura dos municípios da microrregião de Itajubá (MG), que surgem na tentativa de traduzir uma demanda de abrangência nacional (PNC) para os municípios, implicam sobre o desenvolvimento local pela perspectiva socioprodutiva?

O problema fundamental desmembrou-se em dois aspectos de interesse desse estudo, (a) o viés normativo, presente nas políticas públicas e seus desdobramentos em ações e práticas de âmbito municipal, e (b) o ponto de vista das práticas artesãs, que representam a dimensão socioprodutiva.

Dessa apreensão foi possível deparar as políticas, ações e práticas culturais com a realidade do trabalho artesão e, finalmente, apontar se as iniciativas de ordem municipal conseguem traduzir não somente uma normativa de nível nacional (PNC), mas também a realidade artesã local de forma que fomente o desenvolvimento da microrregião de Itajubá (MG) - pela perspectiva socioprodutiva e suas implicações em outros campos que decorrem das questões abordadas nessa pesquisa, como o campo do trabalho, o coletivo, o sociocultural e o socioeconômico.

Percurso metodológico: proposições iniciais

O trabalho foi orientado pelo percurso metodológico em construção pelo NEID, cujos pressupostos que compõem a dimensão da ideologia, epistemologia, coleta e análise de dados foram construídos teoricamente, dentro da discussão sobre desenvolvimento e cultura. A elaboração do mesmo foi realizada em conjunto com os integrantes do grupo, bem como faz parte do projeto “Observatório de Desenvolvimento e Cultura no Sul de Minas Gerais”.

Questões de partida: um caminho em construção

Os princípios que fundamentaram essa pesquisa assumiram o enfoque dos estudos do NEID na busca pela compreensão da realidade daqueles que participam do processo econômico e produtivo.

Intenciona-se nos trabalhos do núcleo desencadear investigações que contribuam com o desenvolvimento da microrregião de Itajubá (MG) e, em especial, subsidiar novas práticas interventivas encorajadoras de superação de desigualdades pela perspectiva da cultura.

No que diz respeito a essa pesquisa em específico, coube abordar essas práticas tanto pelo ponto de vista de iniciativas que partem da própria população, como pelo viés normativo e/ou de ações do poder público em forma de incentivo. Partiu-se da leitura das políticas públicas culturais executadas no âmbito dos municípios da microrregião de Itajubá (MG) que assinaram Acordo de Cooperação Federativa para Desenvolvimento do Sistema Nacional de Cultura (SNC) para, então, trazer a discussão sobre a dimensão socioprodutiva pela perspectiva da cultura.

Entendeu-se que esse estudo, assim como todos aqueles que compõem o núcleo, deveria ser realizado de maneira que concedesse voz a essas pessoas e, portanto, tornasse claro e evidente as demandas desses - sempre com a pretensão de intermediar o diálogo entre sociedade e representantes públicos, e de trazer contribuições às polícias públicas, ações e práticas no campo da cultura.

No que tange à construção teórica, propôs-se fazer uma abordagem interdisciplinar, permitindo olhares dentro de diversos campos, como Administração Pública, História, Sociologia, Ciências Políticas e Economia. A partir deste momento foi possível confrontar diferentes visões de mundo para então fazer uma conjunção de vários olhares.

Destaca-se ainda que, antes de ir a campo, buscou-se conhecer trabalhos com abordagens que tratam do mesmo assunto aqui proposto e, para isso, foi realizado um

levantamento de pesquisas pertinentes, as quais tinham como orientação a palavra-chave “políticas públicas culturais”. Os artigos, dissertações e livros obtidos por meio da consulta, são de diversas áreas do conhecimento, como Administração Pública, História, Sociologia, Ciências Políticas e Economia. As leituras estão dispostas no capítulo seguinte, no campo nomeado “Políticas Culturais: percurso inicial” e algumas estão dispostas de forma argumentativa no decorrer deste documento.

Acreditou-se que por meio da conjunção dessas áreas do conhecimento seria possível o aprofundamento da temática proposta, buscando o rompimento com o campo disciplinar ao adentrar em um espaço comum. Circunstância capaz de superar a visão restrita da disciplina, formando conexões que permitam novas reflexões e diálogos com diferentes conhecimentos para que surjam novas possibilidades ao tentar compreender o objeto em estudo.

Desse ponto, Barros (2008) coloca a perspectiva holística como aquela que permite explorar o todo e as partes deste todo na busca pela compreensão dos fenômenos. Considera-se, portanto, que há articulações entre diferentes conteúdos que propiciam reflexões que a disciplinaridade não permite.

A realidade que antes se apresentava à primeira vista e era analisada por um viés generalista e linear, compreendendo o mundo de maneira restrita e banalizada, passa a ser explorada e compreendida por meio das conexões e diálogos realizados entre diferentes conteúdos.

A ciência tem a função de romper com o olhar distraído, e deste ponto, Bourdieu (1997, p. 694) coloca que a interrogação científica é uma forma de excluir a imposição de saberes que pode afetar a resposta e que leva a reflexividade, que é sinônimo de método.

Colocado que a intenção foi possibilitar a reflexão da realidade, ressalta-se que essas afirmativas são atribuídas apenas à reflexão do pesquisador ao permitir que os elementos estudados fossem compreendidos por meio de uma pluralidade de visões.

Isso não significa que as falas obtidas por meio de entrevistas foram consideradas superficiais. Pelo contrário, entende-se que elas estavam carregadas de noções e visões de mundo, repletas de senso comum, com base em experiências vivenciadas e este fato não pode ser desconsiderado.

De acordo com Certeau (1994), é esta linguagem produzida que constitui as estratégias e táticas do homem ordinário para sobreviver. Linguagens produzidas, manipuladas e dominadas pelos nativos, que fazem com que os mesmos se apropriem de um lugar comum. O popular, elemento central para entender o significado e ressignificados dos códigos culturais

presentes na vida do homem moderno, não pode ser camuflado. Entender que o pesquisador não deve desconsiderar o lugar de onde os sujeitos falam é importante para a compreensão do objeto em estudo.

Evidencia-se que os dados secundários são trazidos para contextualizar a microrregião de Itajubá (MG), seja geograficamente ou demograficamente. Isso permitiu trazer números que ajudassem a elucidar o campo do trabalho, seja formal ou informal, e o setor cultural.

A experiência e o senso comum são elementos significativos na constituição do mosaico de informações capturadas em campo, os quais se tem ênfase. Duas situações de partida são necessárias: (a) não se parte da concepção de que há neutralidade científica; (b) não se parte de hipóteses. Há escolha de autores para contribuir na fundamentação e eles compõem o trabalho por promover uma reflexão pertinente às intencionalidades levantadas.

Em contrapartida, espera-se que esse estudo gere conhecimentos que valorizem o local, em especial no que se refere à temática desenvolvimento, cultura e suas implicações com o campo do trabalho, geração de renda, estratégias de sobrevivência e práticas organizativas¹⁷ coletivas, bem como amplie a compreensão das novas configurações presentes no mundo do trabalho que se estabelecem fora da lógica do lucro e de forma distinta dos modelos tradicionais de organização estabelecidos pelo capital.

Espera-se ainda que contribua para com o poder público e artesãos da microrregião de Itajubá (MG) de maneira que a realidade dos artesãos, no que se refere à produção e comercialização de artefatos¹⁸, possa ser mais bem compreendida e, a partir desse momento, sejam apresentadas ao poder público e agentes culturais, e conseqüentemente evidenciadas nas discussões públicas e fomentadas pelas políticas públicas desses locais.

¹⁷ A discussão sobre práticas organizativas refere-se à interação e compartilhamento de ações entre indivíduos e grupos, tendo em vista as construções sociais, históricas, econômicas, culturais e políticas, conforme abordado por Viegas e Saraiva (2015, p.74-75). De acordo com os autores, o conceito ainda abrange os modos como as práticas de planejamento, organização, controle, representação, resistência, recuperação e ressignificação se configuram no âmbito da cidade – sendo que para isso utiliza de mecanismos e interação entre indivíduos.

¹⁸ Compreende-se “artefato” como resultado da constituição de símbolos construídos a partir das relações sociais, como abordado por Bourdieu (1997), composto por elementos humanos e não humanos capazes de agir uns sobre os outros, como propõe Latour (2012). Entretanto, mesmo que Latour (2012) considere a simetria, ressalta-se que este trabalho segue a linha de pensamento do autor apenas ao considerar que existe afetação entre o humano e não humano, mas não em mesmo grau.

Proposições sobre as escolhas teóricas: desenvolvimento, cultura, políticas públicas e práticas artesãs

Vislumbrou-se a tradução do PNC no âmbito dos municípios da microrregião de Itajubá (MG). Buscou-se trazer o campo normativo e a dimensão socioprodutiva como perspectivas complementares para a discussão sobre desenvolvimento e cultura.

Partiu-se de um conceito simplificador sobre o que vem a ser cultura. Entende-se a cultura como “um conjunto de regras, tradições e valores que servem como balizador do comportamento humano no interior de uma dada sociedade e/ou grupo social, em um dado momento histórico e em função das especificidades daqueles que a compartilham” (MEIRELLES e AYDOS, 2017, p.29).

A cultura está presente em diversos campos, como os saberes-fazeres, a linguagem, a literatura, a música, a dança, os costumes, as práticas religiosas, o artesanato, as artes, entre outras formas de expressão, assim como faz parte da reprodução da ordem. Conforme abordado por Pimenta e Mello (2013, p. 13), “[...] a cultura ganha relevância e passa a explicar a necessidade de estimular olhares de alteridades aos diferentes e às diferentes formas de inscrições culturais presentes na sociedade”.

Presente em diferentes formas de manifestação e acordos - mesmo quando não formalizados-, ela possui um contexto plural de interpretações por estar sempre em processo de ressignificação conforme o que é compartilhado por grupos de pessoas em dado momento. Desta perspectiva, apropria-se das ideias de Carvalho (2013) que apontam que a cultura se traduz em um conceito armadilha.

[...] a cultura é composta por padrões, regras, instituições. Por isso, é fábrica de ordem, reprodução do instituído. É também identificada à superestrutura, bifurcada em cultura científica e cultura das humanidades, cultura erudita e cultura popular. Na perspectiva do pensamento complexo, a cultura é um circuito que envolve ordem-desordem-interação-organização composto por códigos, padrões, modalidades de existência, saberes (CARVALHO, 2013, p. 49).

A cultura é composta por padrões e regras reproduzidos por meio da interação entre indivíduo e sociedade, representados pela institucionalização do cotidiano moderno. Por isso, não há um conceito fechado de cultura.

Um conceito delimitado sobre cultura ocultaria as diferenças e contradições, formando-se ideias instituídas. Essa lógica, discutida por Chauí (1997, p. 3), unifica pensamento, linguagem e realidade para obter a identificação de todos os atores sociais em uma só imagem.

Conseqüentemente, a universalização da imagem dos sujeitos não consegue traduzir a diversidade e singularidade, características da cultura de um lugar.

Chauí (1997, p.8) indica ainda que o conceito de “cultura de massa” transmite a ideia de que os sujeitos se manifestam da mesma forma e, portanto, não traduz a realidade. Por isso, interpretações e ressignificações sobre a cultura devem ser tão dinâmicas quanto as trocas simbólicas entre indivíduo e sociedade. No local, as questões culturais elas aparecem plurais, diversificadas e distantes da perspectiva de uma padronização global, o que merece ser identificado nas relações entre desenvolvimento e cultura tratadas nessa dissertação.

Essa colocação caminha com a concepção de Carvalho (2013, p.50), que considera a cultura “instrumento de cidadania democrática agenciada” por permitir que as diferentes formas de expressão formatadas pelas esferas da vida econômica, social e ideológica que permeiam entre os indivíduos. Portanto, a cultura está presente na narrativa da vida moderna, caracterizada por pressões locais, que compõe os costumes de uma sociedade, e pressões globais advindas da reprodução do capitalismo e que são capazes de alterar os códigos culturais com o tempo.

No âmbito dessas pressões, a cultura mostra-se possível de ser constantemente retraduzida, gerando diversas compreensões, as quais envolvem uma transversalidade de assuntos a respeito do homem e da sociedade, bem como suas dimensões de atuação e representação, como é o caso de grupos e instituições dos quais faz parte. Estas possibilidades de diferentes abordagens têm tornado o tema uma fonte inesgotável de estudos e definições na tentativa de compreender as interfaces entre cultura e sociedade, e cultura e desenvolvimento.

De outra perspectiva, a abordagem sobre desenvolvimento e cultura permite a integração com projetos direcionados a inclusão social, principalmente, por envolver a população de forma ativa na busca pelo desenvolvimento local. Para Carvalho e Nóbrega (2012, p. 129), a partir da década de 1980, quando foram atribuídas a cultura características como aprimoramento humano, coesão social, diminuição das desigualdades e progresso educacional, ela passou a ser reconhecida como fator indispensável ao desenvolvimento.

Desse ponto, o escopo teórico de orientação compreende a cultura como capaz de permitir abordagens de diversas perspectivas e possibilidades, principalmente quando é valorizada e incentivada por dispositivos que superam o campo normativo e se efetivem na promoção das atividades culturais.

Barros (2008) converge a esse trabalho ao afirmar que o conceito de desenvolvimento deve englobar temas como a cultura e a diversidade de suas expressões e quando pressupõe que esta equação permite: (a) o crescimento autossustentado; (b) harmonia no que tange lógicas do

símbolo e razão do mercado; e (c) articulação entre patrimônio natural e cultural, seja ele material ou imaterial.

Dentro desse quadro proposto pelo o autor citado, implica considerar a dimensão espaço e tempo como fundamental ao desenho de estratégias autênticas¹⁹, que representem as reais demandas e paradoxos daquela sociedade, garantindo a ocorrência de fenômenos transformadores, que evidenciem potencialidades e possibilidades para os indivíduos.

Por último, o aspecto da valorização do patrimônio natural e cultural, representado pelo que Barros (2008) chama de reconhecer a diversidade da cultura diversa, constitui-se como aquele que resulta das trocas multiculturais. Esta colocação traduz a condição, segundo o autor, essencial para o desenvolvimento humano. Além de estar intimamente relacionada à possibilidade de um desenvolvimento autossustentado e ao campo das trocas simbólicas.

Barros (2008) ainda contribui ao observar que o conceito de cultura não deve ser apresentado de maneira isolada e simplista. O termo possui articulações conceituais entre diversidade e desenvolvimento humano, além de envolver dimensões complementares como a coletividade, a educação, a política e a economia.

Destaca-se que a esfera socioeconômica, quando relacionada à cultura, pode possibilitar a superação da lógica do capital – sendo o econômico abordado pelo viés que supera o lucro e conjectura alternativas concretas de sobrevivência para os indivíduos que de alguma forma ficaram de fora da lógica do mercado e encontram-se na subalternidade.

Em sequência, o trabalho perpassou pela importância de desenvolver estratégias que garantam direitos aos cidadãos e afirme sua participação na construção de projetos democráticos. Apropriou-se de visões que mesmo de maneira distinta trazem a temática das políticas públicas ou até mesmo não as abordem diretamente, mas contribuem para a construção dessa reflexão ao tratarem de assuntos que convergem à proposta dessa abordagem.

Logo, a centralidade desse trabalho encontra-se em Pimenta (2016) para acrescentar sobre a importância de elementos normativos no campo da cultura, que sejam pautados na promoção da cidadania e em princípios democráticos, Weffort (1992) para falar de projetos democráticos - especialmente os de caráter participativo - e Sachs (2002) no que se refere à

¹⁹ Termo utilizado por Sachs (2002) para descrever que cada localidade deve desenvolver seus próprios paradigmas tendo em vista a realidade de sua própria sociedade e não reproduzir modelos estrangeiros que não a representam. Para o autor, a autenticidade estaria relacionada a um desenvolvimento capaz de envolver de forma justa os indivíduos.

prática de estratégias autênticas e capazes de gerar possibilidades para o desenvolvimento sustentável²⁰ do local.

Essa abordagem sobre a normatização e projetos democráticos participativos serve de base tanto para destacar a importância de mecanismos que ultrapassem a função regulamentadora, sendo capazes de fomentar e afirmar a diversidade cultural brasileira, bem como promover a cidadania de maneira que seja baseada em princípios democráticos. Sendo esse último item, aquele que se refere à população envolvida nas discussões sobre políticas públicas e chama a atenção para estudos sobre experiências de constituição e formalização de práticas artesanais baseadas em projetos democráticos participativos.

Dinâmicas essas que estão intimamente relacionadas às intencionalidades do PNC e podem ser observadas nas terminologias utilizadas nele, como “economia da cultura”, “economia solidária”, “modelos sustentáveis” e “cadeias produtivas”. Por isso, podem ser igualmente encontradas nas políticas públicas, ações e práticas culturais implementadas nos municípios que fizeram a adesão ao SNC.

Destaca-se que o enfoque em práticas artesanais, durante a realização das pesquisas de campo, não foi delimitado a nenhum desses conceitos apresentados no parágrafo acima, ou seja, a pesquisa de campo estava aberta para capturar o que os entrevistados indicassem no que se refere à dimensão socioprodutiva.

Dessa maneira, cada um dos termos citados foi estudado previamente para que no momento em que a pesquisa de campo tivesse sua finalização, não houvesse confusões e interpretações errôneas sobre a forma e princípios que essas práticas se apresentavam na microrregião Itajubá (MG) e como foram implicadas pelas normativas direcionadas a ela. Diante disso, o primeiro capítulo dessa dissertação foi destinado ao esclarecimento dessas diferentes compreensões sobre “economia da cultura”, “economia solidária”, “modelos sustentáveis” e “cadeias produtivas”.

Coleta e análise de dados

Para melhor apreender sobre o objeto de estudo, buscou-se (a) identificar “se” e “como” os planos diretores, leis orgânicas, projetos, programas e ações de cultura, executadas a partir da adesão dos municípios da microrregião de Itajubá (MG) ao Sistema Nacional de Cultura,

²⁰ Sustentável de forma que abranja a dimensão social, cultural, ambiental, ecológica, territorial, econômica e política (Sachs, 2002). O assunto é tratado no capítulo um.

abordam a dimensão socioprodutiva local no que se refere à estruturação e regulação da economia da cultura; (b) compreender, sob a ótica dos artesãos, se as políticas e ações culturais demarcadas na microrregião de Itajubá (MG) configuram-se ou não como instrumentos potencializadores de significados relacionados à dimensão socioprodutiva da localidade – indicados na Figura 1.

A partir dessas colocações foi possível questionar se as políticas, ações e práticas de cultura dos municípios da microrregião de Itajubá (MG), que surgem na tentativa de traduzir uma demanda de abrangência nacional (PNC) para os municípios, implicam sobre o desenvolvimento local pela perspectiva socioprodutiva.

Entendeu-se que para responder à pergunta fundamental, inicialmente, era necessário identificar se existem e/ou quais são as iniciativas de fomento às práticas artesãs por parte das prefeituras - representadas pelas secretarias, diretorias e conselhos de cultura. Nesse instante, coube questionar de que forma a dimensão socioprodutiva era abordada pelo ponto de vista normativo e dos representantes públicos municipais no que se refere à economia da cultura.

Em um segundo momento foi importante dar visibilidade aos artesãos como trabalhadores que vivenciam diariamente as particularidades das dinâmicas socioprodutivas na microrregião e identificar como a prática artesã se constituía na microrregião. Os artesãos são principais beneficiários de tais iniciativas no âmbito municipal, por isso coube entender como a prática artesã apresentava-se na microrregião de Itajubá (MG) no tocante a dimensão socioprodutiva.

Dessas apreensões, foi possível deparar as políticas, ações e práticas culturais com a realidade do trabalho artesão e, finalmente, apontar se as iniciativas de ordem municipal conseguem traduzir as intencionalidades do PNC e, principalmente, a realidade artesã local.

No que se refere ao primeiro objetivo específico (a), foram estabelecidas três orientações para a obtenção das informações. A primeira delas destinou-se a compreender as intencionalidades do PNC no que tange a dimensão socioprodutiva; a segunda a identificar, por meio de um formulário padrão, as políticas, ações e práticas direcionadas a dimensão socioprodutiva da microrregião de Itajubá (MG); e a terceira a compreender os elementos presentes nas políticas culturais da microrregião de Itajubá (MG), assim como nas ações e práticas que surgem na tentativa de estabelecer iniciativas no campo da cultura, no que se refere à dimensão socioprodutiva.

Objetivo geral:

Aprender as implicações das políticas, ações e práticas culturais na dimensão socioprodutiva dos municípios da microrregião de Itajubá (MG) que aderiram ao Sistema Nacional de Cultura, levando em consideração práticas artesanais e processos de geração de renda.

Objetivos específicos:

(a) Identificar “se” e “como” os planos diretores, leis orgânicas, projetos, programas e ações de cultura, executadas a partir da adesão dos municípios da microrregião de Itajubá (MG) ao Sistema Nacional de Cultura, abordam a dimensão socioprodutiva local no que se refere à estruturação e regulação da economia da cultura.

(b) Compreender, sob a ótica dos artesãos, se as políticas e ações culturais demarcadas no município de Itajubá (MG) configuram-se ou não como instrumentos potencializadores de significados relacionados à dimensão socioprodutiva da localidade.

Informações necessárias para a realização da pesquisa:

Identificar, por meio de um formulário, as políticas, ações e práticas direcionadas a dimensão socioprodutiva da microrregião

Identificar as intencionalidades do PNC no que tange a dimensão socioprodutiva

Identificar os elementos presentes nas políticas, ações e práticas culturais dos municípios da microrregião de Itajubá no que refere a dimensão socioprodutiva

Identificar, por meio de um formulário padrão, o maior número artesãos da microrregião

Conhecer os elementos que constituem a dimensão socioprodutiva de práticas artesanais presentes na microrregião de Itajubá

Fonte:

Site das prefeituras e representantes ligados a secretaria de cultura

O Plano Nacional de Cultura (PNC)

PMCs; políticas, ações e práticas culturais

Representantes das secretarias, diretorias, divisões e conselhos de cultura

Sites, poder público e artesãos

Artesãos, presidentes, vice-presidentes, e representantes de práticas organizativas

Associações e feiras artesanato

Instrumentos para a obtenção de dados:

Coleta de informações via internet, entrevistas dialogais com uso de gravador e caderno de campo

Documentos

Documentos

Entrevistas dialogais com utilização de gravador e anotações em um caderno de campo

Coleta de informações via internet, entrevistas dialogais com gravador e anotações em caderno de campo

Entrevistas dialogais com utilização de gravador e anotações em um caderno de campo

Caderno de campo

Figura 1 - Organograma da coleta de dados

Fonte: Elaborado pela autora.

Quanto ao segundo objetivo específico (b), optou-se por dividi-lo em duas orientações, sendo a primeira destinada a identificar, por meio de um formulário padrão²¹ as associações de artesanato da microrregião de Itajubá; e a segunda a compreender os elementos que constituem a dimensão socioprodutiva de práticas artesãs presentes em Itajubá (MG).

Ressalta-se que o formulário abrangeu a identificação e inventário das políticas, ações e práticas culturais direcionadas a dimensão socioprodutiva na microrregião de Itajubá (MG), e práticas organizativas de cunho artesanal. Especificações essas que foram coletadas por meio de consultas a sites, indicações obtidas por meio de conversas informais com os moradores das cidades e pelas próprias entrevistas que compõem os instrumentos desse trabalho.

O formulário foi composto também por informações sobre a história, identidade local, atividades de cunho cultural, manifestações populares, e patrimônio material e imaterial desses municípios, com a finalidade de compor as discussões travadas nessa dissertação. Dados estatísticos ainda integraram o formulário e, visto que o estudo segue o viés qualitativo, surgiram contribuindo para algumas problematizações e contextualizações a respeito da microrregião estudada, bem como indicaram questionamentos para as entrevistas. São eles: dados demográficos, geográficos e econômicos – incluindo dados sobre o trabalho no campo da cultura. Visto isso, estas ferramentas consideradas norteadoras na tomada de decisão da gestão pública atendem ao conjunto de dados da investigação.

Como forma de obtenção das informações que compõem o formulário final, foram utilizados dados secundários, obtidos a partir dos documentos de prefeituras dos municípios e relatórios divulgados pelo IBGE, FIRJAN, Sistema Nacional de Cultura (SNC) e Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC).

Concomitante a coleta de dados, para preenchimento do formulário executou-se leituras de documentos. São eles: o PNC, no intuito de elencar e compreender as intencionalidades do plano no que se refere à dimensão socioprodutiva; os planos de cultura dos municípios que adotaram o SNC, os quais surgiram na tentativa de traduzir os objetivos do PNC aos municípios, adequando-se a realidade local; leis orgânicas e diretrizes políticas estabelecidas nesses municípios da microrregião de Itajubá (MG) no campo da cultura, visto que elas poderiam contribuir para a caracterização das políticas, ações e práticas direcionadas a promoção e incentivo da dimensão socioprodutiva.

²¹ O formulário está disposto no apêndice.

Além disso, a coleta de dados foi composta por entrevistas dialogais com os atores sociais²², como representantes de prefeituras municipais no campo da cultura – e até mesmo da área de turismo, visto a proximidade do turismo com a cultura -, sejam eles secretários, diretores, assessores e/ou membros de conselhos, assim como artesãos integrantes de práticas organizativas.

A escolha em entrevistar os diversos atores sociais foi devido à pesquisa requerer um aprofundamento sobre as informações que os mesmos têm conhecimento. Com a etapa de campo buscou-se conhecer o ambiente e cotidiano dos atores sociais envolvidos para, então, compreender se o PNC se configura como instrumento potencializador de significados relacionados ao campo do trabalho e geração de renda, visto que:

[...] não há maneira mais real e mais realista de explorar a relação de comunicação na sua generalidade que a de se ater aos problemas inseparavelmente práticos e teóricos, o que decorre do caso particular de interação entre o pesquisador e aquele ou aquela que ele interroga. (BOURDIEU, 1997, p. 693)

No que se refere aos representantes públicos, foram realizadas entrevistas com pelo menos um responsável pela pasta de cultura de cada um dos seis municípios da microrregião - aconteceram entre quinze de julho e vinte e um de outubro de 2017. O acesso aos representantes se deu por meio de consultas aos sites das prefeituras, que indicaram os representantes políticos, e pré agendamentos.

Já em relação aos artesãos, os mesmos foram entrevistados pelo critério da acessibilidade, ou seja, a pesquisadora esteve presente nas feiras realizadas pelas Associação de Artesãos de Itajubá e Associação Artes da Terra – associações de artesanato do município de Itajubá (MG) - durante o período de seis de janeiro até dez de março de 2018, em que entrevistou aqueles que ali estavam presentes. Além disso, optou-se por não estabelecer um número de artesãos a serem entrevistados. As entrevistas cessaram quando os assuntos tratados foram se esgotando e se tornando repetitivas entre os artesãos.

Todas as entrevistas foram realizadas com o auxílio de um gravador para capturar as falas – posteriormente transcritas - e caderno de anotações para registro das percepções da pesquisadora. Como forma de condução das entrevistas, foi elaborado um roteiro com assuntos

²² O conceito de ator social é entendido da perspectiva de Touraine (2006), que estabelece a concepção de um sujeito que está engajado em luta social concretas de sobrevivências e resistência, composto por dinâmicas políticas, econômicas, culturais e simbólicas nos contextos vividos. A partir de então, quando se utiliza o termo ator social nessa pesquisa refere-se as perspectivas citadas.

centrais a serem abordados, cujo intuito era nortear a pesquisadora na condução da conversa e deixar os atores exporem livremente sobre os encaminhamentos no campo da cultura e dimensão socioprodutiva dos municípios da microrregião.

As entrevistas, tanto com o poder público, como com os artesãos, variaram em termos de duração. As mais rápidas tiveram a duração de quarenta minutos e as mais compridas chegaram a até duas horas. Tais variações na duração das entrevistas explica-se pela pesquisadora não ter estabelecido um limite para as conversas. O tempo das entrevistas variou conforme a quantidade de informações que os representantes públicos e artesãos expunham.

Além disso, outro fator que indica a diferença do tempo de duração das entrevistas é o de que à medida que surgiam dúvidas quanto às falas dos entrevistados ou até mesmo quando eram indicados novos assuntos pelos próprios entrevistados, a pesquisadora fazia anotações em um caderno de campo e, quando pertinente, retomava ao assunto, solicitando detalhamentos.

As entrevistas foram realizadas nos locais de atuação dos representantes públicos – prefeituras - e dos artesãos – nas praças onde são realizadas as feiras. Os sujeitos foram entrevistados em seus lugares de atuação com a pretensão de possibilitar e evitar constrangimentos.

Primeiramente, foram realizadas entrevistas com os representantes de órgãos ligados à cultura dos municípios de Itajubá, Delfim Moreira, Piranguçu, Cristina, Marmelópolis e Maria da Fé, que aconteceram entre quinze de julho e vinte e um de outubro de 2017. Optou-se por iniciar as entrevistas com os representantes públicos, pois acreditava-se que esses órgãos pudessem ter algum tipo de controle de todos os artesãos dos municípios e/ou práticas organizativas formadas por artesãos. Isso facilitaria a pesquisa e daria os primeiros direcionamentos indicando quem são os artesãos e onde encontrá-los.

Em Itajubá, estabeleceu-se o primeiro contato com a diretoria de cultura e secretaria de cultura e turismo; em Delfim Moreira com a secretaria municipal de turismo, com a diretoria de turismo e com a secretaria de educação, cultura, esporte e lazer; em Piranguçu com a secretaria de cultura, esporte, lazer e turismo; em Marmelópolis com a assessoria de cultura; em Maria da Fé com a diretoria e secretaria de cultura e turismo; e em Cristina com o secretaria de cultura, turismo e meio ambiente. Em alguns momentos as entrevistas foram realizadas com representantes do campo do turismo, que se explica pelo fato da pasta ter ligações com o campo cultural e, portanto, podem indicar informações importantes para a pesquisa.

Ainda na primeira etapa da pesquisa, após a realização das entrevistas com os representantes públicos, visto que Itajubá (MG) apresentava um Conselho de Políticas

Culturais, optou-se por ir a uma reunião do órgão. Durante a reunião do Conselho de Políticas Culturais do município de Itajubá (MG), realizada em cinco de julho de 2017, foi possível ter algumas percepções sobre o que vinha sendo discutido e realizado no município no que se refere a políticas, ações e práticas culturais, bem como intenções envolvidas.

Durante a observação das discussões trazidas na reunião, utilizou-se um caderno para registro das percepções da pesquisadora. A presença da pesquisadora tinha como finalidade observar e captar de maneira espontânea o que era discutido entre os presentes no local observado, ou seja, a pesquisadora comportou-se apenas como ouvinte, utilizando um caderno de campo para anotações. Destaca-se ainda que houve a preocupação da pesquisadora em se apresentar a todos os presentes antes de iniciar a reunião, indicando o interesse em compreender as discussões travadas naquele espaço.

Após a realização da primeira etapa da pesquisa, em que foram analisados documentos como os Planos Municipais de Cultura e leis orgânicas dos seis municípios, bem como realizadas as entrevistas com os representantes públicos - secretários, diretores e responsáveis pelas divisões de cultura – e participação em uma reunião do Conselho de Políticas Culturais, a pesquisa de campo foi direcionada a uma segunda etapa. Nessa etapa seguinte, foram entrevistados os artesãos membros de práticas organizativas no município de Itajubá, durante visitas às feiras de artesanato realizadas entre seis de janeiro à dez de março de 2018.

A delimitação da segunda etapa no município de Itajubá (MG) justificou-se pela necessidade de estudar mais a fundo as práticas artesanais, o que seria inviável de ser realizado em todos os seis municípios indicados inicialmente devido ao tempo limitado de realização da pesquisa. Diante disso, a primeira etapa serviu para identificar os elementos contidos nos documentos públicos e conhecer o que tem sido priorizado pelas atuais gestões, bem como teve a intenção de direcionar a próxima etapa do estudo, orientando para a escolha de apenas um município.

O município de Itajubá foi escolhido para a realização de entrevistas com os artesãos e observação de campo por possuir um Plano Municipal de Cultura elaborado; contar com uma estrutura de órgãos no campo da cultura, como diretoria e secretaria; e possuir duas associações de artesanato que atuam a um tempo considerável, sendo uma com mais de treze anos – sendo há sete anos formalizada - e outra, por volta de vinte e dois anos – sendo há vinte e um anos formalizada. Além disso, as associações organizam feiras de artesanato semanalmente, o que facilitou o contato com os artesãos.

Nessa segunda etapa também foram realizadas anotações em um caderno de campo, que tinham como finalidade auxiliar a pesquisadora a retomar temas abordados pelos artesãos durante as entrevistas e também anotar percepções a respeito do ambiente, do número de barracas presentes nas feiras, do tipo de trabalho exposto nas feiras e como os artesãos se relacionavam e comercializavam seus trabalhos.

Com a pretensão de referenciar as feiras realizadas pelas associações de artesanato de Itajubá (MG) e os locais onde acontecem, bem como explicitar como as relações entre feira e cidade se estabelecem, utilizou-se ainda de imagens retiradas do Google Maps e fotografias. As imagens foram dispostas no capítulo três.

Ao mesmo tempo em que se realizou as etapas de coleta de dados em campo, as entrevistas foram transcritas e as informações que compunham as anotações em cadernos de campo foram transformados em relatórios. Em seguida, identificou-se os assuntos que mais se destacaram durante a coleta de dados e fez-se uma junção das informações obtidas.

Como forma de preservar a identidade dos entrevistados, tanto dos dez representantes públicos, como dos sete artesãos entrevistados, optou-se por utilizar de letras para identificar as falas de cada um deles nesse trabalho. As falas estão postas conforme o respectivo município onde foi realizada, ou seja, estão apresentadas conforme o município de origem do representante público e artesão entrevistado, visando apontar as diferenças e convergências identificadas nas caracterizações desses lugares.

Não foram adotados procedimentos fechados para análise dos resultados. Os dados obtidos por meio da pesquisa de campo – entrevistas e anotações de campo – e de documentos foram cruzados e dispostos nesse trabalho em forma de relatos sobre os encaminhamentos das políticas culturais e da dimensão socioproductiva da microrregião de Itajubá (MG), bem como suas implicações sobre o desenvolvimento local.

Os critérios de análise justificaram-se com base nos trabalhos centrais desse estudo. Entre eles encontram-se Pimenta (2016), que aborda formação de elementos normativos no campo da cultura; Weffort (1992), tratando-se de projetos democrático de caráter participativo; e Sachs (2002) no que se refere a práticas autênticas e desenvolvimento sustentável.

Diante desse conjunto de questões, percurso metodológico, campo teórico privilegiado e caminhos do ato de pesquisar, ressalta-se que se estruturou essa dissertação em três capítulos. Esta estrutura tem a finalidade de trazer elementos que corroborem com a resposta à pergunta e aos objetivos formulados. Portanto, no primeiro capítulo, denominado “Proposições iniciais sobre a delimitação da pesquisa”, pretende-se constituir um campo de atuação teórico que

permita a leitura do contexto da microrregião, levando-se em consideração as políticas culturais, a economia da cultura, bem como as questões que ela abarca. No segundo capítulo, sobre o título “Contextualização dos planos de cultura: do nacional aos municípios da microrregião de Itajubá”, realizou-se uma discussão sobre o Plano Nacional de Cultura traduzido no contexto municipal, com a intencionalidade de combinar a teoria constituída no primeiro capítulo com os relatos coletados nas entrevistas de campo. Por fim, no terceiro capítulo, nomeado “Da perspectiva e prática artesã no município de Itajubá”, privilegiou-se as falas dos artesãos sobre o fazer, a prática e a comercialização do artesanato no município de Itajubá (MG).

Capítulo 1 – Proposições iniciais sobre a delimitação da pesquisa

Este capítulo propôs-se a esclarecer os principais assuntos abarcados pelo recorte temático dessa pesquisa. Visto que o estudo compreendeu políticas culturais – bem como seus desdobramentos em ações e práticas -, as quais foram direcionadas a dimensão socioprodutiva do trabalho artesão na microrregião de Itajubá (MG). Inicialmente, foi trazida a delimitação espacial, seguida pelas limitações teórico-conceituais no campo das políticas culturais e dos conceitos levantados pelo PNC no que se refere à questão socioprodutiva.

1.1 Microrregião de Itajubá: exercício de caracterização

A Microrregião de Itajubá, localizada no Sul de Minas Gerais, é composta por treze municípios (representadas na Figura 2), entre eles: Brazópolis, Consolação, Cristina, Delfim Moreira, Dom Viçoso, Itajubá, Maria da Fé, Marmelópolis, Paraisópolis, Piranguçu, Piranguinho, Virgínia e Wenceslau Braz.

A microrregião estudada traz na sua composição geopolítica um conjunto de cidades que tentam manter e transmitir saberes-fazeres característicos, os quais são representados em atividades como o artesanato. Os municípios que compõem a microrregião são predominantemente rurais, destacando-se por práticas organizativas que se distanciam da lógica industrial dos grandes centros.

Mesmo assim, nas cidades encontram-se discursos dos principais agentes e poder público, tendo em vista a crença no crescimento econômico como argumento de superação do

“atraso” ou da lógica local. Para isso, baseiam-se em centros tidos como desenvolvidos como modelos a serem seguidos.

O fascínio pelo urbano não impede manifestações socioculturais e organizativas nesses municípios, que podem ser observadas no sentido de manter ou resgatar elementos culturais locais antes desvalorizados. As tradicionais feiras de artesanato, festas populares e culinárias típicas são utilizadas como estratégias para estimular o turismo e consequentemente a economia da região - principalmente por serem considerados únicos e raros. Fatores que possibilitam o estudo dos novos códigos culturais que surgem e são ressignificados pela vida moderna, bem como o paradoxo entre rural e urbano²³.

Mesmo a microrregião sendo composta por treze municípios, constatou-se por meio de uma consulta ao portal do Sistema Nacional de Cultura (SNC), levando-se em consideração os municípios de Itajubá, Delfim Moreira, Maria da Fé, Marmelópolis, Piranguçu e Cristina, os quais estavam registrados ao SNC²⁴.

Posterior à primeira consulta, realizada em abril de 2016, o relatório de adesões ao SNC recebeu atualizações. Entre os municípios da microrregião que aderiram ao SNC após o início dessa pesquisa somaram-se Paraisópolis e Brazópolis. Contudo, ressalta-se que foi adotado como delimitação geográfica dessa pesquisa apenas os seis municípios cuja adesão já havia sido feita no início de 2016, ano de início do estudo, são elas: Itajubá, Delfim Moreira, Maria da Fé, Marmelópolis, Piranguçu e Cristina.

A adesão ao SNC é voluntária, cabendo aos municípios a escolha de adota-lo ou não por meio da assinatura do Acordo de Cooperação Federativa para Desenvolvimento do Sistema Nacional de Cultura. Ao adotá-lo, o município é obrigado a implantar o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) e integrar o SNC, principais articuladores federativos do PNC, bem como constituir uma estrutura adequada para dar suporte às políticas culturais desenvolvidas pelo poder municipal.

Por essas razões, afirma-se o interesse destes municípios em fomentar políticas que valorizem a cultura local e estimulem a economia da cultura. Além disso, tal fato possibilitou a

²³ Paradoxo que, segundo Froehlich (2003), é formado pela tentativa de modernização do rural, ao mesmo tempo em que há um resgate dos elementos culturais locais como estratégia de espetacularização das tradições.

²⁴ Dados coletados do portal do Sistema Nacional de Cultura. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/snc/situacao-dos-estados-e-municipios>> Acesso em: 11 de abril de 2016.

delimitação do objeto pesquisado nestes seis municípios no intuito de apreender as implicações das políticas, ações e práticas culturais – orientadas pelo PNC - sob a dimensão socioprodutiva.

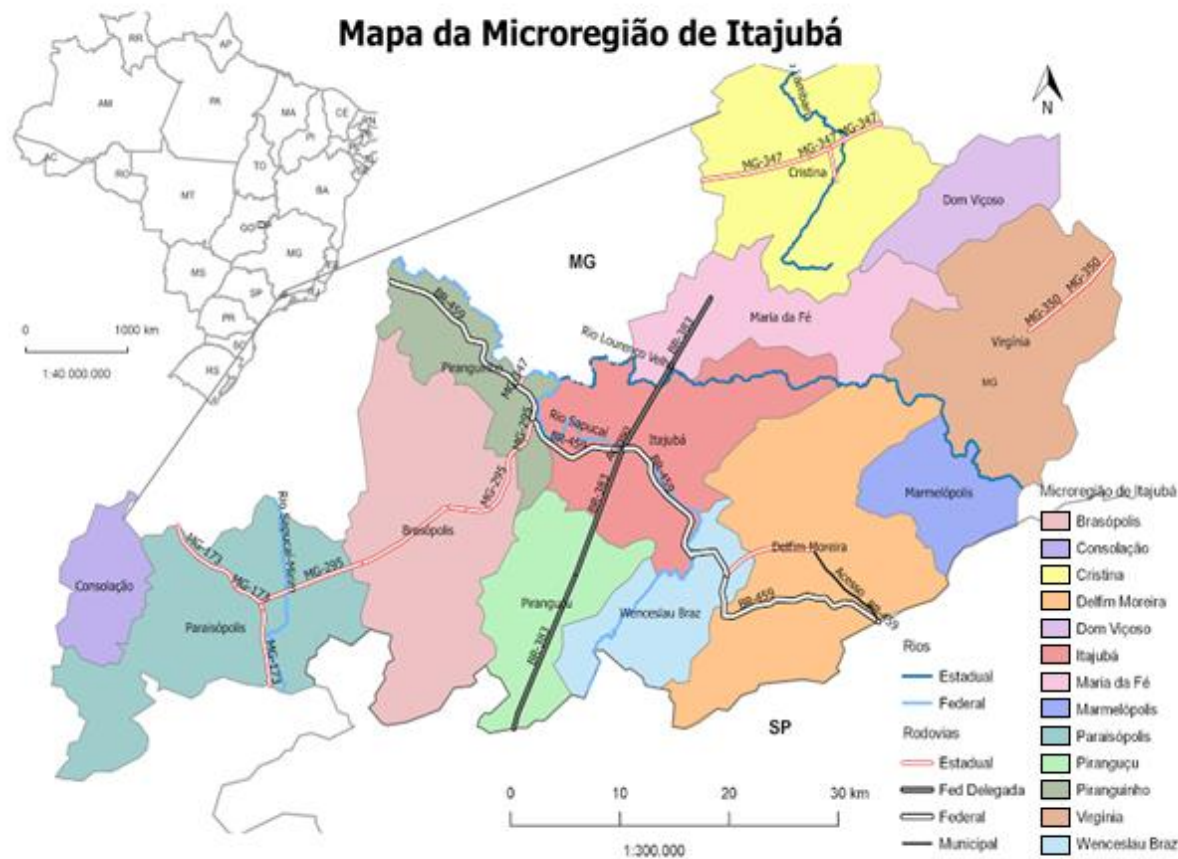


Figura 2 - Mapa da microrregião de Itajubá (MG)

Fonte: Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Desenvolvimento – NEID (2016)²⁵

A microrregião é contemplada em sua maioria pela Serra da Mantiqueira, por um polo educacional e tecnológico, atividades relacionadas ao setor de agronegócio, turismo, gastronomia e artesanato. Como pode ser observado na Figura 2, possui localização privilegiada devido à sua posição em relação às grandes capitais como São Paulo e Rio de Janeiro, cujo acesso se dá pela BR 459 e MG 350, facilitando o fluxo de mercadorias e de turistas.

Nas consultas ao site IBGE Cidades (2018), foi possível elaborar a Tabela 1 e 2 com alguns dados demográficos e geográficos que contribuíram na busca por conhecer melhor os municípios que compõem a microrregião.

²⁵ Mapa elaborado para o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Desenvolvimento – NEID (2016), por Raquel Regina de Oliveira Martins Felix.

Tabela 1 - Dados sobre a população, área territorial e densidade territorial da microrregião de Itajubá (MG) em 2010/2018

Município	População (2010)	População estimada (2018)	Área da unidade territorial em Km² (2010)	Densidade Demográfica hab/Km² (2010)
Itajubá	90.658	96.389	294,84	307,49
Delfim Moreira	7.971	8.035	408,47	19,51
Maria da Fé	14.216	14.136	202,90	70,06
Piranguçu	5.217	5.455	203,62	25,62
Brazópolis	14.661	14.508	367,69	39,87
Consolação	1.727	1.782	89,12	19,99
Cristina	10.210	10.258	311,33	32,79
Dom Viçoso	2.994	3.007	113,92	26,28
Marmelópolis	2.968	2.784	107,90	27,51
Paraisópolis	19.379	20.940	331,24	58,5
Piranguinho	8.016	8.550	124,80	64,23
Virgínia	8.623	8.865	326,52	26,41
Wenceslau Braz	2.553	2.558	102,49	24,91
Microrregião de Itajubá	189.193	189.232	2.984,83	63,38

Fonte: Elaborado pelo Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Desenvolvimento – NEID a partir de divulgados pelo IBGE (2010/2018)

De acordo com o IBGE (2010), a microrregião possui um total de 189.193 habitantes²⁶. Ainda que este trabalho tenha utilizado da base de dados do último censo, realizado em 2010, ressalta-se que há uma estimativa atualizada de 189.232 habitantes na microrregião²⁷ e que foi divulgada em 2018 pelo mesmo instituto de pesquisa (IBGE Cidades, 2018).

A microrregião possui área territorial de 2.984,83 Km² (IBGE Cidades, 2010), sendo composta por cidades com áreas territoriais e densidades populacionais variadas. Entre elas está Itajubá (MG), que apesar de ser a mais populosa, com 90.658 habitantes segundo o censo de 2010 (IBGE, 2010) e 96.389 habitantes estimados em 2018 (IBGE, 2018), não possui a maior

²⁶ Calculado pelo NEID. Dados de cada cidade foram coletados do site IBGE Cidades (2010) e em seguida somados para apresentar a população total da microrregião. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php?lang=>> Acesso em: 20 de maio de 2016.

²⁷ Calculado pelo NEID. Dados de cada cidade foram coletados do site IBGE Cidades (2018) e em seguida somados para apresentar a população total da microrregião. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>> Acesso em: 22 de setembro de 2018.

área territorial da microrregião, ocupando o quinto lugar nessa categoria, e conseqüentemente o primeiro em maior densidade populacional quando comparada as demais doze cidades.

Considerada polo da microrregião, Itajubá se destaca pelas indústrias e comércio. Atividades que geram emprego e renda para os demais municípios da microrregião e por isso lhe confere posição de importante centro para o desenvolvimento econômico no Sul de Minas Gerais.

Os dados dispostos na Tabela 2 apresentam o universo de 92.289 pessoas economicamente ativas no ano de 2010, que compreende a população com potencial de mão-de-obra nas treze cidades que compõem a microrregião. Categoria que representa aqueles que trabalhavam, com ou sem vínculo empregatício, e os estavam sem ocupação no período de realização da pesquisa. 68,27% delas possuía alguma atividade como ocupação na posição de empregado, ou seja, trabalhavam formal ou informalmente.

Desses 68,27% empregados, 45,94% possuía carteira assinada, 18,48% trabalhava sem registro²⁸ e 3,85% eram representados por militares e/ou servidores públicos estaduais. O que levou a 31,73% de desempregados na época de realização da pesquisa. Considerando que esses números representam o ano de 2010, quando foi realizado o censo, entende-se que houve alterações em cada uma dessas categorias, visto o aumento da população no ano de 2018. Dessa mesma forma, deve-se considerar que a relação de pessoas desempregadas e/ou ocupadas sem carteira assinada tenha aumentado significativamente nos últimos anos devido à recessão na economia brasileira.

²⁸ Dados de cada cidade da microrregião foram coletados do site IBGE Cidades (2010) e em seguida somados para encontrar o número total de pessoas economicamente ativas, ocupados total, desempregados, com carteira assinada, que ocupavam cargos de militar e funcionário público estadual, bem como indivíduos que não possuíam carteira assinada durante o período de realização da pesquisa. O IBGE compreende como pessoas economicamente ativas aquelas cujo setor produtivo pode contar como potencial de mão-de-obra, isto é, abrange a população ocupada e a população desocupada durante o período de realização da pesquisa. Pessoal ocupado total, para o IBGE, são aquelas pessoas que num determinado período de referência trabalhavam, seja com carteira assinada ou não. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php?lang=>>> Acesso em: 20 de maio de 2016.

Tabela 2 - Dados sobre a população e trabalho na microrregião de Itajubá (MG) em 2010

Município	População censo (2010)	Economicamente ativos - potencial de mão-de-obra (2010) ²⁹	Pessoas ocupadas na posição de empregados (2010)	Desempregados (2010) ³⁰	Pessoas com carteira assinada (2010)	Militares e funcionários públicos estaduais (2010)	Sem carteira assinada (2010)
Itajubá	90.658	44.901	31.939	12.962	24.919	1.743	5.277
Delfim Moreira	7.971	3.860	2.406	1.454	1.253	192	961
Maria da Fé	14.216	6.693	4.730	1.963	2.394	135	2.200
Piranguçu	5.217	2.542	1.572	970	887	83	602
Brazópolis	14.661	7.168	4.448	2.720	2.486	333	1.629
Consolação	1.727	872	527	345	150	81	296
Cristina	10.210	5.035	3.314	1.721	1.670	137	1.507
Dom Viçoso	2.994	1.273	679	594	244	181	255
Marmelópolis	2.968	1.202	601	601	230	115	255
Paraisópolis	19.379	9.830	7.067	2.763	5.060	112	1.895
Piranguinho	8.016	3.924	2.673	1.251	1.691	268	714
Virgínia	8.623	3.956	2.312	1.644	885	144	1.282
Wenceslau Braz	2.553	1.033	742	291	531	29	182
Microrregião de Itajubá em números	189.193	92.289	63.010	29.279	42.400	3.553	17.055

Fonte: Elaborado pelo Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Desenvolvimento – NEID a partir de divulgados pelo IBGE (2010)

²⁹ Calculado pelo NEID, que somou os dados de homens e mulheres economicamente ativos, fornecidos pelo IBGE (2010). Somaram-se as “pessoas de 10 anos ou mais de idade com condição de atividade na semana de referência de economicamente ativos homens” (IBGE, 2010) com “pessoas de 10 anos ou mais de idade com condição de atividade na semana de referência de economicamente ativos mulheres” (IBGE, 2010) para chegar ao total de pessoas economicamente ativas.

³⁰ Calculado pelo NEID. Para chegar ao número de desempregados, somou-se dos dados de “pessoas de 10 anos ou mais de idade com condição de atividade na semana de referência de economicamente ativos homens” (IBGE, 2010) com as “pessoas de 10 anos ou mais de idade com condição de atividade na semana de referência de economicamente ativos mulheres” (IBGE, 2010), em seguida subtraiu-se o total encontrado por “pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência com posição na ocupação de empregados” (IBGE, 2010).

A partir desse momento, pode-se dizer que a microrregião em questão se apresentou como lugar para possíveis reflexões e pesquisas, visto que diante dos altos índices de desemprego, a produção de artefatos, como o artesanato, surge como uma forma de obtenção de renda para aqueles que ficaram de fora do mercado e precisam encontrar alternativas de sobrevivência.

Dados que representam o campo do trabalho, seja formal ou informal, não devem ser pensados somente pela lógica do capital versus trabalho. Quando se discute práticas artesanais, há a possibilidade de ir além dessa lógica, por envolver questões como a valorização dos saberes e fazeres, das experiências sociais, geração de significados relacionados ao campo do trabalho, alternativas de sobrevivência, processos colaborativos e participativos.

Desse ponto, destacou-se a necessidade de discutir sobre novas configurações e mecanismos efetivos no fomento a microrregião de Itajubá. Refletir sobre políticas públicas destinadas ao setor cultural e orientadas pelo Plano Nacional de Cultura (PNC), para então apreender a aplicabilidade deste instrumento sob a realidade socioprodutiva como aquele que se propõe a promover o desenvolvimento se mostrou imprescindível.

1.2 Políticas culturais: percurso inicial

Antes de iniciar a coleta de dados, buscou-se conhecer os diversos trabalhos e abordagens que tratam do assunto políticas culturais públicas. Como diretriz, foram pesquisados artigos, dissertações, livros e teses que tinham como palavra-chave: “políticas públicas culturais”. Por meio das consultas, deparou-se com dezoito publicações nos periódicos da Capes³¹, sendo dezessete artigos e um livro, sessenta e nove no banco de teses e dissertações da Capes³², nenhum grupo no diretório de pesquisa Lattes/CNPq³³ e dois na Scielo³⁴ - considerando que neste último portal, ambos os artigos haviam sido acessados pelo periódico da Capes.

Encontraram-se trabalhos em diversas áreas. Do total de oitenta e sete trabalhos, sete eram da sociologia, um da comunicação e informação, dois abordavam sobre saúde coletiva, quatro da administração pública, cinco da administração, dois de ciência política e relações

³¹ Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br/>> Acesso em: 28 de maio de 2016.

³² Disponível em: <<http://bancodeteses.capes.gov.br/>> Acesso em: 28 de maio de 2016.

³³ Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/web/dgp/home>> Acesso em: 28 de maio de 2016.

³⁴ Disponível em: <<http://www.scielo.org/php/index.php>> Acesso em: 28 de maio de 2016.

internacionais, quatro de geografia, dezessete eram interdisciplinares, três multidisciplinares, um de jornalismo, três de comunicação, quatro da ciência da informação, um de psicologia, cinco de história, dois de direito, três de serviço social, dois de dança, dois de ciências sociais, um de ciências sociais aplicadas, um da antropologia, dois de educação, dois de economia, um de ciências agrárias, um de museologia, dois das artes cênicas, um das artes visuais, três das artes, um de engenharia de produção, três de planejamento urbano e regional/demografia e um de arquitetura e urbanismo.

Como critério de seleção dos trabalhos, realizou-se a seguinte sistematização:

1) Encontrou-se trabalhos com as seguintes discussões: participação da sociedade civil na formulação e implantação de políticas culturais, responsabilidade social, movimentos organizados, micromobilização, espaços de decisão política, democracia cultural, direitos culturais enquanto direitos fundamentais, relações de poder presentes na ideia de políticas públicas culturais, papel do Estado na formulação de políticas públicas culturais, intervenções do Estado brasileiro no setor cultural, institucionalização e agenciamento, gestão de programas culturais, Plano Nacional de Cultura, universalização do acesso aos bens culturais, diversidade cultural, valorização do patrimônio cultural material e imaterial, musealização do patrimônio cultural, preservação aos locais destinados às práticas culturais coletivas, turismo, organizações sociais e as ações governamentais em cultura, financiamento cultural, incentivo à produção cultural, mercado de bens e serviços culturais, indústrias culturais, propriedade intelectual, industrialização do simbólico, políticas culturais a partir da territorialização, políticas culturais para o artesanato, inclusão de públicos especiais e acessibilidade, Economia Criativa, desenvolvimento econômico e social.

2) Com base na palavra chave “políticas públicas culturais” e nas respectivas áreas de conhecimento citadas, os resumos das produções científicas acessadas e identificadas foram selecionados de acordo com a sua relação direta com o tema desenvolvimento e cultura, levando em consideração as discussões sobre artefatos, práticas artesanais, geração de renda e saberes e fazeres locais.

3) Privilegiou-se os trabalhos de conhecimento interdisciplinar, os quais indicaram vínculos conceituais entre desenvolvimento, tecnologias e sociedade. Independentemente se a discussão estava localizada no campo das ciências humanas.

Após sistematização e análise, observou-se que as discussões envolviam temáticas e temas que contribuem para o esclarecimento das pretensões apontadas nesta investigação. Todavia, não foram encontrados trabalhos que discutissem políticas públicas culturais na

microrregião de Itajubá (MG). Desta maneira, foi possível verificar a possibilidade de interpelar sobre políticas públicas destinadas ao setor cultural para, então, apreender a aplicabilidade deste instrumento sob a realidade local como aquele que se propõe a promover o desenvolvimento da microrregião.

Os estudos sobre políticas públicas culturais ganham destaque na contemporaneidade, sendo compostos por inquietações e reflexões em diversas áreas. No tocante a produção de artefatos, trabalho, geração de renda, experiências coletivas, saberes e fazeres locais, pontos que compuseram o pano de fundo deste estudo ao tratar de políticas públicas culturais, foram encontrados o total de cinco indicações de trabalhos que mais se aproximaram da abordagem aqui proposta, sendo todos eles referentes a dissertações de mestrado, acadêmico ou profissionalizante, e doutorado.

O primeiro trabalho encontrado, da área de Planejamento Urbano e Regional/Demografia, tinha como título: “Por Trás Das Cortinas: Desenvolvimento Territorial e as Políticas Culturais para o Artesanato” (SOUZA, 2016). A dissertação de mestrado tinha como objetivo compreender as políticas públicas culturais para o setor de artesanato em Campina Grande – PB e sua interface com as dinâmicas de desenvolvimento no território.

De acordo com Souza (2016), o artesanato proporciona a visibilidade cultural, a geração de emprego e renda para os artesãos, e a inserção do artesão da busca por reconhecimento e direitos. Para a autora, o artesanato vem fortalecendo o associativismo, sindicatos e representações no estado da Paraíba e a nível federal. Conseqüentemente, o trabalho artesão ganha força, se tornando politizado e ativo no que se refere a vitalidade cultural e a suas condições de vida.

Outra dissertação de mestrado, da área de engenharia de produção, nomeada: “A expressão cultural como um catalisador do desenvolvimento econômico: uma proposta metodológica” (FISCHER, 2014) foi encontrada. A pesquisa, cuja abordagem direcionava para a indústria criativa como catalizadora do desenvolvimento econômico, indicou a importância: (a) da infraestrutura, organização e sistematização de informações de forma adequada para dar suporte as atividades criativas; (b) de se estabelecer parcerias entre sociedade civil, setores privados e públicos para desenvolver a economia local; (c) da ascensão de atores locais como agentes do processo de ressignificação e gentrificação do território; (d) da mobilidade da diversidade cultural entre diferentes territórios; (e) de sistematizar informações a respeito dos equipamentos transversais de um território – mesmo que o estudo tenha indicando a não

existência dessa sistematização -; (f) da catalisação dos processos criativos para geração de territórios criativos.

Entre os demais estudos encontrados, dois se destacaram por trazerem em suas abordagens a experiência coletiva e práticas comunitárias. São eles: “As políticas públicas culturais e a perspectiva da transformação: a experiência coletiva nos pontos de cultura” (SARTOR, 2011) e “Pontos de cultura em Olinda-PE: territórios de saberes e tessituras para o turismo de base comunitária” (MARINHO, 2013).

O primeiro deles, mesmo abordando ações no âmbito do programa Cultura Viva do Ministério da Cultura, traz a experiência coletiva como um contraponto ao risco de instrumentalização da cultura. Nesse sentido, Sartor (2011, p. 8) afirma que as experiências culturais, quando são compartilhadas, possibilitam o surgimento de ações coletivas que “reinventam a vida” por permitirem o enfrentamento das contradições e da desigualdade social.

Os saberes-fazeres e as experiências humanas compartilhadas oportunizam a geração de significados plurais, como o desenvolvimento de alternativas que superem a lógica hegemônica e direcionem ao enfrentamento das desigualdades. Possibilitam, portanto, a minimização de dificuldades e a conquista de direitos essenciais. Fatores que transformam a realidade de comunidades.

Marinho (2013), ao procurar compreender as mudanças suscitadas pelos Pontos de Cultura situados em Olinda (PE) enquanto espaços de práticas culturais de interesse turístico, contribuiu ao trazer questões como os saberes difundidos em práticas comunitárias. Mesmo tratando do turismo e dos Pontos de Cultura, o trabalho colaborou ao abordar os saberes que estão intimamente relacionados às territorialidades e que quando trazidos para o centro das agendas públicas podem proporcionar a potencialização de ações baseadas em “princípios da economia solidária”, “associativismo”, “valorização da cultura local”, bem como “ações protagonizadas pelas comunidades locais” (MARINHO, 2013).

Por último, o trabalho de Saraiva (2009), nomeado “Mercantilização da cultura e dinâmica simbólica local: a indústria cultural em Itabira, Minas Gerais” auxiliou ao abordar a dinâmica simbólica local, mesmo que para isso tenha ressaltado suas relações com a mercantilização da cultura. Para o autor, o tema simbolismo está presente no cotidiano organizacional, porém suas potencialidades não são exploradas (SARAIVA, 2009, p.30-31).

Saraiva (2009, p.67) ainda coloca que o simbólico permite a existência das dimensões informais. Desse ponto, defende que desconsiderar a informalidade é contraproducente e para

isso, argumenta que o campo informal mesmo inviabilizando ações formalmente estruturadas, são capazes de gerar resultados.

Ainda que esse trabalho tenha abordado práticas que envolvam a produção e comercialização de artefatos, entende-se que essa formalização surge da informalidade, da identificação dos sujeitos na busca por estratégias de sobrevivência. Mas não se desconsidera o trabalho informal como aquele capaz de gerar possibilidades. Pelo contrário, é na informalidade que se encontram as mais diversas alternativas encontradas na superação de problemas básicos, como a questão do desemprego.

O destaque que se deu as práticas artesãs foi pelas mesmas envolverem princípios contra hegemônicos, por se caracterizarem como aquelas que superam a ideia do lucro, permitindo a geração de significados e possibilidades referentes as trocas simbólicas e as dinâmicas sociais e produtivas.

Os trabalhos, ao partirem de questões distintas, convergem ao discutirem a necessidade de desenvolver mecanismos capazes de fortalecer as experiências coletivas e práticas comunitárias, bem como a dinâmica simbólica local. Dessa forma, contribuíram para a construção da reflexão sobre novas configurações e mecanismos que amparem um desenvolvimento baseado nas dimensões sociais, culturais e locais, e que, para isso, compreenda as implicações do campo do trabalho e geração de renda popular.

Este trabalho, em face de haver um campo de pesquisa denominado de políticas culturais, entendeu importante se alinhar as discussões latentes sobre políticas culturais. Portanto, suprimiu-se o termo políticas públicas culturais por políticas culturais.

Apropriou-se do trabalho de José Marcio de Barros no texto *Diversidade Biocultural na Política Cultural Brasileira: um a aproximação ao SNC e PNC* (BARROS, 2016, p.13-49), apresenta a ideia de que políticas culturais envolvem modelos de organização política, econômica e cultural, trazendo por si a concepção de diversidade cultural favorecidas por dinâmicas que precisam ser pensadas, conjugadas por mecanismos de proteção e promoção. Pautado nas concepções de Barros, este trabalho analisou as práticas, ações e processos de geração de renda em seis municípios da microrregião de Itajubá e, para isso, estabeleceu como ponto de partida os conceitos estabelecidos na lei (PNC) sobre economia da cultura. Com esse quadro de partida foi possível estabelecer o município de Itajubá como um local representativo das práticas do poder público e artesãs.

1.3 Economia da cultura, modelos sustentáveis, economia solidária e cadeias produtivas

Diante dos termos “economia da cultura”, “modelos sustentáveis”, “economia solidária”, e “cadeias produtivas”, presentes nas intencionalidades do PNC no que tange a dimensão socioprodutiva, entendeu-se a importância de defini-los. Acreditou-se que partir da compreensão dessas nomenclaturas e dos resultados obtidos com a pesquisa de campo seja possível identificar “se” e “como” os municípios traduzem o PNC em suas políticas, ações e práticas culturais, bem como apreender se essas tentativas direcionadas a dimensão socioprodutiva na microrregião de Itajubá (MG) configuram-se ou não como instrumentos potencializadores, implicando para o desenvolvimento local.

Ressalta-se que a construção de “modelos sustentáveis”, o estímulo a “economia solidária” e a formalização das “cadeias produtivas” surgem no PNC como forma de caracterizar o que se busca ao fomentar a estruturação e regulação da “economia da cultura”. Os princípios orientadores da “economia solidária”, de “modelos sustentáveis” e “cadeias produtivas” surgem como aqueles que devem ser incorporados e destacados no campo da “economia da cultura”. Por isso, são abordados nessa dissertação de forma que contribua para a compreensão da relação das terminologias com a produção e comercialização de bens e serviços culturais.

Ambos os termos são propostos no PNC e incorporados ao conceito de “economia da cultura” como alternativa de gerar emprego e renda. Ao serem inseridos na abordagem sobre desenvolvimento e cultura, eles convergem ao trazer a cultura como possibilidade de integrar o simbólico e a diversidade cultural à dinâmica socioprodutiva. O que os distingue é a forma com que o viés produtivo é empregado, podendo assumir um caráter hegemônico ou se estabelecer fora da ideia de competição.

Ao buscar compreender as definições de “economia da cultura”, “economia solidária” e “cadeias produtivas”, constatou-se que a palavra “sustentabilidade” aparece em todos eles como princípio norteador. Contudo, assume definições diferentes em cada um deles. Entendeu-se que “modelos sustentáveis” são empregados no PNC de maneira que oriente o conceito de “economia da cultura” a assumir características sustentáveis pelo ponto de vista social, cultural, ambiental, ecológico, territorial, econômico e político, conforme Sachs (2002).

1.3.1 Economia da cultura

Filho (2006), ao abordar a economia da cultura, remete a cultura uma função que segue a lógica do mercado, bem como traz o “sustentável” direcionado a ideia de competição e tentativas de organizações se estabelecerem no mercado frente aos concorrentes. De maneira perversa, a cultura é trazida pela perspectiva da competição entre as indústrias culturais, os quais precisam desenvolver estratégias para se manterem no mercado. É o caso da prestação de serviços como gravação, edição e mixagem de som, criação e interpretação musical, atuação, produção e direção de espetáculos teatrais e de dança; gastronomia; e produções culturais.

Almeida (2009) atribui à cultura a expectativa de acesso e inclusão de pessoas nas dinâmicas sociais e produtivas. Nesse momento, o conceito de sustentabilidade surge no sentido de preservar a diversidade e recuperar o patrimônio material e imaterial, com a finalidade de utilizar esses recursos para construir um bem-estar econômico e social.

Desse ponto, Reis (2009, p.25) traz a economia da cultura como integrante do campo econômico e, sobretudo, como uma tendência que não se curva a modelos industriais hegemônicos.

[...] a economia da cultura oferece todo o aprendizado e o instrumental da lógica e das relações econômicas - da visão de fluxos e trocas; das relações entre criação, produção, distribuição e demanda; das diferenças entre valor e preço; do reconhecimento do capital humano; dos mecanismos mais variados de incentivos, subsídios, fomento, intervenção e regulação; e de muito mais – em favor da política pública não só de cultura, como de desenvolvimento.

Na economia da cultura, a dimensão econômica está articulada com o simbólico e a produção material resultante das diversas formas de expressão, saberes e fazeres. Na trilha desse entendimento, as trocas materiais acabam envolvendo significados imateriais por trazer o simbólico e, ao mesmo tempo, gerar possibilidades para o desenvolvimento humano e local.

Conforme abordado por Carvalho e Nóbrega (2012, p. 141), o trabalho artístico cultural de sujeitos do lugar pode assumir um papel competitivo pela perspectiva da resistência à cultura globalizante. Para isso, deve-se valorizar a diversidade e riqueza desses trabalhos, de forma que a padronização – característica da produção em escala – não esteja presente.

No que se refere à economia da cultura, o desafio para o trabalho artístico cultural está, portanto, em enfrentar a lógica do consumo cultural padronizado.

[...] restando às comunidades locais tomar posições mais ousadas no sentido de utilizar suas expressões culturais como recurso, inclusive no enfrentamento das indústrias culturais, particularmente no turismo, com potencial para promover a diversidade cultural, efetivar o desenvolvimento do lugar (BRASILEIRO *et al*, 2012, p.16).

Cabe ao trabalho artístico cultural ultrapassar o conceito de indústria cultural, indústria criativa e economia criativa – conceitos, que segundo o MinC (2015), estão focados na propriedade intelectual. Em contrapartida, diante das inovações tecnológicas, fácil compartilhamento de informações e movimentos em rede, o trabalho artístico cultural ganha um novo sentido.

A singularidade toma um novo sentido na globalização; cresce a customização dos produtos, ampliam-se os nichos de mercado. E é precisamente a cultura quem dá a argamassa a tudo isso. São os elementos culturais quem dão singularidades aos bens, sejam simbólicos ou não (MinC, 2015).

Esse movimento de gerar novos sentido não devem seguir padrões de massificação. Contudo, ele precisa se adaptar aos mercados locais, possibilitando a geração de práticas participativas que valorizem os saberes fazeres e experiências humanas do lugar.

Desse ponto, conforme exposto por Almeida (2009, p.19-20), a economia da cultura vem acompanhando as recentes configurações do mundo contemporâneo ao se aproximar de modelos de rede, cujas dinâmicas de trabalho são baseadas em princípios da horizontalidade, de relações de reciprocidade entre criatividade e profissionalização, de valorização da “equipe de colaboradores” no lugar do “cada um por si” competitivo, bem como reconfigura o acesso e a inclusão democrática nas dinâmicas sociais e produtivas contemporâneas.

Entende-se que o conceito de economia da cultura, quando associado ao movimento em rede e a princípios solidários, pode auxiliar os artistas a se organizarem e gerar noções de responsabilidades individuais e coletivas, de forma que, em conjunto, consigam potencializar esforços para transformar o seu espaço de trabalho e até mesmo tornarem-se atuantes nas discussões públicas e no desenvolvimento local – interesse desse estudo.

1.3.2 Modelos sustentáveis

Ao pesquisar sobre o conceito “sustentável” no dicionário Ferreira (2001), o termo é derivado de sustentar e entre alguns dos significados que ele compreende estão “resistir a”, “conservar, manter”, “impedir a ruína ou queda de” e “conservar a mesma posição”. Indica uma gama de possibilidades ao ser apresentado como o que pode ser sustentado ou passível de sustentação.

Da perspectiva teórica, a maioria das discussões sobre modelos sustentáveis circunscrevem duas perspectivas. A primeira delas, já apontada anteriormente, é voltada para a ideia de manutenção de empresas no mercado altamente competitivo, abordagem utilizada por

Filho (2006). O outro viés é exclusivamente ambiental, destinado aos ecossistemas naturais, conforme pode ser observado em obras de Abreu e Silva (2010).

Contudo, essas abordagens são extremamente enviesadas e, diante do contingente de significados que o conteúdo possibilita abarcar, não cabe restringi-lo. Optou-se, portanto pela abordagem de Sachs (2002) por demonstrar o conceito de sustentável de forma que abrange a dimensão social, cultural, ambiental, ecológica, territorial, econômica e política.

A palavra sustentabilidade, pela perspectiva de Sachs (2002), é expressa de forma que integra harmoniosamente toda a biodiversidade. Em outros termos, ela engloba todos os ecossistemas, sejam eles terrestres ou marinhos, cuja composição é formada por espécies de organismos, animais e plantas, bem como tudo que o cerca.

Desse ponto, Barros (2016, p.15) contribui ao apresentar uma das características fundamentais da biodiversidade: “[...] a biodiversidade é um sistema que pressupõe equilíbrio e que possui importância crucial para todos os demais sistemas de uma sociedade (a economia, a saúde, a agricultura, etc.)”.

A biodiversidade e tudo o que ela integra requer atenção. Suas dinâmicas sociais, culturais, ambientais, ecológicas, territoriais, econômicas e políticas devem, portanto, ser contempladas de forma articulada em uma análise sobre o desenvolvimento.

O social surge como a própria finalidade do desenvolvimento e ganha frente diante das demais dimensões, como coloca Sachs (2002). Entende-se que o desenvolvimento social remete ao acesso a uma vida decente, cujos direitos fundamentais, como educação, saúde, trabalho e moradia, sejam garantidos e possibilitem a minimização das desigualdades. Condições que vão além dos privilégios, por estarem relacionadas ao que Sen (2000), no livro *Desenvolvimento como Liberdade*, denomina de liberdades instrumentais³⁵ como meio para alcançar as liberdades substantivas, ou seja, direitos básicos para se ter a vida que deseja ou valoriza.

A sustentabilidade cultural depreende da proteção e promoção das tradições e saberes-fazeres característicos de cada lugar, sem perder de vista o contexto tecnológico e informacional atual. Segundo Sachs (2002), deve haver o equilíbrio entre o respeito diversidade cultural e

³⁵ Intimamente ligadas a projetos democráticos por envolver a liberdade de expressão e eleições livres; liberdade para participar da vida econômica; oportunidades sociais, que estão relacionadas ao acesso a educação e saúde; segurança protetora, que impeçam a miséria e a fome, bem como benefícios a desempregados, indigentes etc; e garantia de transparência para que os indivíduos sejam capazes de lidar uns com os outros a partir da confiança (SEN, 2000, p.24).

inovação, bem como se deve ter autonomia para desenvolver projetos nacionais integrados e que reforcem as características locais.

Barros (2008) conceitua que a cultura e a diversidade de suas expressões permitem o crescimento autossustentado no sentido de evidenciar as autenticidades de determinada localidade; o resgate do sentido de desenvolvimento humano ao ser refletido pelo viés das trocas simbólicas; e o reconhecimento da diversidade da cultura diversa e das trocas multiculturais.

A capacidade de elaborar projetos autênticos permitiria o desenvolvimento do local ao abarcar as particularidades e paradoxos do lugar. Para isso, não podem ser baseados em modelos hegemônicos, que não retratam os elementos locais. Devem ser pensados e voltados exclusivamente para o local, de maneira que abarque as demandas do lugar, evidencie suas potencialidades e possibilidades, afirme sua diversidade e o bem-estar das pessoas que ali vivem.

Os fatores ecológicos e ambientais estariam relacionados à preservação e respeito aos ecossistemas naturais, independente se os recursos são renováveis ou não. Entender que dependemos desses recursos e que devemos harmonizar objetivos sociais e ecológicos, afirmaria a longevidade da natureza (SACHS, 2002).

O territorial estaria relacionado ao urbano e rural, a melhoria de ambos os ambientes, visando o bem-estar da sociedade como um todo e seu equilíbrio com atividades produtivas (Sachs, 2002). Acrescenta-se que a ideia de território deve englobar tudo o que constitui a dinâmica e integração do lugar. Além disso, inclui a articulação e influências globais sobre o local.

Desse ponto, Shneider (2004, p.102) faz o seguinte apontamento:

[...] o território emerge como um processo vinculado à globalização, sobretudo porque a nova dinâmica econômica e produtiva depende de decisões e iniciativas que são tomadas e vinculadas em função do território. Mais ainda, o território emerge como nova unidade de referência para a atuação do Estado e a regulação das políticas públicas. Trata-se, na verdade, de uma tentativa de resposta do Estado, entendido como instituição jurídico-social, às fortes críticas a que vinha sendo submetido, sobretudo tendo em vista a ineficácia e a ineficiência de suas ações, seu alto custo para a sociedade e a permanência das mazelas sociais mais graves como a pobreza, o desemprego, a violência, etc.

A dinâmica do desenvolvimento territorial, tanto rural como urbano, é fortemente influenciada pelas variáveis internas, como por variáveis externas. Portanto, são compostas por especificidades ambientais, sociais, econômicas, políticas e culturais locais, os quais articulam com condições globais.

A dimensão econômica, ao ser abordada por Sachs (2002), é apresentada como uma necessidade que não pode ser considerada de forma enviesada e mais importante do que as outras dimensões. O econômico é importante tratando-se de questões como a obtenção de renda e sobrevivência, bem como deve ser receptivo e favorável ao social e ao ambiental.

O político, segundo Sachs (2002), abrange o âmbito nacional e o internacional. Da perspectiva nacional, envolve o desenvolvimento de projetos democráticos e a garantia dos direitos fundamentais. Já o internacional, visa a cooperação entre países.

Ao considerar que as iniciativas do governo em conduzir políticas públicas destinadas ao desenvolvimento local são imprescindíveis, destaca-se que o setor público sozinho não é capaz de encontrar soluções para todos os problemas. Assim, a dimensão política também cabe aos indivíduos, que devem se envolver nos debates com o Estado para buscar garantir que demandas de ordem social sejam colocadas em pauta nas agendas públicas.

Essa responsabilização pode ser explicada pelo fato de que projetos e programas governamentais se configuraram de formas distintas dependendo de cada orientação política, podendo ou não ser continuado após o término do período de governança de determinado partido. Demandas sociais não são garantidas quando deixadas a cargo exclusivo de projetos políticos, pois devem ultrapassar períodos de governança no que se refere à sua manutenção e continuidade.

Outra questão a ser considerada é a de que as políticas sociais são originadas dos conflitos e confrontos travados pela pressão popular, que acontecem principalmente por meio de mobilizações sociais e diferentes formas de organização civil, como é o caso dos sindicatos, do movimento dos sem-terra, dos movimentos feministas, dos movimentos negros etc.

Como observado por Hofling (2001, p. 31), as políticas sociais têm suas raízes nos movimentos populares do século XIX que surgiram dos conflitos entre capital e trabalho travados no desenvolvimento das primeiras revoluções industriais. Portanto, políticas sociais não devem ser pensadas somente pelo poder público, devem envolver a população de forma mobilizada.

A democracia está intrinsecamente ligada à cidadania; aos interesses sociais representados em espaços coletivos; ao desenvolvimento de uma cultura participativa; aos movimentos sociais; aos debates e negociações entre organizações, sociedade e Estado; e a cobrança das responsabilidades de representantes políticos e outros agentes. Não estão apenas em formas institucionalizadas.

Esse envolvimento da população e seu fortalecimento, à medida que vão ganhando espaços, são importantes para a constituição e afirmação de direitos. Contudo, essas lutas ainda se encontram no campo da individualidade. Os movimentos são segmentados, não representam todos os indivíduos, mas sim aqueles que se identificam a partir de demandas específicas. Logo, precisam superar as lutas individuais e assumir um caráter coletivo, na qual são realizados acordos que beneficiam ambas as partes, visto que todas estão buscando a conquista de direitos.

Essa individualidade dos movimentos populares está muito relacionada ao que Weffort (1992), ao tratar da temática consolidação da democracia e desenvolvimento, coloca como fracasso do Estado em relação à promoção da coesão social. Incapaz de cumprir suas funções clássicas, o Estado não consegue integrar a sua sociedade, o que conseqüentemente acarreta em desigualdades e divisão social.

Essa divisão é visível no campo político, que favorece o interesse de determinados grupos e exclui a maior parte da população, como também é correlata a redução do papel básico do Estado no que se refere às tendentes influências liberais sobre as políticas públicas contemporâneas. Políticas que tem incumbido ao mercado a função de regulação econômica e como resultado encontram-se problemas sociais cada vez mais latentes.

Com a mínima intervenção do Estado, os direitos passam a ser individualizados. Aos indivíduos passam a ser atribuídas responsabilidades pela busca das próprias necessidades e interesses. Por conseguinte, a população desfavorecida se divide na intenção de colocar em prática suas ações defensivas e exigir garantias de sobrevivência. Assim, as mobilizações se tornam cada vez mais diluídas e enfraquecidas no campo das conquistas por direitos coletivos.

Ao mesmo passo, o poder público convive em controvérsias quanto ao alcance de sua intervenção. Visto que o capital não conseguiu solucionar o problema da desigualdade como se propunha, o Estado passa então a assumir a função de regulação e manutenção das relações capitalistas (HOFLING, 2001, p. 34).

Nesse momento, o fomento às políticas públicas sociais passa a ser fundamental para minimizar as desigualdades referentes à distribuição de renda, ao acesso à educação, saúde, alimento, trabalho, transporte, etc. A consolidação desse instrumento perpassa pela constituição dos direitos coletivos, sendo fator fundamental na construção de projetos democráticos e na promoção da cidadania.

1.3.3 Economia solidária

Na economia solidária, a cultura é relacionada à dimensão socioproductiva, envolvendo princípios como a autogestão, a autossuficiência, o bem-estar coletivo, o trabalho e a geração de renda como meio de sobrevivência e oportunidade de alcançar uma vida melhor. Nela, o conceito de sustentável remete a práticas que se contrapõem ao modelo capitalista, promovem a participação democrática nas dinâmicas produtivas e coletivas, e conseqüentemente o desenvolvimento local.

Diante dos problemas sociais ainda enfrentados em dimensão mundial, conseqüências das desigualdades estabelecidas pelo modelo capitalista, cujos princípios são a propriedade privada e a liberdade individual, incapazes de integrar a sociedade como um todo em sua economia, surge a economia solidária mostrando que é possível o estabelecimento de dinâmicas sociais e produtivas que visam o bem-estar de um coletivo.

Segundo Singer (2002, p.10), a economia solidária é um modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. Logo, envolve a solidariedade, o interesse do coletivo, a igualdade de participação, a tomada de decisões com base no interesse e objetivos comuns, e práticas democráticas entre os associados.

Em outros termos, Varanda e Bocayuva (2009, p. 28) definem projetos de cunho solidários como “organizações produtivas de grupos informais, cooperativas, associações e redes, iniciativas com caráter supra familiar e geridas coletivamente por um regime democrático, onde os associados são proprietários dos meios de produção”. Caracterizam-se como grupos formais ou informais, cujos princípios que visam os interesses de todos os envolvidos na produção e o direito a participação nas decisões.

A finalidade da economia solidária é dar trabalho e renda a quem precisa, assim como difundir modelos democráticos e igualitários de organização (SINGER, 2002, p. 16). Esse olhar evidencia o homem, a instância social e novas configurações no campo do trabalho, indo na contramão de organizações tradicionais presentes nos modelo capitalista.

Em grande parte, a economia solidária reúne iniciativas de trabalhadores inseridos na economia informal, que cresceu na década de 1990 devido aos processos de terceirização e flexibilização produtiva (VARANDA E BOCAYUVA, 2009, p.29). Ela surge como alternativa de geração de renda e inclusão social aos que não foram absorvidos pelo mercado de trabalho convencional.

A noção de cooperação se contrapõe às visões de dominação e subordinação que emergem da divisão do trabalho capitalista (VARANDA E BOCAYUVA, 2009, p.28). Ela se opõe, portanto, a hierarquização e a exploração do trabalhador, pregando o bem estar de todos os envolvidos em sua cadeia, desde produtores até os consumidores.

A economia solidária é compreendida como um novo formato, que remete tanto às formas socioprodutivas quanto a um projeto amplo de sociedade, os quais são movidos pela participação popular e resultantes de mobilizações coletivas com a finalidade de incluir as pessoas que ficaram de fora da lógica do mercado.

1.3.4 Cadeias produtivas

Já no que se refere ao termo cadeias produtivas, a cultura é associada à formalização da rede de produção e consumo cultural. Compõe, portanto, a regulamentação de todos os envolvidos nas etapas de transformação do insumo em produto, compreendendo desde o fornecedor de matéria prima, passando pelo produtor final, armazenamento, transporte, até chegar ao consumidor.

Conforme abordado por Leão e Vasconcelos (2015, p.1232-1233), cadeia produtiva é entendida como redes interconectadas de produção-consumo, pelas quais:

[...] a concentração de capital não implica necessariamente a concentração física e geográfica do espaço produtivo. Formam-se verdadeiras redes que se dispersam pelos territórios sem prejuízos para a produção, devido às interconexões entre as indústrias e seus *stakeholders* – fornecedores de insumos, matérias-primas, empresas de logística, transporte, acionistas etc.

A forma com que esse modelo de organização se estabelece, permite que, independente de onde a indústria se encontra localizada, haja a possibilidade dela manter relações de compra e venda com outros prestadores de bens e serviços, sejam eles fornecedores de matéria-prima, transportadores, distribuidores, varejistas e atacadistas.

Toda a interação é uma estratégia competitiva, na qual se busca pelo desempenho eficiente de fluxos econômicos e materiais. Para isso, leva-se em consideração que operações e atividades em rede possam auxiliar a encontrar novas oportunidades, a utilizar menos recursos financeiros e gerar maior lucratividade para os envolvidos na cadeia produtiva.

Fica evidente o direcionamento do conceito de sustentabilidade para a manutenção das instituições envolvidas em toda a cadeia produtiva. Contudo, Leão e Vasconcelos (2015, p.1236) destacam outros fatores envolvidos e que merecem ser estudados.

Para os autores, ao observar os elos produtivos, é possível perceber “tanto fluxos econômicos, materiais do ponto de vista da logística e eficiência quanto as relações sociais injustas e iníquas do ponto de vista da saúde, trabalho e ambiente” (LEÃO e VASCONCELOS, 2015, p.1236). O modelo em cadeia envolve instituições, operações e atividades, que por sua vez dependem de mão de obra e os mais diversos recursos. O termo cadeias produtivas envolve dinâmicas sociais, produtivas, ambientais e locais.

Percebe-se que o conceito de cadeias produtivas é direcionado à indústria, ou seja, à produção em escala, cuja finalidade é o lucro. Entende-se que ao ser associado a produção de bens culturais, como o artesanato, o termo seja utilizado, exclusivamente, para formalização das relações entre redes de produção e consumo cultural, que busquem em conjunto, alternativas e oportunidades de trocas de experiências e conhecimento.

Capítulo 2 - Contextualização dos planos de cultura: do nacional aos municípios da microrregião de Itajubá

Neste capítulo é discutido como o PNC foi idealizado e como suas metas e objetivos são abarcados pelos Plano Municipais de Cultura dos municípios da microrregião de Itajubá (MG). Inicialmente, apresenta-se como o PNC se constitui em termos de concepções e fundamentos, principalmente no que se refere à dimensão simbólica, cidadã e econômica, e economia da cultura. Em seguida, perpassa pela adesão dos municípios ao SNC, levantando como é realizada a tradução do documento de abrangência nacional (PNC) para os municípios.

2.1 Histórico do Plano Nacional de Cultura

Coordenado pelo Ministério da Cultura (MinC), o PNC foi formulado sob a supervisão Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), passando pelas seguintes etapas: articulação política e participação social, entre os anos de 2003 a 2005; discussão de informações para o estabelecimento de diretrizes por meio de debates públicos, entre 2006 e 2008; aprovação no Congresso, entre 2009 e 2010 - durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva; elaboração das primeiras metas em 2011 – período de governo da presidente Dilma Rousseff; e monitoramento e reformulação de metas a partir de 2012.

De acordo com o documento “As metas do Plano Nacional de Cultura” (BRASIL, 2013), a primeira etapa marcou o início dos diálogos com a sociedade por meio de seminários

e diagnósticos de demandas no campo da cultura realizados com representantes de grupos artísticos, instituições e empreendimentos culturais. Nesta mesma época, foi criado o Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), órgão do Ministério da Cultura, com o intuito de estimular o diálogo e debate entre os representantes de governo e a sociedade civil sobre políticas públicas culturais. Esse mesmo conselho foi o responsável pelo acompanhamento de todo o processo de formulação e aprovação do PNC.

Caracterizada também pela articulação política, essa primeira etapa teve grande influência da Agenda 21 da Cultura, aprovada em oito de maio de 2004 na cidade de Barcelona, Espanha, que tinha como base orientar para um compromisso mundial com os direitos humanos, a diversidade cultural, a sustentabilidade, a democracia participativa e a criação de condições para a paz. A agenda possibilitou posterior mudança no texto da Constituição por meio da aprovação na Emenda Constitucional nº 48 no ano de 2005, que assegurava direitos culturais a todos no art. 215 e determinava em seu parágrafo 3º a realização do Plano Nacional de Cultura (PNC).

Essa etapa também ficou marcada por outros dois eventos, um nacional e outro internacional. No Brasil, ocorreu no ano de 2005 a Primeira Conferência Nacional de Cultura, na qual se debateu sobre políticas públicas culturais entre a sociedade civil e os governos municipais, estaduais e federal. Segundo “As Metas do Plano Nacional de Cultura” (BRASIL, 2013, p.150), a conferência foi realizada em caráter nacional após quatrocentos encontros municipais, intermunicipais, estaduais e setoriais, envolvendo cerca de sessenta mil pessoas. Já de caráter internacional, a Convenção sobre Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais da Unesco, realizada em Paris em outubro de 2005, é considerada o marco jurídico internacional para o desenvolvimento de políticas públicas culturais, tendo grande influência sobre o PNC.

Na segunda fase, já com dados do Suplemento de Cultura da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic), produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); estudos sobre economia da cultura e políticas culturais, publicados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); e documentos resultantes de encontros sobre cultura ocorridos entre 2006 e 2007, como o Segundo Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares, Seminário Nacional dos Direitos Autorais, o Primeiro Fórum Nacional de TVs Públicas, e o Seminário Internacional sobre Diversidade Cultural, foi possível elaborar diretrizes para o PNC. Essas informações serviram de base para a elaboração do projeto de lei do PNC, que foi enviado ao Congresso em 2006 (BRASIL, 2013, p.150).

Antes do PNC ser aprovado pelo legislativo, em março de 2010 foi realizada a Segunda Conferência Nacional de Cultura (CNC), onde se debateu com mais de três mil e duzentos municípios e duzentos e vinte e cinco mil pessoas sobre as prioridades do PNC. Já em dezembro de 2010, o Projeto de Lei do PNC, passou pela Comissão de Educação e Cultura e Comissão de Constituição e Justiça no Congresso, sendo então aprovado (BRASIL, 2013, p.152).

Entre os anos de 2011 e 2012, já no governo da presidente Dilma Rousseff, o PNC passou pela fase de elaboração de metas. Em setembro de 2011 foi disponibilizado na internet a primeira versão do documento “As Metas do Plano Nacional de Cultura”, pelo Ministério da Cultura (MinC). Entre as metas debatidas por meio de uma agenda pública coletiva, na qual participaram “[...] diversos sujeitos e grupos, por meio de diferentes instâncias e espaços de experimentação e participação” (BRASIL, 2011, p.9), são abordados de maneira geral os seguintes temas:

[...] reconhecimento e promoção da diversidade cultural; criação e fruição; circulação, difusão e consumo; educação e produção de conhecimento; ampliação e qualificação de espaços culturais; fortalecimento institucional e articulação federativa; participação social; desenvolvimento sustentável da cultura; e fomento e financiamento. (BRASIL, 2011, p.8)

A partir deste momento, inicia-se a elaboração de planos de ação para o cumprimento das cinquenta e três metas estabelecidas. Para isso, é de responsabilidade do MinC acompanhar e monitorar as ações por meio do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC), banco de dados responsável por disponibilizar todas as informações sobre o campo da cultura e que conta com a participação da sociedade para ser alimentado.

No final de 2013, foi realizada a III Conferência Nacional de Cultura (CNC), na qual participaram mais de mil e setecentas pessoas, sendo precedida por conferências livres, municipais e estaduais, que envolveram três mil cento e vinte e quatro municípios e mais de quatrocentos e cinquenta mil pessoas, com a pretensão de discutir sobre as prioridades do PNC, estratégias para a implementação, alcance das metas e revisão (BRASIL, 2015, p.2).

Visto que o PNC estabelece a importância da revisão periódica de diretrizes e metas, nos anos de 2012 e 2013 foram divulgadas edições atualizadas sobre as metas do plano, já em 2013, 2014 e 2015 foram disponibilizados relatórios de acompanhamentos das metas, além da elaboração de um relatório da primeira fase de consulta pública de revisão de metas, disponibilizado em maio de 2016.

Mesmo que a história tenha sido apresentada de maneira linear, o que muitas vezes não mostra as contradições e paradoxos enfrentados em todo o processo de implementação do PNC,

desde o início das discussões até sua atual conjuntura, destaca-se que o PNC já teve um grande avanço, como é possível verificar por meio dos relatórios já divulgados.

Ao consultar a página do Plano Nacional de Cultura na internet³⁶, é possível observar que as notícias sobre o campo da cultura estão sendo atualizadas, assim como, por meio dessas informações verifica-se que ações estão sendo colocadas em prática e editais estão sendo divulgados no campo da cultura. Contudo, devido às práticas antidemocráticas e incertezas que circundam a atual conjuntura política brasileira, além de mudanças nos ministérios e as renúncias dos últimos Ministros da Cultura que geram diversas incertezas, o plano encontra-se ameaçado. Logo, atingir as metas do documento até o ano de 2020, como estabelecido, se torna cada vez mais distante.

2.2 O PNC e a dimensão simbólica, cidadã e econômica

Regulamentado pela lei federal nº 12.343, de dois de dezembro de 2010 – durante o período de governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva - e previsto no artigo 215 da Constituição Federal, o Plano Nacional de Cultura é um “conjunto de princípios, objetivos, diretrizes, estratégias e metas” que servem para orientar o poder público na formulação e implantação de políticas públicas culturais. Por isso, tem como propósito colocar a cultura na agenda pública de cidades e estados, além de orientar o desenvolvimento de ações, projetos, programas e parcerias, entre poder público, sociedade civil e empresas privadas, que valorizem, reconheçam, promovam e preservem a diversidade cultural existente no Brasil (BRASIL, 2013).

Segundo a primeira edição do documento “As Metas do Plano Nacional de Cultura” (BRASIL, 2011, p.9), a estrutura do PNC envolve três dimensões que se complementam: “a cultura como expressão simbólica”, considerada plural por estar presente nos diferentes modos de viver, diferentes valores, crenças e práticas; “como direito de cidadania”, garantida por meio da Constituição; e “como campo potencial para o desenvolvimento econômico com sustentabilidade”, na qual a cultura é considerada um dos segmentos mais dinâmicos da economia.

Estas três dimensões – simbólica, cidadã e econômica - podem ser encontradas nos dezesseis objetivos do PNC, previstos no art 2º da lei nº 12.343. Entre os objetivos estão:

³⁶ Página do Plano Nacional de Cultura. Disponível em: <http://pnc.culturadigital.br/blog/> Acesso em: 19 de setembro de 2016.

- I - reconhecer e valorizar a diversidade cultural, étnica e regional brasileira;
- II - proteger e promover o patrimônio histórico e artístico, material e imaterial;
- III - valorizar e difundir as criações artísticas e os bens culturais;
- IV - promover o direito à memória por meio dos museus, arquivos e coleções;
- V - universalizar o acesso à arte e à cultura;
- VI - estimular a presença da arte e da cultura no ambiente educacional;
- VII - estimular o pensamento crítico e reflexivo em torno dos valores simbólicos;
- VIII - estimular a sustentabilidade socioambiental;
- IX - desenvolver a economia da cultura, o mercado interno, o consumo cultural e a exportação de bens, serviços e conteúdos culturais;
- X - reconhecer os saberes, conhecimentos e expressões tradicionais e os direitos de seus detentores;
- XI - qualificar a gestão na área cultural nos setores público e privado;
- XII - profissionalizar e especializar os agentes e gestores culturais;
- XIII - descentralizar a implementação das políticas públicas de cultura;
- XIV - consolidar processos de consulta e participação da sociedade na formulação das políticas culturais;
- XV - ampliar a presença e o intercâmbio da cultura brasileira no mundo contemporâneo;
- XVI - articular e integrar sistemas de gestão cultural. (BRASIL, 2010, p.2-3)

Esses direcionamentos serviram de base para o estabelecimento de metas do PNC, que foram apresentadas em sua primeira edição em dezembro de 2011, durante o período de governo da presidente Dilma Rousseff. Com uma visão de longo prazo e intuito de orientar todo o planejamento do MinC, as metas estabeleciam um prazo de dez anos para alcance, ou seja, apresentava um prazo de cumprimento para até 2020, ultrapassando conjunturas e ciclos de governo (BRASIL, 2011, p.8).

Entretanto, mesmo que o PNC tenha sido aprovado por meio da lei federal nº 12.343, o mesmo deixa claro em seu parágrafo 2º que deve ser aderido de maneira voluntária pelos estados, Distrito Federal e municípios. Somente após a adesão, passa a ser obrigatório ao poder público a implantação do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC), principal articulador federativo do PNC, que tem como objetivo estabelecer mecanismos de gestão compartilhada entre o poder público e a sociedade civil por meio da reunião de dados sobre políticas culturais (BRASIL, 2010, p.4). Desta maneira, para atingir as metas e reunir os dados, o PNC depende tanto da atuação do estado e municípios, desenvolvendo o seu papel, quanto da participação da sociedade civil e privada.

2.3 O PNC e o incentivo a economia da cultura

O Plano Nacional de Cultura (PNC) ganhou destaque no governo brasileiro por notar a cultura como instrumento de promoção ao desenvolvimento socioeconômico sustentável. Entre

os princípios do plano, alguns se destacam por tratarem das intencionalidades desse estudo ao abordarem políticas públicas culturais, economia da cultura, promoção da cidadania e projetos democráticos participativos. São eles: a formulação e implementação de políticas culturais; colaboração entre agentes públicos e privados para o desenvolvimento da economia da cultura; e participação e controle social na formulação e acompanhamento das políticas culturais (BRASIL, 2010, p. 1).

Tratando-se da centralidade desse trabalho em políticas públicas culturais direcionadas as práticas artesãs como alternativa no campo do trabalho e geração de renda, há um objetivo do documento que se destaca por abordar o desenvolvimento da economia da cultura. Ele é colocado da seguinte forma: “[...] IX - desenvolver a economia da cultura, o mercado interno, o consumo cultural e a exportação de bens, serviços e conteúdos culturais [...]” (BRASIL, 2010, p. 2).

Propósito que ao ressaltar a economia da cultura, tem ligação direta com a valorização dos saberes-fazeres locais, principais componentes de bens culturais. Quando se fala em economia da cultura, é preciso considerar que sem as experiências, conhecimentos e práticas populares, passadas de geração em geração, os artefatos produzidos não teriam valor simbólico e, portanto, se tornariam meros produtos em circulação disponíveis para consumo.

Evidentemente, o item descrito no objetivo X, que visa “[...] reconhecer os saberes, conhecimentos e expressões tradicionais e os direitos de seus detentores [...]” (BRASIL, 2010, p. 2) se faz presente nessa dissertação no que se refere ao valor simbólico atrelado a produção do artesanato. Quando se pensa na cultura como geradora de possibilidades no tocante ao campo do trabalho e a dimensão socioprodutiva, são os saberes-fazeres e as trocas de experiências os elementos essenciais que adicionam significados imateriais e, conseqüentemente, permitem a cada item produzido ter um valor singular, que supera o alcance monetário.

Já visto que para falar de economia da cultura não se pode desconsiderar os saberes-fazeres locais, retorna-se a temática inicial do qual esse subcapítulo foi destinado.

Entre as diretrizes, estratégias e ações que competem ao Estado no que se refere à economia da cultura estão o fomento a cultura e a estruturação e regulação da economia da cultura, evidenciados da seguinte forma:

FOMENTAR A CULTURA de forma ampla, estimulando a criação, produção, circulação, promoção, difusão, acesso, consumo, documentação e memória, também por meio de subsídios à economia da cultura, mecanismos

de crédito e financiamento, investimento por fundos públicos e privados, patrocínios e disponibilização de meios e recursos (BRASIL, 2010, p.8).

ESTRUTURAR E REGULAR A ECONOMIA DA CULTURA, construindo modelos sustentáveis, estimulando a economia solidária e formalizando as cadeias produtivas, ampliando o mercado de trabalho, o emprego e a geração de renda, promovendo o equilíbrio regional, a isonomia de competição entre os agentes, principalmente em campos onde a cultura interage com o mercado, a produção e a distribuição de bens e conteúdos culturais internacionalizados (BRASIL, 2010, p.9).

Ao propor o estímulo a economia da cultura por meio da concessão de “crédito e financiamento”, “investimentos públicos e privados”, “patrocínios”, “meios e recursos”, o PNC reconhece que a cultura é capaz de trazer benefícios socioeconômicos e por isso precisa ser subsidiada. No mesmo sentido, revela a importância de “regulamentar” práticas organizativas que se estabeleçam a partir da “economia da cultura”, para construir “modelos sustentáveis”, que estimulem a “economia solidária” e formalize as “cadeias produtivas”, com a finalidade de criar postos de trabalho e gerar renda.

O documento ainda vai além da circulação de bens e serviços culturais dentro do Brasil ao propor a internacionalização dessas atividades. O intento está disposto tanto no objetivo IX, quanto na ação intitulada “Estruturar e regular a Economia da Cultura” – apresentados anteriormente. Contudo, não é a intenção desse trabalho entrar na questão da exportação.

Ao percorrer o PNC, encontra-se o capítulo IV, destinado a participação da cultura no desenvolvimento socioeconômico, ou seja, direcionado especificamente a consolidação da economia da cultura e de onde surge o interesse de estudo desse trabalho. Desse ponto, o documento coloca a complexidade do campo cultural como aquele que:

“[...] derivam distintos modelos de produção e circulação de bens, serviços e conteúdos, que devem ser identificados e estimulados, com vistas na geração de riqueza, trabalho, renda e oportunidades de empreendimento, desenvolvimento local e responsabilidade social” (BRASIL, p. 28).

Entre as estratégias e ações referentes à economia da cultura e as intencionalidades desse estudo, destaca-se o incentivo a modelos de desenvolvimento sustentável por meio da produção e comercialização de bens culturais. Diante dessa abrangência que envolve a economia da cultura e modelos sustentáveis, o item 4.1.1, disposto no PNC, passa pelo fortalecimento da economia solidária como aquela capaz de respeitar as necessidades e interesses das populações locais (BRASIL, p. 28); o 4.1.3 é direcionado ao apoio técnico às iniciativas de associativismo e cooperativismo, bem como fomento a incubadoras de empreendimentos culturais (BRASIL,

p. 28); e o 4.1.4 estabelece o estímulo empreendimentos culturais e arranjos produtivos locais voltados para a produção cultural (BRASIL, p. 28).

Interessou aqui o estudo sobre práticas compostas por artesãos que encontraram como alternativa de trabalho e obtenção de renda a produção e comercialização de artefatos culturais. Por isso, levou-se em consideração se as dimensões socioculturais são evidenciadas ou não pelas políticas públicas estabelecidas a partir do PNC, assim como se destacou o interesse em compreender como as práticas artesãs se estabelecem na microrregião de Itajubá (MG), em termos de princípios que as constituem e as organizam dentro da economia da cultura.

2.4 Adesão ao Sistema Nacional de Cultura e caracterização do plano de cultura, políticas, ações e práticas dos municípios da microrregião de Itajubá (MG)

Embora o PNC tenha sido instituído pela esfera federal, fica sob a responsabilidade do poder público, principalmente, o municipal, com a participação da sociedade, planejar e fomentar políticas públicas de âmbito cultural, assegurar a preservação, bem como promover a valorização do patrimônio cultural material e imaterial do município (BRASIL, 2013, p. 32).

Para a adesão ao PNC, inicialmente, é necessário que o município interessado assine o Acordo de Cooperação Federativa para Desenvolvimento do Sistema Nacional de Cultura com a União, intermediado pelo Ministério da Cultura (MinC). Em seguida, o mesmo deve assumir o compromisso de instituir todos os componentes da seguinte estrutura: “[...] Órgão Gestor (secretaria de cultura ou equivalente), Conselho Municipal de Política Cultural, Conferência Municipal de Cultura, Plano Municipal de Cultura e Sistema Municipal de Financiamento à Cultura com fundo de cultura” (BRASIL, 2012, p. 33).

Para isso, o Guia de Orientações para os Municípios (BRASIL, 2012, p.33) instrui que o município, por meio do prefeito, deve encaminhar uma lei própria à Câmara de Vereadores para então estabelecer um Plano Municipal de Cultura (PMC), o qual deve conter a estrutura e os principais objetivos dos componentes estruturais exigidos pelo PNC.

Portanto, demanda a formação de uma estrutura adequada dentro das prefeituras para dar suporte às políticas culturais desenvolvidas pelo poder municipal, mas também compreende a participação de agentes públicos, privados e sociedade nas discussões e formulação das agendas públicas municipais. Nesse momento, o diálogo entre prefeituras e comunidade civil

passa a ser considerado um instrumento fundamental, visto que espaços democráticos abertos são o ponto de partida para o desenvolvimento.

Após a adesão ao Sistema Nacional de Cultura (SNC), os municípios de Itajubá, Piranguçu, Cristina, Maria da Fé, Delfim Moreira e Marmelópolis, únicos da microrregião de Itajubá que já haviam assinado o acordo de cooperação até o momento de início dessa pesquisa, se comprometeram a elaborar um plano de cultura e a constituir uma estrutura adequada para dar suporte às políticas culturais desenvolvidas pelo poder municipal, conforme estipulado pelo PNC. Os subcapítulos seguintes apresentam a estrutura dos órgãos ligados à cultura e caracterizam os documentos municipais, políticas, ações e práticas elaboradas e executadas a partir das orientações do PNC nesses seis municípios para, então, apreender como se constituem as intencionalidades públicas no que se refere à dinâmica socioprodutiva local.

2.4.1 A adesão ao SNC em Itajubá (MG)

O município de Itajubá aderiu ao SNC em três de dezembro de 2013 (MinC, 2017). A partir do compromisso assumido, foi realizada uma Conferência Municipal de Cultura³⁷ e elaborado o Plano Municipal de Cultura de Itajubá, cuja aprovação ocorreu em sete de dezembro de 2015 por meio da Lei Ordinária 03134.

O documento é fundamentado na Lei Orgânica do Município³⁸, na Lei que estabelece o Sistema Municipal de cultura N° 30006/2013³⁹ e no Decreto de Instituição do Conselho Municipal de Cultura N° 5669/2015⁴⁰ - sendo esses três últimos pontos os componentes estruturais exigidos pelo Plano Nacional de Cultura (PNC).

A pasta da cultura é representada pela Secretaria de Cultura e Turismo, cuja formação se dá com a Diretoria de Cultura, Conselho de Patrimônio Cultural e Conselho de Política

³⁷ De acordo com o Plano Municipal de Cultura, a conferência foi realizada em 19 e 20 de agosto de 2015 com a participação do poder público e sociedade civil. Disponível em: <<http://consulta.siscam.com.br/camaraitajuba/arquivo?id=17311>> Acesso em: 09 de maio de 2017.

³⁸ A Lei Orgânica do Município de Itajubá em seu capítulo VII dispõe sobre a cultura como direito do cidadão, além de descrever como se constitui o patrimônio cultural do município. Disponível em: <<http://consulta.siscam.com.br/camaraitajuba/Documentos/Documento/31595>> Acesso em: 09 de maio de 2017.

³⁹ A Lei 30006 foi publicada em 04 de setembro de 2013 com intuito de criar o Sistema Municipal de Cultura de Itajubá, principal articulador do município ao Sistema Nacional de Cultura. Disponível em: <<http://consulta.siscam.com.br/camaraitajuba/arquivo?Id=23075>> Acesso em: 09 de maio de 2017.

⁴⁰ O Decreto de Instituição do Conselho Municipal de Cultura N° 5669, assinado em 13 de julho de 2015, nomeia os membros do Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC). Disponível em: <<http://diariooficial.itajuba.mg.gov.br/upload/Decreto%205669.pdf>> Acesso em: 09 de maio de 2017.

Cultural. As discussões, ações e práticas fomentadas por tais órgãos culturais são orientadas pelo PMC de Itajubá (MG) na tentativa de atender as orientações do PNC.

Entre os objetivos do PMC de Itajubá (MG), estão: a institucionalização da cultura; a participação da sociedade civil e de artistas locais no planejamento da cultura do município; a democratização da comunicação e informação da produção cultural local; a ocupação dos espaços públicos com eventos culturais e oficinas; a promoção do desenvolvimento da economia da cultura; o fortalecimento de mecanismos de financiamento público para a cultura; a valorização e promoção à diversidade cultural; o estímulo à formação cultural; e a promoção de intercâmbios que difundam a cultura local.

No documento, é preponderante a indicação de uma economia voltada para a cultura no sentido de incentivos destinados a produção e comercialização de bens culturais. Entre os propósitos mencionados no documento de âmbito municipal, a cultura é associada à dimensão econômica, considerando o viés mercadológico, na qual predomina a lógica produtiva.

Mesmo que de perspectivas diferentes, seja direta ou indiretamente, seus propósitos circundam o cunho comercial e de captação de recursos, bem como expõem a ideia de organização das estruturas culturais, qualificação e capacitação profissional, padronização dos bens culturais materiais, e regularização profissional no intuito de formalizar o trabalho artístico-cultural.

Os termos utilizados não fogem dos objetivos do Plano Nacional de Cultura (PNC), mas se destacam por estarem relacionados à noção restrita de crescimento econômico. Esse ponto pode ser observado no decorrer do conteúdo do PMC.

O documento, em diversos momentos, é apelativo ao tratar a economia da cultura pela perspectiva restrita a dimensão econômica. Contudo, um trecho se destaca por apontar outras possibilidades.

[...] em todas as possibilidades e sentidos que a acepção do termo oportuniza, como o fomento, preservação, criação, produção, formação, fruição, difusão, além da economia da cultura, que constitui o direito fundamental do ser humano. Além disto, o setor deve ser entendido, enquanto agente produtivo e atuante, como um vetor de desenvolvimento econômico e um dos elementos propiciadores de inclusão social (ITAJUBÁ, 2015, p.7).

[...] É um fator de importância histórica e econômica que gera vínculos, inclusão social e riquezas. (ITAJUBÁ, 2015, p.8).

As expressões utilizadas apresentam-se como possibilidades de práticas para mitigar as questões de exclusão social, como os crescentes processos de desigualdade de renda e de desemprego. Falhas essas que o mercado não conseguiu solucionar sozinho.

Trazem também caminhos conceituais que estabelecem a cultura como direito fundamental capaz de gerar diversas possibilidades e significados de transformações socioculturais – o que permitiria uma inter-relação entre a dimensão simbólica, cidadã e econômica, mas não é enfatizado.

Diante das possíveis oportunidades para o desenvolvimento local, o PMC ressalta e reconhece a existência e a importância de garantir a preservação e perpetuação dos equipamentos, áreas e manifestações culturais na cidade.

A cultura tradicional de Itajubá está concentrada nas comunidades e associações de bairros onde se encontram as folias de reis, a dança da catira, a capoeira, o maracatu, a viola caipira, as congadas, as comidas típicas, artes visuais, dentre outras. Essas artes e culturas merecem um estudo mais aprofundado de documentação e registro permanente do patrimônio imaterial (ITAJUBÁ, 2015, p.9).

Esse item está presente em um objetivo do documento que demonstra preocupação com a “valorização e promoção à diversidade cultural” (ITAJUBÁ, 2015, p.12). O plano reconhece a necessidade de resgatar, registrar, mapear e preservar os equipamentos, áreas e manifestações como patrimônio imaterial e material.

Esse reconhecimento demonstra o interesse pelo resgate e afirmação das manifestações e atividades culturais características da região e que estão intimamente vinculados ao estímulo ao turismo e a geração de renda. Percebe-se que a cultura, tanto no trecho disposto acima - que fala sobre as possibilidades da cultura para o desenvolvimento local- e, principalmente, nas falas do poder público, é enfatizada no sentido do entretenimento e fomento a eventos e atividades culturais que impactem na dimensão socioeconômica do município.

No tocante ao mapeamento e registro proposto pelo PMC - que também envolvem atividades de produção e comercialização de bens e serviços culturais, como o trabalho artesão - as falas do poder público indicam uma iniciativa pontual direcionada ao cadastro dos artistas locais no site da prefeitura, sejam eles das artes visuais, artes cênicas, audiovisual, literatura, música, culturas populares, povos ou comunidades tradicionais, pessoa física ou jurídica - cooperativas, associações sem fins econômicos, microempreendedores individuais ou empresas de natureza cultural.

O credenciamento teve a finalidade de formar um banco de dados para consulta, mas também a de subsidiar a elaboração de um catálogo voltado para a divulgação do trabalho dos artistas locais e oferecer cursos que os ajudem a se organizarem, e compreenderem a importância e o valor - material e imaterial – de seu trabalho.

ER: Nós somos um berço cultural! Itajubá é um berço! Nós temos muitos artistas, muuuuito bons, que talvez não sejam tão empreendedores como outros que a gente vê por aí, né.../ é... que não conseguem ainda viver da arte. Mas isso é coisa de Brasil, não é nem uma coisa de Itajubá. E... pra eles eu acho que falta um incentivo empreendedor, sabe? /.../ E a gente anda discutindo muito sobre essa parte deee... de como fazer o artista vender o trabalho dele sem ele deixar de ser artista.

Quanto a essa preocupação, entendem que o movimento pode auxiliar os artistas a se organizarem e estimarem o valor de seu trabalho para fins de comercialização e, consequentemente geração de renda a partir do trabalho artístico cultural como forma de ter uma vida decente – no sentido de conseguir pelo seu trabalho ter acesso ao essencial. Além disso, nota-se que o termo “empreendedor” não é empregado no sentido de criar negócios inovadores e altamente lucrativos. Ele encaminha para a idealização e construção de esforços que oportunizem o trabalho desses artistas como fonte de renda.

Demonstram ainda a compreensão de que os artistas não devem perder as características fundamentais de seus bens e serviços para atender a fins mercadológicos. Característica que torna o trabalho artístico cultural singular pelo seu valor simbólico e que, caso perdidas, os tornariam meros objetos reproduzidos em escala.

Em nenhum momento os representantes públicos referem-se ao termo economia da cultura de forma direta. A economia da cultura surge no meio das narrativas quando é abordada sobre a importância dos artistas locais se unirem e criar uma associação. Aparece de maneira retraída, por trás do chamado “empreendedorismo cultural” – demonstrando pouca compreensão pelo assunto.

EIR: Eu acho que os próprios artistas de Itajubá eles precisam se organizar melhor /.../ Os artistas de Itajubá, eles não tem esse... se você perguntar pra eles: “Qual que é o seu cachê?”, eles: ”Ah eu poso passa depois?”. “Qual que é o seu val...?” “Ah, eu posso passa depois?”. Eles não sabem precificar, eles não sabem quanto que eles valem. É, tem um artista que sempre vem cantar aqui. Eu falei assim: “Filha você não pode vim cantar de graça sempre! Você tem que começar a cobrar, você tem que ter um cachê, você é muuuuito boa naquilo que você faz! Você precisa acreditar naquilo que você faz!”. “Ai cê acha mesmo que eu sou boa?”. Então, assim os os nossos artistas, eu acho que ele...ele.. falta muito eles acreditarem neles, entendeu? E eles se unirem e fazer uma coisa séria e tem que ser pelo Conselho de Cultura /.../ Criar mesmo uma associação, uma organização, uma cooperativa artística na cidade. Essa

cooperativa fazer seminários ou ou cursos aonde... com o apoio nosso, claro! Não tô eximindo a Secretaria de Cultura em momento algum. É... mas fazer seminários, palestras pra que os artistas, eles consigam ser empreendedor. Pra que eles consigam ter uma autoestima mais elevada. Pra que eles possam além de ser artista, viver da arte.

O discurso se aproxima de princípios da economia da cultura. Sendo a economia da cultura compreendida pela perspectiva de Reis (2009, p.25) e Almeida (2009, p.19-20). Conforme exposto por Reis (2009, p.25), a economia da cultura integra o campo econômico e a dimensão simbólica, e, para isso, considera que as diferentes formas de expressão, saberes e fazeres não devem se curvar a modelos industriais. Além disso, Almeida (2009, p.19-20) contribui ao apresenta-la como segmento que vem acompanhando as recentes configurações do mundo contemporâneo ao se aproximar de modelos de rede e dinâmicas de trabalho, cujos princípios são a horizontalidade, as relações de reciprocidade entre criatividade e profissionalização, a valorização da “equipe de colaboradores” no lugar do “cada um por si” competitivo, bem como reconfigura o acesso e da inclusão democrática nas dinâmicas sociais e produtivas.

Na trilha desse entendimento, a economia da cultura pode gerar possibilidades para o desenvolvimento local. A partir daí, o processo de institucionalização da cultura no município, com o intuito de captar recursos para iniciativas de valorização da cultura local e para financiar artistas, como artesãos e outros grupos artístico-culturais, incluindo associações e/ou cooperativas que dependem desse tipo de trabalho para sobreviver, faz sentido quando distribuído democraticamente entre os envolvidos com a comercialização de bens e serviços culturais.

Ao tratar da importância dos artistas se organizarem do ponto de vista do trabalho, é possível pontuar a emergência de modelos baseados em princípios colaborativos - em termos de manifestações coletivas e solidárias entre os artistas locais. Ou seja, que geram noções de responsabilidades individuais e coletivas entre os artistas, de forma que em conjunto eles conseguissem potencializar esforços para transformar o seu espaço de trabalho e até mesmo os tornem atuantes nas discussões públicas e desenvolvimento de ações voltadas para a promoção da economia da cultura.

As experiências culturais quando passam a ser compartilhadas podem levar a transformação e minimização das desigualdades. Fator que também pode significar a aproximação de comunidades nos espaços de debates entre sociedade e prefeitura não somente no âmbito cultural, mas em outras pastas públicas.

Mesmo com as orientações do PMC na tentativa de traduzir o PNC para o município, e intencionalidades expressas nas falas do poder público no que se refere ao trabalho artesão, percebeu-se que as prioridades das secretarias, diretorias e conselhos de cultura são a realização de eventos que movimentem o calendário festivo do município e promovam atividades de lazer. Outra iniciativa que se destacou é a patrimonialização, pelo qual os representantes públicos buscam identificar bens materiais e imateriais para então realizar inventários e acessar recursos financeiros decorrentes do ICMS cultural⁴¹.

2.4.2 A adesão ao SNC em Delfim Moreira (MG)

Delfim Moreira (MG) assinou o Acordo de Cooperação com o Sistema Nacional de Cultura em primeiro de fevereiro de 2013 (MinC, 2017). O município não possui um Plano Municipal de Cultura elaborado, bem como a secretaria de cultura está reunida com outras pastas, como a Educação, o Esporte e o Lazer. A estrutura da pasta destinada a cultura é composta apenas por um Conselho de Patrimônio Cultural.

A lei orgânica⁴², a descrição das atribuições da secretaria destinada a cultura⁴³ e as responsabilidades da secretaria de turismo⁴⁴ colocam que município deve garantir acesso aos meios culturais; administrar e supervisionar programas de cultura; preservar, proteger e valorizar os recursos culturais; respeito à cultura local; e reconhecer o turismo como atividade econômica e forma de promoção ao desenvolvimento social e cultural (DELFIM MOREIRA, 2006).

As atribuições da prefeitura indicam prioridades direcionadas a ações e práticas conjuntas entre as pastas de educação e cultura, e entre turismo e cultura. Percebe-se ainda que os encaminhamentos sobre a relação desenvolvimento e cultura, bem como sobre as implicações da cultura para com a dimensão socioeconômica, são colocadas sob a responsabilidade da secretaria de turismo.

⁴¹ Programa de incentivo à preservação do patrimônio cultural do Estado, por meio de repasse de recursos financeiros para os municípios que preservam seu patrimônio (IEPHA, 2017).

⁴² Lei orgânica de Delfim Moreira. Disponível em: <<http://www.delfimmoreira.mg.gov.br/lei-organica-pdf/>> Acesso em: 06 de novembro de 2017.

⁴³ Atribuições da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer. Disponível em: <<http://www.delfimmoreira.mg.gov.br/secretaria-de-turismo/>> Acesso em: 06 de novembro de 2017.

⁴⁴ Atribuições da Secretaria de Turismo. Disponível em: <<http://www.delfimmoreira.mg.gov.br/secretaria-de-turismo/>> Acesso em: 06 de novembro de 2017.

As falas dos representantes públicos demonstram que o principal foco do município é a tentativa de patrimonialização de bens materiais e, em especial, do marmelo⁴⁵ como patrimônio imaterial.

EDE:O município vem desenvolvendo mais a política do patrimônio cultural. É, a cultura no seu sentido mais amplo, a gente teria que ver a questão das artes, a questão da música, a questão da literatura, é, os museus e biblioteca, o... / o artesanato e, então, assim, ele é abrangente, né. Mas a gente tem artesão? Tem! Tem gente que toca viola, violão? Tem! Tem gente que tem coral na cidade? Tem! Mas isso tudo tá, vamos dizer assim, cada um no seu quadrado, cada um no seu espaço. Não tá integrado com essa política cultural da cidade. O que a cidade promove? Festa, a cultura é reduzida a festas, né, o calendário de eventos. As festas religiosas são promovidas praticamente pelas igrejas com o apoio de prefeitura, às vezes na questão de um palco, de um serviço de segurança. É sempre reduzida a esses eventos. Então, assim, a cultura ainda não é vista como uma possibilidade né, desse aspecto simbólico, de cidadania, de identidade, e muito menos no aspecto do/ do/ do econômico. Que o Plano Nacional de Cultura fala na cultura nessa dimensão econômica, né. E assim, é/ nós colocamos/ a partir de 2013, em função desse/ da sopa de marmelo ser um patrimônio registrado no município. É, quando um patrimônio é registrado, tem que se ter ações de salva guarda desse patrimônio pra não se perder. Se não, não adianta nada achar bonito, documentei e acabou. Que ações o município vai desenvolver pra manter viva aquela memória, né, aquele saber? No caso da sopa é um saber que foi registrado. É, aí o prefeito instituiu uma festa, a Festa do Marmelo aqui na cidade, né,

O marmelo é associado à identidade da cidade. O resgate dos saberes e fazeres referentes ao fruto, desde o plantio até a produção da sopa de marmelo, também tem sido priorizada no município e abrangido as ações da prefeitura no campo da cultura e turismo.

Visto o foco na patrimonialização e na promoção do turismo a partir do marmelo, o poder público expõe que outras questões, como o fomento a políticas culturais direcionadas a valorização de grupos locais e ao trabalho artesão, são negligenciadas. Reconhece que o SNC possui exigências, tanto na estrutura dos órgãos do setor cultural, como na elaboração de um plano, e que esses não foram atingidos pelo município.

EDE:A gente não tem nem o Sistema de Cultura. Eu vejo, assim, que na implantação do Sistema de Cultura nós vamos ter que trabalhar em cima disso tudo. Montar o conselho de políticas culturais. O conselho que a gente tem hoje é o conselho de patrimônio, que olha a questão de inventário, tombamento, a questão de política de proteção de patrimônio. A gente precisar ter o conselho de políticas culturais, que é a questão mais abrangente. Nós temos que adaptar, reformulá a legislação, né. Nós temos também que legalizar, instituir/ institucionalizar um conselho de políticas culturais. É, nós temos que, quando eu falo de Sistema de Cultura, é lei. Tem que ser aprovado

⁴⁵ Delfim Moreira ficou conhecida pela produção de marmelo durante o século XIX (ALKIMIN, 2012)

em lei. Então, isso aí, nós temos muuita coisa a fazer. Realizar conferência, a conferência você vai ouvir a demanda, né. E aí, elaborar plano de trabalho, plano/ e/e/e por isso tudo com metas e/ e /e focar e chegar nessa cultura local e organizar tudo isso. Eu acho que é um processo que vai tá/ tá /tá/ o plano vira lei e tudo o que é legalmente instituído é/ fica mais fácil de acontecer. O que eu vejo, assim, é a coisa tá / os braços tão muito/ com o corpo, os braços tão separados, né.

EDE:A gente tem a adesão do Sistema Nacional de Cultura. Mas a partir dessa adesão teria que ser elaborado um plano de trabalho com os componentes do sistema. Estruturação do órgão gestor da cultura, é/ ter conselho de política cultural, conselho de cultura. É/ realizar conferência de cultura, elaborar o plano de cultura, criar o fundo de cultura. São os componentes. Não foi, porque assim, eu passei uma transição de governo. Os municípios quando assumem uma gestão gente, eles vão ter uma maior demanda, eles vão ter estrada, é saúde, é o social, né.

Situação que demonstra que o setor cultural não é priorizado, visto a maior importância atribuída a outras demandas sociais. Indica ainda a dificuldade das ações e práticas culturais ultrapassarem períodos de governança. Fator que pode ser explicado por projetos e programas governamentais se configurarem de formas distintas dependendo de cada orientação política, podendo ou não ser continuado após o término da gestão de determinado partido.

A respeito da estrutura da secretaria que representa a pasta da cultura, o poder público demonstrou o interesse em uni-la com o turismo, criando a Secretaria de Cultura e Turismo, bem como levar a pasta de cultura para o espaço da antiga estação ferroviária, local da atual Secretaria de Turismo – a secretaria de cultura atualmente está sediada em uma escola municipal, a Escola Municipal Filomena Peixoto Faria. A finalidade da junção foi somar forças de ambas as pastas, visto que as atividades de cultura e turismo são direcionadas pela lei ordinária do município de forma que devem ser realizadas em conjunto. Além disso, é perceptível que as atividades de cultura e turismo de Delfim Moreira são articuladas entre a Secretária Municipal de Turismo, a Diretoria de Turismo e a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Quando questionados sobre a existência de artistas e artesãos na cidade, os representantes demonstraram conhecimento a respeito de artesãos, práticas artesanais, artistas plásticos, escultores, pintores e fotógrafos. Já no que se refere às associações de artistas e/ou artesãos, os mesmos apontaram conhecimento sobre a existência delas e até mesmo citam nomes dessas organizações, como o Clube das Mães e da Associação Delfinense de Artesanato.

Reconheceram ainda que a atividade artesã é fonte de renda para muitas famílias residentes no município. Contudo, indicam que não há nenhum tipo de parceria com os artesãos

locais, a não ser por meio da Feira da Montanha, evento pelo qual produtores e artesãos da região expõem e comercializam seus trabalhos. Alegaram que não há procura por parte dos artesãos para estabelecer parcerias e ações com secretaria de cultura.

No que se refere à Feira da Montanha, mesmo não sendo direcionada à exposição e comércio de artesanato, ela é aberta para todos os produtores e trabalhadores da região, incluindo artesãos. A Feira tem como objetivo atrair turistas para o município e movimentar o comércio local.

Os representantes públicos dizem ter participado de um edital estadual para captação de recurso para a realização da Feira da Montanha e terem sido contemplados por ele. O projeto agraciado foi colocado em prática no feriado de sete de setembro de 2017, na qual a prefeitura, com o recurso recebido, organizou algumas apresentações musicais e atividades de lazer, bem como cedeu espaço e estrutura para exposição e comercialização de produtos do município – incluindo de artesãos.

As ações e práticas realizadas em Delfim Moreira estão direcionadas à identificação de patrimônios materiais, visto que tal atividade contribui para o recebimento de recursos financeiros por meio do ICMS cultural, e está voltada para a tentativa de associação da identidade da cidade ao marmelo. Dessa forma, encontram-se negligenciadas tanto a tradução dos objetivos do PNC para o município e a realização de discussões que fomentem a elaboração de políticas, como as ações e práticas que poderiam contribuir para o trabalho artesão.

2.4.3 A adesão ao SNC em Piranguçu (MG)

Piranguçu adotou o SNC em dezoito de abril de 2013 (MinC, 2017). O município possui um plano de cultura, contudo o mesmo foi elaborado pela gestão anterior e está sendo revisto pela atual administração - fator que é colocado pela atual gestão como justificativa para não disponibilizar o documento. A pasta da cultura é representada pela Secretaria de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo, cuja estrutura é composta pelo Conselho de Patrimônio Cultural.

No que se refere a pasta da cultura, a secretaria tem como responsabilidade difundir manifestações artísticas, a preservação e ampliação do patrimônio histórico e cultural; elaborar um calendário de eventos e valorizar a cultura local; e promover o artesanato de municípios (PIRANGUÇU, 2017).

As orientações expostas no site da prefeitura convergem com as falas dos representantes públicos, que estão focadas em evidenciar a importância da cultura como forma contribuir para

a construção e resgate da história do município por meio da preservação do patrimônio material e imaterial local. Apontam ainda a existência de trabalhos artesanais.

EPE: Ah aqui é a argila, né, que é forte, o cartucho também. Também tem muito ééé crochê, pano de prato, renda e muito doce também, né. Na região aqui/ na região aqui nossa é muito forte doce, né. Itajubá, Piranguçu, Piranguinho, então, né, doce o pessoal gosta de bastante doce memo.

Entendem que o artesanato e a produção artesanal de doces, representados por crocheteiras, pessoas que fazem cartucho para doces, que trabalham com tricô e produzem peças em cerâmica, são fonte de geração de renda e uma oportunidade para promover o comércio e turismo em Piranguçu.

O representante público entrevistado indicou ainda a tentativa de associar a identidade do município a uma peça decorativa representada por um pato. O chamado projeto do patinho foi desenvolvido pela “Grupo Trabalhando a Terra”⁴⁶ em parceria com Serviço Nacional de Aprendizado Rural (SENAR) e com a Associação Piranguçuense de Artesanato (APA). O intuito era capacitar pessoas do município para produzirem o artefato no formato de pato, cuja matéria prima era a argila, sementes e grãos facilmente encontrados no município.

O projeto de capacitação para a produção do patinho também foi responsável por direcionar outros trabalhos e práticas artesãs.

EPE: [...] esse projeto do presépio em argila ele é um subprojeto desse projeto do patinho, né, que é o “Trabalhando na Terra”, né. Então virou um subprojeto porque lançou esse projeto. Aí o pessoal começou a fazer.

O “Grupo Trabalhando a Terra”, que se originou da produção da peça decorativa representada pelo pato, atualmente desenvolve capacitação, produção e comercialização de presépios em argila. A produção do presépio foi pensada e ministrada por uma das artesãs que compõe o “Grupo Trabalhando na Terra” e contou com a parceria do SENAR, que cedeu espaço para as oficinas.

No que se refere ao artesanato produzido localmente, EPE – representante da pasta da cultura - ressalta a importância da atividade para a economia e turismo. Diante disso, expressou a pretensão de organizar um espaço, nomeado de “Casa do Artesão”, para exposição e comercialização do artesanato.

EPE: [...] a gente quer pelo menos pro ano que vem/ a gente quer pelo menos fazer um local específico pra poder vender o artesanato, tipo uma Casa do

⁴⁶ Informações sobre o grupo estão disponibilizadas em: <http://www.pirangussu.com.br/home.php?pagina=noticias.php&id_not=176> Acesso em: 06 de novembro de 2017.

Artesão, entendeu? Porque isso incentiva as pessoas também a resgatarem de novo, né. Porque aqui num tem local [...].

Em Piranguçu já existe uma Casa do Artesão, localizada no parque de exposições, que funciona apenas durante as festas realizadas no espaço. Visto isso, uma nova Casa do Artesão, fora do parque de exposições, seria a oportunidade para expor o trabalho artesão local durante o ano todo, facilitando o acesso dos turistas aos trabalhos realizados no município.

Outra ação pretendida pelo representante da pasta da cultura envolve a retomada por parcerias com o SENAR para ofertar cursos de capacitação aos munícipes.

EPE: Até eu conversei com eles {refere-se ao SENAR} e o ano que vem a gente quer trabalhar um pouco mais em conjunto né. Principalmente pra essa parte de artesanato, que eles trabalham. Até esses trabalhos com argila mesmo, eles que implantaram, eles que ensinaram o pessoal a fazer o patinho. Foi um princípio deles, que eles ensinaram a fazer aqueles cambuquinhas, aquelas coisinhas lá e daquela ideia o pessoal tirou a ideia de fazer o patinho, fazer essas coisas. Começou daquilo, né, deu o ponta pé.

Entende-se que o trabalho do SENAR foi fundamental no fomento ao trabalho com a argila e contribuiu, principalmente, para associar a produção artefatos a elementos vinculados a terra, ou seja, a matéria prima encontrada no próprio município, como a argila, sementes e grãos disponíveis em Piranguçu. Por esse motivo, afirmou-se a importância de continuar com a parceria entre a prefeitura e a instituição.

As principais ações da pasta de cultura estão direcionadas a identificação e tombamento de patrimônios no intuito de recolher o ICMS cultural. O representante público reconhece que as ações e práticas culturais estão sendo negligenciadas no município. Além disso, demonstrou-se interesse em desenvolver ações de apoio aos artesãos, bem como contribuir para tal atividade por meio da oferta de cursos de capacitação e da construção de um espaço destinado a exposição e comércio dos trabalhos artesanais locais.

2.4.4 A adesão ao SNC em Maria da Fé (MG)

Maria da Fé assinou o acordo de cooperação com o SNC em sete de maio de 2014 (MinC, 2017). O município não possui um plano de cultura e a pasta da cultura é representada pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, cuja estruturação é composta pela Diretoria de Cultura e Turismo, e pelo Conselho de Patrimônio Cultural.

Entre as atribuições da Secretaria de Cultura e Turismo está o fomento às políticas municipais de apoio e incentivo à cultura e ao turismo; apoiar atividades culturais e turísticas que contribuam para o crescimento econômico e social; promover e fiscalizar a preservação dos

bens culturais materiais; desenvolver ações orientadas para o recebimento de benefícios fiscais; e estabelecer as diretrizes de ação para respaldo aos grupos artísticos (MARIA DA FÉ, 2017).

As orientações e diretrizes da Secretaria de Cultura e Turismo compreendem que o trabalho artesão é fonte de renda para pessoas do município e um potencial para o desenvolvimento socioeconômico. Diante disso, o artesanato é uma das prioridades de ações e práticas culturais.

EMW: A prioridade nossa aqui é o artesanato. Na parte de cultura é o artesanato e os bens que a gente tem tombados aqui [...]. A parte mais forte mesmo é o artesanato.

EMLU: [...] o mais cultural nosso hoje/ hoje é o artesanato, né. Tá em ascensão. De artesanato aqui a gente tem a “Gente de Fibra” (**refere-se à Cooperativa Mariense de Artesanato Gente de Fibra**), que é famosa no mundo inteiro, a gente tem o Domingos Tótora, o Leonardo Bueno. São vários ateliês, tem o pessoal da zona rural também que trabalha com fibra de bananeira. Então, todos esses a gente/ a gente dá uma olhada especial pra eles porque ajuda bastante no desenvolvimento da cidade. [...] Fora a fibra de bananeira, a gente tem os/ os artesãos que trabalham com madeira. Fazem escultura em madeira, o Leonardo Bueno, o próprio Domingos Tótora também. Eles fazem escultura em madeira. O deles já é... sai da parte do artesanato e já vira uma coisa/ um design, uma coisa mais... industrial, uma coisa voltada pra público diferenciado também, porque são/ são peças de alto valor.

No que se refere ao artesanato, os representantes indicam a ascensão da produção de peças de decoração com a fibra de bananeira, assim como reconhecem a visibilidade desses trabalhos e suas contribuições para a economia do município. Maria da Fé possui artesãos que trabalham com esculturas em madeira, as quais assumem características industriais e são comercializadas nos grandes centros, como São Paulo e Rio de Janeiro.

No caso da Cooperativa Mariense de Artesanato Gente de Fibra, o trabalho surgiu de uma parceria da prefeitura com o SEBRAE e o artista plástico Domingos Tótora⁴⁷. Da união, foram realizadas oficinas que ensinavam a trabalhar com o papel reciclado e a fibra de bananeira, dos quais originou o grupo de artesãos que formou a cooperativa.

A produção da Cooperativa Mariense de Artesanato Gente de Fibra busca associar a identidade da cidade de Maria da Fé às peças de fibra de bananeira. O trabalho realizado é apresentado como diferenciado, exclusivo e de alto valor. O poder público também ressalta essas características e coloca que as peças, em sua maioria comercializadas fora do município, fazem com que Maria da Fé seja conhecida nacionalmente e internacionalmente.

⁴⁷ Disponível em: <<http://www.prefeiturademariadafe.com/onde-visitar>> Acesso em: 18 de novembro de 2017.

As falas direcionam também para a existência de uma cooperativa de artesãos, nomeada Cooperativa da Grotá.

EMW: A gente tem o/ a “Cooperativa de Artesanato da Grotá”, que chama [...]. Grotá é um bairro aqui de Maria da Fé, entre Maria da Fé e Cristina, e o pessoal lá faz o artesanato em crochê, costura. Eles trabalham essa parte de tecido e tricô. Tem bastante gente que faz isso. Não só eles, tem alguns outros artesãos que fazem isso.

A cooperativa é composta por artesãos que trabalham com o tricô, crochê, bordado, artesanato em papel machê, pintura em pano e tecido. A atual gestão demonstra ainda que há pequenos artesãos que trabalham individualmente, ou seja, não são associados à cooperativa e da atividade artesanal, como a produção de doce de leite, rapadura e azeite⁴⁸, conseguem obter renda.

Um dos representantes públicos entrevistados explicou que o artesanato foi importante para o desenvolvimento socioeconômico do município.

EMLU: [...] após a crise da batata foi-se criado esse trabalho com os artesãos para poder fomentar mesmo a questão financeira, né, porque a maioria do pessoal que tão trabalhando com o artesanato hoje é filho de batateiro, é/ ou era esposa. Então eles viram como uma nova alternativa de renda pra poder ajudar em casa. Então essa que foi a grande questão, né. Ninguém despertou isso por, né/ foi por necessidade, com a crise da batata, então por isso que veio esse/ despertou esse trabalho, né. E o talento que eles tinham escondido, né, porque tinha muito talento escondido, né. Não se colocava **{o entrevistado refere-se que o artesanato já era uma atividade revalida por algumas pessoas, que não o comercializava}**, fazia só pra ele, mas depois ele viu que aquilo podia ser uma fonte de renda pra sua casa, né. Então isso foi bem legal. Desde noventa e quatro **{refere-se ao ano}** pra cá tá desenvolvendo isso, foi depois da crise.

O incentivo e interesse da administração pública municipal em relação ao trabalho artesão se dá, principalmente, pelo fato do município ter enfrentado uma crise na produção da batata, produto que moveu a economia do local até a década de 1990. No artesanato encontrou a oportunidade de gerar emprego, renda e atrair turistas.

Observou-se que a intenção das primeiras iniciativas que envolviam o artesanato estava direcionada, principalmente, ao trabalho realizado pela Cooperativa Mariense de Artesanato Gente de Fibra, que possui características indústrias.

Os representantes públicos entendem que existem outras atividades artesãs, caracterizadas pela geração de renda e que fogem de modelos organizacionais tradicionais.

⁴⁸ As falas mostram que, atualmente, o município busca associar a identidade de Maria da Fé à produção de azeite.

Desse ponto, algumas ações partem tanto da pasta da cultura, como do turismo, que trabalham em parceria apoiando o trabalho artesão local.

Compreende-se a importância da atividade artesã para a dimensão socioeconômica do município. A partir disso, a prefeitura e a Secretaria de Cultura e Turismo sinalizam para a construção de quiosques na avenida principal de Maria da Fé.

EMW: [...] esses quiosques são pra/ para o artesanato. São específicos para o artesanato. Então só poderão entrar ali pessoas associadas aqui em Maria da Fé/ daqui de Maria da Fé e de artesanato. Então vai tudo pra lá. [...] Ai todos **{refere-se aos artesãos}** que tiverem em cooperativa vão ficar ali. Vão colocar o... os artesanatos deles pra expor ali.

O intuito da construção dos quiosques foi que os artesãos associados às cooperativas pudessem expor e comercializar seus trabalhos, contribuindo tanto para a geração de renda, como para o turismo da região. Inclusive, a construção dos quiosques para exposição e comercialização de artesanato foi realizada com verba do turismo.

O município possui ainda a “Casa do Artesão”, espaço mantido com o apoio da prefeitura para que os trabalhos dos artesãos da cidade possam ser expostos para os turistas. O espaço é destinado, exclusivamente, ao trabalho de artistas que não se incluem na produção industrial, pois compreendem a importância de divulgá-los.

As falas demonstraram que não há um Plano Municipal de Cultura elaborado e, portanto, não há um planejamento de ações e metas relacionadas à economia da cultura e às atividades artesanais existentes em Maria da Fé. Quando questionado aos representantes públicos sobre o PMC, obteve-se a seguinte resposta:

EMLU: Então, temos o plano, o plano ooo/ é/ assim, que, junto com o conselho desenvolveu o plano de trabalho só para os patrimônios. Destinado para os patrimônios. Para o trabalho cultural mesmo não. Porque a gente trabalha a parte cultural mesmo, no momento, só com os artesanatos, né. Mas tem/ tem/ estamos planejando já desenvolver, tá? Para o próximo ano. Esse ano é mais pra organizar a casa.

Mesmo o artesanato sendo uma das prioridades da Secretaria de Cultura e Turismo, não há um planejamento definido e formalizado quanto às ações a serem realizadas. Nesse momento, surge a preocupação com o tombamento e preservação de bens com a finalidade de receber recursos financeiros por meio do ICMS cultural.

Ao seguir conversa com os representantes públicos, os mesmos apresentaram a pretensão de criar parcerias com o SEBRAE para a realização de cursos de capacitação a serem ofertados aos artesãos. Contudo, não foram definidos os detalhes do tipo de intervenção a ser feita.

No que se refere às prioridades do município, as falas são claras ao apresentar o trabalho artesão. Tal interesse surgiu pelo fato do município ter enfrentado uma crise na produção da batata, produto que movia a economia do local, e no artesanato encontrou a oportunidade de gerar emprego, renda e atrair turistas.

A identificação de patrimônios para captação de recurso via ICMS cultural foi apontada pelos representantes públicos como uma segunda prioridade. Contudo, percebe-se que tal prática está mais estruturada, visto que já possui um conselho formado e um planejamento elaborado.

2.4.5 A adesão ao SNC em Marmelópolis (MG)

Marmelópolis adotou o SNC em onze de abril de 2013 (MinC, 2017). O município não possui um plano de cultura e a pasta da cultura é representada pela Divisão de Cultura e Esporte, cuja estrutura é composta pelo Conselho Municipal de Cultura.

Das atribuições da Secretaria de Turismo e Cultura estão a promoção de medidas de proteção e valorização da cultura local, que engloba ações voltadas para o patrimônio histórico e cultural, bem como de recursos naturais; costumes e culturas populares; “coordenação, administração, fiscalização e controle de exposições e feiras de arte, artesanato popular”; apoio e incentivo às manifestações artísticas (MARMELÓPOLIS, 2017).

As intenções dos representantes da secretaria, observadas por meio das entrevistas realizadas, estão em promover atividades artísticas e eventos que contribuam para a elaboração de um calendário cultural do município. Há uma tentativa de incentivar essas atividades de forma que contribuam para a promoção do esporte e lazer e, para isso, envolvam apresentações de dança, teatro e de cantores locais na praça central de Marmelópolis.

EMF:[...] a ideia sempre foi trabalhar a cultura e o esporte na cidade, porque eu vejo que é uma área que precisa ser explorada. Ainda falta ainda muito investimento nesse setor e principalmente nos adolescentes, nas crianças, porque tem muita criança que gosta de cantá, tem criança que gosta de dançá, tem adolescente que compõe, tem adolescente que gosta de interpretar um teatro e também tem adolescente que gosta de/ de tocar um instrumento, como é o caso da fanfarra, como é o caso do violão, da viola, certo? Criança que gosta muito de cantá, a gente tá descobrindo isso aqui na cidade. Então, Deus já deu esse talento pra gente. Então a gente foi vindo, aprendendo as artimanhas e também descobrir artistas, que hoje a meta nossa aqui na divisão de cultura de Marmelópolis é descobrir artistas, é valorizar o artista local. Não somente o cantor, o dançarino, nem o ator não, mas também o artesão que é uma parte que a gente precisa explorar mais, que tem muito artesão que tá /que tá escondido. Desenhista, a gente tem aqui também pessoas que desenharam e então a gente tá buscando conhecimento sobre a cultura. E a princípio a cultura

é uma palavra muito forte, que na realidade, cultura é tudo que o povo faz e tudo que o povo produz. Então a nossa missão aqui é essa, é buscar o que, é descobrir o que/ que a cidade tem. A nossa gestão tá empenhada nisso.

Os representantes expressam a necessidade de conhecer o que o povo faz, os saberes e fazeres característicos. A título de exemplo, trouxeram o trabalho de artesãos e artistas, como crocheteiras, pessoas que trabalham com tricô, doceiras, cantores, dançarinos e desenhistas locais. Em outras falas, ressaltam essa mesma questão.

EMF: [...] nós precisamos valorizar os artistas que a gente tem. Na parte é.../ tanto na parte do/ no caso vamos dizer aqui do artesãos [...].

EMF: Temos que buscar através de feiras. O prefeito conseguiu agora, através do governo Federal, o projeto Feira Livre, que é uma feirinha pro pessoal poder expor os trabalhos. E nós já temos artesãos aqui que tão buscando poder oferecer, poder expor esse trabalho. Na parte do/ da cultura do/ do povo nosso, é a agricultura, a parte do/ é... tudo que o povo produz. Nós temos que buscar conhecer, por exemplo, a pessoa que tá lá na roça, que faz o crochê. É um trabalho que a gente vai ter que ir até ela, porque? Porque ela faz alí o crochê, mas ela vende, mas ela não sabe/ ela não sabe o valor. Que a pessoa que chega, leva e ela/ ela tá/ tá alí trabalhando. Então, nós temos que buscar conhecer isso aí também. Porque o povo nosso produz muito, mas tá escondido. Então, nós temos que ir até eles. Nós temos que/ que ir até eles e falar assim “Olha, vamos lá pra você expor o seu produto e você vender”[...].

O doce caseiro, o pessoal faz o doce caseiro, a marmelada, que é uma coisa forte nossa aqui. Então nós precisamos buscar isso aí. Como você pode ver, eu to te passando uma coisa que tá defasada. Atra/ eee... e o pessoal tá/ eles esperam que a gente vá até eles pra oferecer alguma coisa.

Reconhecem a importância de valorizar o trabalho de pequenos produtores, que representam a cultura do município por serem detentores de saberes-fazeres característicos. Acreditam ainda que os artesãos locais também devem ser compreendidos nessa identificação de tudo o que existe no município.

Quanto às ações da prefeitura, a gestão municipal demonstrou o interesse em realizar feiras que promovam os artistas e produtores locais. Nesse sentido, é citado um projeto em andamento, nomeado Feira Livre, que tem como objetivo organizar um espaço para artesãos e produtores exporem e comercializarem o seu trabalho.

Os representantes públicos municipais demonstraram os desafios e tentativas de desenvolver iniciativas no campo da cultura. Reconheceram ainda que há muito a ser feito no município, principalmente no que se refere à realização de eventos que movimentem o calendário cultural do município, assim como de começar a procurar entender sobre como investir nos tombamentos de patrimônios e como recolher o ICMS cultural.

2.4.6 A adesão ao SNC em Cristina (MG)

Cristina fez a adesão ao SNC em primeiro de fevereiro de 2013. A pasta da cultura está vinculada à Secretaria de Turismo, Cultura e Meio Ambiente de Cristina, sendo essa composta pelo Conselho de Patrimônio Cultural e Conselho de Turismo. O município não possui um Plano Municipal de Cultura elaborado.

A lei orgânica do município determina o incentivo às manifestações culturais, a promoção e proteção ao patrimônio cultural e histórico, bem como a preservação do meio ambiente (CRISTINA, 1990). Já as falas dos representantes públicos direcionaram, em primeiro plano, para preocupações como projetos de eventos festivos, e, em segundo plano, os inventários e tombamentos de patrimônios materiais.

Quando questionados a respeito das prioridades das ações da atual gestão, o secretário de turismo, cultura e meio ambiente enfatizou os eventos festivos que compõem o calendário do município.

ECR: (...) Tem dado certo aqui no município, que “são a parte” dos eventos culturais, que a gente tem desenvolvido aqui já há um tempo, não iniciado nessa gestão, é... Que são os eventos culturais de Cristina hoje, que tem sido referência para outros municípios, é... Hoje, Cristina tem um calendário, que a gente começa com Carnaval, que é bem tradicional, que a gente faz questão de que, de que a... a tradição das marchinhas seja “preservado” (...) o Festival Café com Música, que é um festival hoje, que eu “considero ele”, cultural, turístico e educativo ao mesmo tempo. Ele é cultural por causa do cunho dele, do tema “o café”, que é um produto que tem elevado o nome de Cristina, né, rompido fronteiras internacionais é, é... É, produtores daqui tem, “tem ganho” prêmios internacionais com, com a, com a qualidade dos cafés produzidos aqui (...) depois da Cris Julina, que acontece em julho, talvez é, hoje, o maior evento educacional da região, que aconteceu agora em setembro, foi a Feira Literária de Cristina, que é a FLi Cristina(...) É uma feira muito muito muito interessante, principalmente pela cunho educativo principal, trabalha base de, de, de leitura nas escolas, é a programação é muito recheada com “contações” de histórias pra crianças, tem a parte de oficinas, oficinas, de, de criação literária(...) Tem intervenções teatrais durante a feira, tem... tem troca de livros, tem “saraus”, recitais de de de, poesias né, é... apresentações musicais, mesas de debates(...)outro evento voltado é, pro turismo é... e pro eco turismo, esportes de aventura, a gente tem agora em outubro, o Cristina Adventure, que é um evento que a gente faz, é, de contemplação da natureza(...) é... desenvolvendo bastante a gastronomia, porque o café é um, é um, produto aqui da nossa região, que tem sido muito festejado a nível nacional e internacional.

No município são realizados o Festival Café com Música, uma festa julina nomeada de Cris Julina, a Fli Cristina (Feira Literária de Cristina), o Cristina Adventure – sendo esse último uma competição esportiva que envolve corrida na montanha, enduro a pé, cicloturismo, cavalgada e yoga trekking -, o carnaval de rua. Os eventos têm sido priorizados desde gestões

anteriores, conforme observado na fala acima, e neles são enfatizados, principalmente, o café da região.

A fala ainda demonstra o município como referência em eventos, como a Fli Cristina, que atrai turistas de diversas regiões como sul de Minas e São Paulo, bem como pessoas que nasceram no município e, atualmente, não residem no local.

Durante a entrevista realizada, ficou evidente uma segunda intenção da Secretaria de Turismo, Cultura e Meio Ambiente, direcionada ao tombamento e inventário de bens.

Segundo o secretário da pasta de cultura, até a data de realização da entrevista, em vinte e oito setembro de 2017, o município possuía nove bens tombados e cento e cinquenta e sete bens inventariados. Todo o trabalho de tombamento, inventário e elaboração de leis referentes ao patrimônio do município são discutidos nas reuniões do Conselho de Patrimônio Cultural, que acontecem bimestralmente.

ECR: [...] Cristina tem nove bens tombados e mais de cem bens inventariados. A gente tem essa lista de bens inventariados né, divididos é é, nas categorias né, estruturas arquitetônicas e urbanísticas né, que são... É um relatório grande né. [...] Patrimônio material, fontes arquivísticas, sítios naturais, patrimônio material, estruturas arquitetônicas e urbanísticas e sítios naturais.

Observou-se por meio de consultas ao site oficial da prefeitura, que há leis ordinárias e espécies normativas que instituem a preservação do patrimônio, o registro de bens imateriais, regulamentam o fundo municipal de patrimônio cultural e nomeiam os integrantes do Conselho de Patrimônio Cultural. Além disso, há decretos que determinam os tombamentos do Museu do Trem, da malha urbana, da locomotiva a vapor e de monumentos ⁴⁹.

O investimento em tombamentos e inventários de bens, principalmente históricos, explica-se pela localidade ser uma das mais antigas no sul de Minas em termos de povoação⁵⁰. Na região há casarões e fazendas do século XIX.

ECR: o principal objetivo, é preservação, aqui infelizmente a gente perdeu um casarão onde pernoitou a princesa Isabel, que deu o nome ao município. Cristina hoje, tem esse nome por causa da imperatriz né, então é, era um casarão maravilhoso e assim... mas o que tem, a gente tem o objetivo principal de preservar e depois através desses inventários, é, a cada ano a gente procura inventariar mais bens né, quando é, é o caso de... igual tá acontecendo no

⁴⁹ As leis ordinárias, espécies normativas e decretos estão disponíveis em: <https://www.cristina.mg.gov.br/>. Acesso em: 25 de setembro de 2017.

⁵⁰ A história do município pode ser consultada no site do IBGE. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/minasgerais/cristina.pdf>. Acesso em 30 de julho de 2018. Ainda pode ser consultada no site da prefeitura de Cristina. Disponível em: <https://www.cristina.mg.gov.br/>. Acesso em: 30 de julho de 2018.

Museu do Trem, é um bem tombado, o Museu do Trem é um bem tombado, junto com a, a Maria Fumaça, que fica exposta lá, que também é um bem tombado, é... as reformas dos bens patrimoniais, a preservação, gera uma certa, um certo benefício pro município através do aumento da pontuação que vai acarretar o aumento do, do repasse do ICMS cultural pro município né.

A história do município é muito valorizada e exaltada, e a patrimonialização dos bens históricos foram as formas encontradas pela prefeitura para atrair turistas ao município e de arrecadar fundos por meio do ICMS cultural. A história e a patrimonialização tem sido tão priorizadas que, atualmente, a prefeitura oferece um *city tour* com guia, que percorre o município junto aos visitantes, apresentando os monumentos, casarões e recursos naturais, contanto a história de Cristina e de seus bens.

Durante a pesquisa de campo em Cristina, o NEID foi acompanhado pelo guia, que apresentava preparação e domínio de toda a história do município. Tal fato demonstrou a preocupação do município em se apresentar aos visitantes e passar a imagem de cidade receptiva.

No município de Cristina não há associações de artesãos formalizadas e o único local onde encontra-se os trabalhos dos artesãos são na Casa do Artesão, espaço para exposição e comercialização de artefatos da região. No espaço podem ser encontrados trabalhos como crochê, tricô, tapetes e almofadas confeccionadas por cristinenses.

Capítulo 3 – Da perspectiva e prática artesã no município de Itajubá

A partir da realização das entrevistas com os artesãos membros de práticas organizativas no município de Itajubá, foi possível identificar algumas características das associações, conhecer o trabalho dos membros das associações, preocupações, demandas, relação com os representantes públicos e elementos que constituem tais práticas artesanais.

3.1 Associação Artes da Terra

A Associação Artes da Terra foi formalizada em 2011. Considerada uma entidade sem fins lucrativos, atualmente, possui, por volta de vinte e cinco membros⁵¹, cujos trabalhos

⁵¹ Dado coletado por meio de conversas com os artesãos durante o período de janeiro a março de 2018. Devido à alta rotatividade, os próprios artesãos não sabem o número exato de membros vinculados à associação.

envolvem a exposição e comercialização de produtos artesanais e alimentos caseiros. Entre os produtos dos associados encontram-se: aromas para ambientes, perfumes, *patchwork*, sabonetes, velas aromáticas, pinturas em mdf, *decoupage* em vidros, bordados, crochê, almofadas, bolsas de pano, panos de prato, colcha de retalhos, roupas, tapetes de pano, caminho de mesa, jogo americano, toalhas de mesa, tapioca, crepe, pães, bolos, bonecas de pano e artefatos exotéricos – como fontes e pedras – que podem ser observados na Figura 3.

A feira da associação iniciou com um pequeno grupo, composto por dez mulheres - há treze anos -, e por ela já passaram muitas pessoas.

EE: Então, é o que eu falei pra você. Aí eu sai, sai do/ do emprego, aí eu comecei a fazer curso, porque eu comecei com bijuteria. Eu comecei a fazê curso de bijuteria, depois a... que hoje é a nossa presidente, ela que dava o curso pra gente. Ela falou, porque que cê num entra junto com a gente? No grupo de mulheres. Era um grupo de dez mulheres, aí veio as dez mulheres pra cá. (...) das dez, só sobrou eu, sabe?

EE conta que conheceu o grupo de artesãs que formaram a Associação Artes da Terra por meio de um curso de bijuterias, há treze anos. Do grupo, atualmente apenas EF e mais uma artesã – atual presidente da associação - permaneceram na associação.



Figura 3 - Barracas da Associação Artes da Terra

Fonte: NEID.

Em entrevista, a artesã EMA, membro da Artes da Terra desde seu início – já participava do grupo antes da formalização -, menciona que a associação já teve muitos membros, superior aos vinte e cinco atuais.

EMA: Quando eu entrei era muuuito associado. Eu entrei lá. Tudo aqui era feira. Aí vão diminuindo as pessoas. A crise pegou todo mundo né. E as pessoas, às vezes, entram achando que vai vendê horrores, vai fica rico, vai vendê toda semana e não é bem assim. Aí entra, sai, entra, sai. Aqui tão pouquinho porque muitos estão de férias, mas vai/ vai essa fileira até o final.

Segundo a associada, antigamente, a praça Presidente Getúlio Vargas ficava repleta de barracas de artesãos durante os dias de feiras, devido à grande quantidade de associados. Para ela, o atual número reduzido de membros explica-se por muitos entrarem na associação acreditando que irão ter grandes retornos financeiros durante as feiras, o que na prática não acontece.

A fala de EML demonstra a mesma preocupação.

EML: Nós tamo lutando ainda, sabe? Que vai chegando num ponto que vai acaba, porque só entra pessoa que entra com aquele entusiasmo, quando vê que num dá nada, sai. E nós temos um senhor que que trabalha pra nois que nós dependemos de vendê pra pagá. Todo mês nós temo uma mensalidade. [...] Aí essa mensalidade que a gente paga todo mês é pagá ele, etendeu? A gente paga ele assim, pra ele montá, pra ele vir aqui desmontá as barraca.

Atualmente, encontram-se na associação membros do sexo feminino e masculino – maioria feminina. As exposições dos trabalhos dos artesãos acontecem todas as sextas-feiras, das treze às dezessete horas, e aos sábados, das oito da manhã às treze horas. Todos os artesãos membros possuem suas barracas individuais e cada um é responsável pela organização, exposição e venda de seus produtos.

As feiras acontecem na Praça Presidente Getúlio Vargas, no Centro de Itajubá (MG). Localizada entre as ruas Dr. João de Azevedo e Dr. Américo de Oliveira – Figura 4 -, possui um espaço extenso em termos físicos, possui jardins, árvores e, em seu centro, é composta por um palco rodeado de bancos, conforme pode ser verificado nas Figuras 5, 6 e 7. No local, rotineiramente, observa-se jovens praticando *skate* durante dia e noite, bem como há diversas apresentações artísticas realizadas aos finais de semana, incluindo nos horários de feira. Em seus arredores estão a Escola Estadual Coronel Carneiro Júnior, lanchonete, farmácia de manipulação, lojas de roupas, um banco, um supermercado, ponto de ônibus, edifícios comerciais e residenciais.

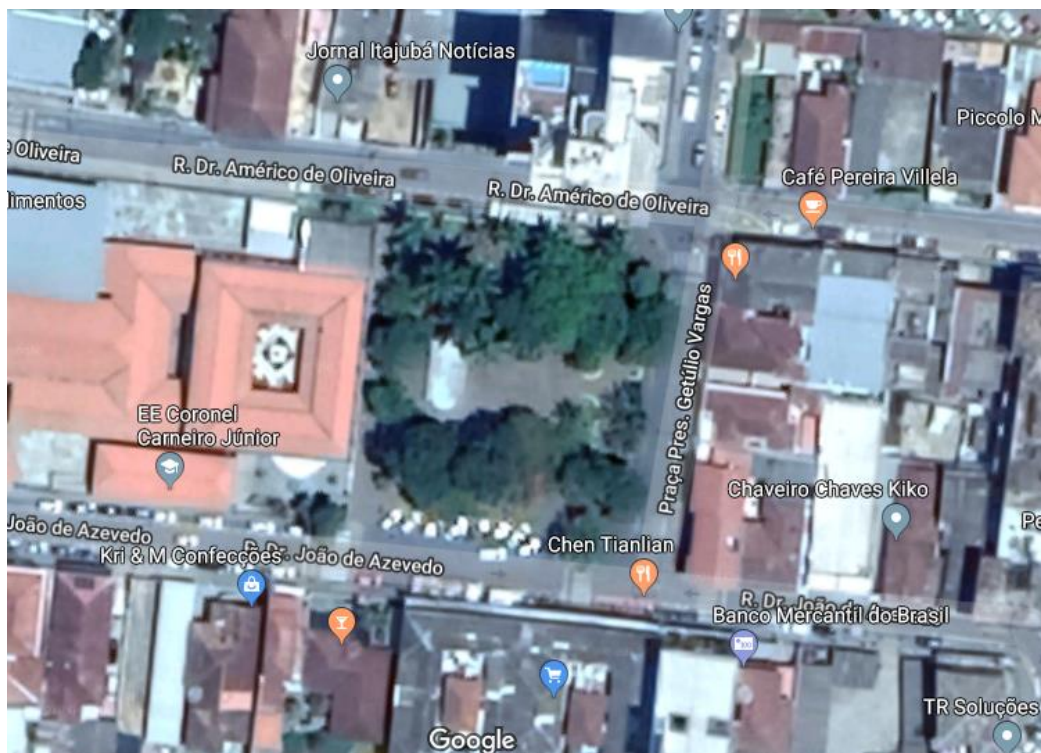


Figura 4 - Praça Presidente Getúlio Vargas

Fonte: Google Maps.

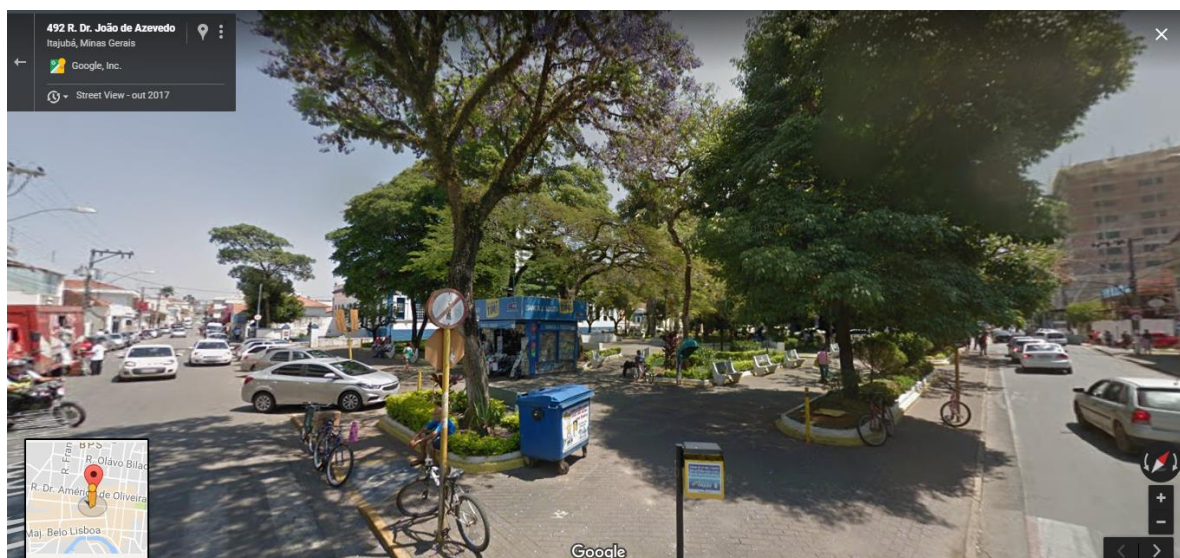


Figura 5 - Praça Presidente Getúlio Vargas

Fonte: Google Maps.



Figura 6 - Praça Presidente Getúlio Vargas

Fonte: Google Maps.

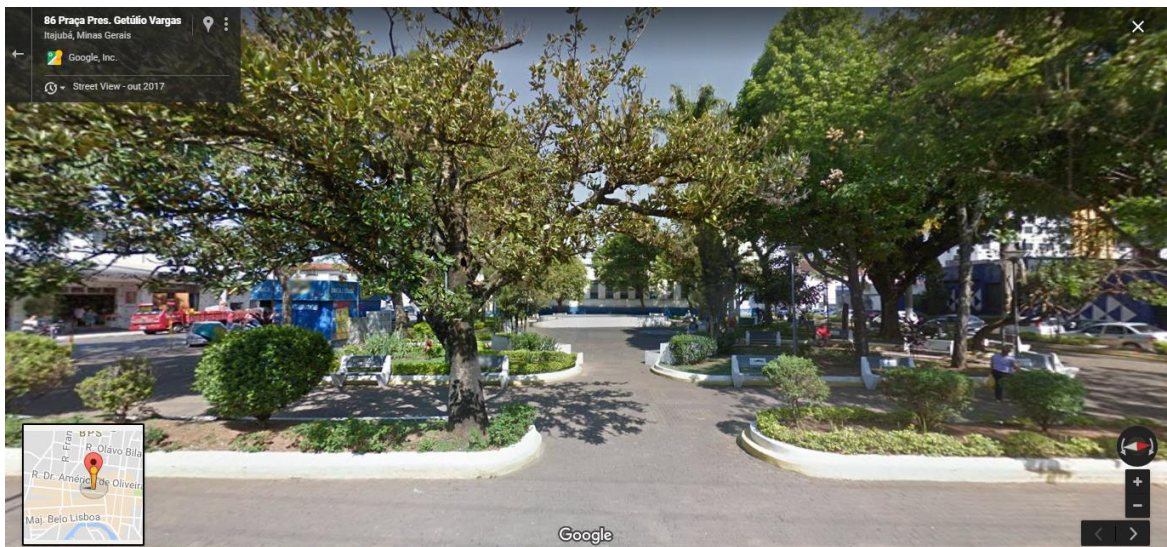


Figura 7 - Praça Presidente Getúlio Vargas

Fonte: Google Maps.

Portanto, nesses espaços disponibilizados pela municipalidade acontecem as feiras e as imagens mostram, do ponto de vista das intenções da pesquisa, que não há um destaque para as atividades artesanais, mas uma forma de acomodar as demandas das artesãs. O cotidiano e as dinâmicas de sociabilidade existentes na praça abafam ou camuflam a existência das feiras.

Mesmo sendo um local movimentado, a praça tem sido um motivo de insatisfação por parte dos artesãos, que alegam que o lugar não é tão movimentado como a praça principal.

EC: [...] a gente tá pedindo pra ele {refere-se ao prefeito do município} pra ir pra outra praça, então, foi queeee a gente acaba focando muito em ir pra lá e acaba sem/ sem querê (...) Sem querê, desvalorizando também o espaço que a gente tem, porque na verdade a gente tem um espaço que é aqui. É o/ é o que gente tem no momento, né. Então, assim, eu acho que a gente poderia/ haaam/ também negociá com eles, porque eu acho muito difícil eles mandarem autorização permanente pra fica lá. Acho que se for, vai ser assim, eventual, em datas comemorativas. Se é que isso ainda vai acontecê. O mesmo caso da gente continuá aqui, eu acho que a prefeitura poderia investir mais na manutenção aqui da praça do carneiro. É... na manutenção das plantas, da pintura, é/ dos bancos, tem bancos alí, nessa parte alí que estão totalmente sem o encosto, quebrados. É... Então, assim, isso acaba dando uma imagem de praça abandonada, de praça suja, de praça sem valor. Né, isso acaba, a gente pegando um pouco dessa imagem, né. E... porque como a outra foi recentemente reformada, as pessoas vão tudo pra lá. É lá que tem, é... sorvete, é barzinho. Aqui não tem, além do supermercado, a gente não tem nenhum outro comércio, assim, que chama, né.

A artesã entende que a feira da associação já possui um espaço – as feiras estão representadas nas Figuras 8, 9 e 10 -, contudo, relata o interesse em realizar algumas feiras na praça central do município, principalmente em datas comemorativas. Apesar do local atual ser importante para os artesãos da associação, EC acredita que estão esquecidos ali, pois o espaço não é mantido com tanto empenho – comparação com a praça central. Esse sentimento de esquecimento da feira também é relatado por outras artesãs.

EM: Mas foi coisa do prefeito mesmo, né, que/ quando ele entrou {refere-se a quando o atual prefeito assumiu a gestão} e... num quis mais que, na verdade, ia reformar a praça, ia mexê lá, foi o que ele alegou. Que ele ia reformá. Só que ele reformou, depois, aí nós começamos a participar, por exemplo lá, de Natal, de festa de Natal era lá {refere-se à praça central da cidade}, Dia das Mães. Agora esse ano eles já nuuum/ num quis que a gente ficasse mais lá. Acho que a praça, acho que ele queria mais assim... uma coisa mais... {a artesã não soube expressar}. Aí eu não sei o que que ele achou que num quis mais. Esse ano teve a Economia Solidária lá, né {refere-se a feira de Economia Solidária}. A Economia Solidária esse ano foi lá, mas chegou agora Natal, eles ficaram irredutível {a prefeitura não permitiu que a feira fosse realizada na praça central}. Que lá a gente vende mais, sabe? Fica mais acessível. (...) Aí nós ficamo meio que jogado aqui, sabe? Porque o movimento era mais pra lá. Isso pesou muito pra gente no final de ano viu. Pesou muito! Nós, na verdade, fizemos só pra pagá as despesa nossa aqui.

EMA: Já cansamo de pedir ao prefeito. Nós queríamos mudá para a praça principal, mas não foi permitido. Este ano nós queríamos passar um/ pelo menos fazê um Natal lá. Também não nos foi permitido. Entendeu? Porque essa praça aqui é muito mal (...) a gente divulga que nós tamos aqui. Tem

gente que nem sabe que essa feira existe. Então, nós gostaríamos de uma praça mar movimentada. Isso nós gostaríamos muito.

EM participava de uma feira realizada pela própria prefeitura na praça principal do município, a Praça Theodomiro Carneiro Santiago. Ela relata que há quatro anos um novo prefeito assumiu a gestão e os representantes solicitaram que os artesãos que participavam dessa feira fossem encaminhados para a Associação Artes da Terra.

A artesã conta que se sentiu esquecida ao ser movida para outro espaço. Tal fato pode ser explicado quando é feita a comparação entre a movimentação e procura de seu trabalho na época em que expunha na praça principal e no local atual.

A extinção da feira na Praça Theodomiro Carneiro Santiago foi explicada por conta de uma reforma no local. A reforma fechou grande parte da praça, inclusive o espaço onde ficavam as barracas dos artesãos. Após a reforma, foi realizada apenas uma feira de Economia Solidária no local e dela participaram artesãos das duas associações de Itajubá e artesãos de outros municípios. Esse foi o único evento em que a prefeitura autorizou a realização de uma feira no local desejado pelos artesãos da Associação Artes da Terra.



Figura 8 - Feira da Associação Artes da Terra

Fonte: NEID.



Figura 9 - Feira da Associação Artes da Terra

Fonte: NEID.



Figura 10 - Feira da Associação Artes da Terra

Fonte: NEID.

Depois desse evento não houve outros realizados na praça principal. Pode-se perceber que a impressão que causou para a artesã em relação a atitude da atual gestão foi a de que não queriam os artesãos com suas barracas na praça, pois após a reforma, procurava-se passar uma outra imagem do espaço e isso não seria possível caso voltassem a acontecer as feiras com os artesãos e suas barracas no local.

O mesmo relato sobre o local atual das feiras da associação surgiu durante a entrevista com EMA. Para a artesã, o espaço atual é pouco movimentado quando comparado a praça principal.

Outro fato relatado por algumas artesãs foi o de que a associação é mantida por meio da arrecadação de uma taxa cobrada de cada associado. A taxa, no valor de quarenta reais, é utilizada para manter a associação.

EC: Então, a mensalidade é quarenta reais por mês e pra entrá paga oitenta. Seria o dobro ééé... no primeiro mês e depois, a partir do segundo seria quarenta. [...] A gente utiliza ééé... normalmente pra/ ééé... hoje a gente tá numa média, assim, de vinte e cinco pessoas, acredito mais ou menos, na feira. E a gente paga ooo salário de setecentos reais pro montador, mais o aluguel que a gente tem alí da CDL, dá/ dá duzentos e cinquenta. Dá cento e cinquenta mais ou menos por mês pra gente pagá as despesas básicas pra gente podê ééé/ i a diante. Então, normalmente, o dinheiro que a gente tá arrecadando gira em torno disso. Depois, a gente tem ainda que pensa noooo... ééé'... nas despesas que a gente possa vir a tê. Até o ano passado, a gente tava pagando uma dívida com o montador, porque ele tava/ ele tinha sido contratado no sistema que ele recebia férias, 13º [...] Então, a partir de agora, o que excedê, se é que vai excedê alguma coisa, a gente tem que guarda também pra pagá aaa/ o restante da dívida {refere-se a dívida com o montador}. Então, a gente tem que/ tem que pensá em outras coisas pra arrecadá dinheiro também pra pode/ éééé/ mantê oooo/ o montador. E depois tem outra questão também que a/ a CDL tá aumentando o valor do aluguel, então, o valor que eles nos passaram praticamente fica inviável pagá. Então a gente vai tê que procurá um outro, um outro espaço, que seja aqui perto também e, então tem mais essa questão aí que complica.

A associação conta com o serviço de uma pessoa responsável pela montagem e desmontagem das barracas, bem como um local para guardar as barracas. Esses serviços geram um custo para a associação. Além disso, a manutenção de cada barraca é de responsabilidade do artesão a que ela pertence.

A associação não possui um espaço físico próprio para depósito da estrutura das barracas, encontros entre os artesãos para a realização de trabalhos conjuntos, reuniões e assembleias. Por isso, a associação já contou com a ajuda de algumas instituições do município que cederam salas para as reuniões, bem como já pagaram pelos locais – como é o caso da CDL (Câmara de Dirigentes Lojistas).

EE: Bom, no começo a gente sempre fazia aqui no/ no colégio {refere-se à Escola Estadual Coronel Carneiro Júnior, colégio ao lado da praça onde é realizada a feira.}. Aí depois daqui mudou (...) É, pro museu. Aí depois fazia aqui na CDL, né. Agora, as últimas reuniões que teve foi alí na... como é que chama aquele prédio? EFEI, na INTERCOP.

EC: A gente se reúne alí naaaaa/ num espaço da INTERCOP mesmo, alí perto da Matriz. [...] É sempre um espaço cedido ou por eles, ou alí pela CDL também que era onde a gente fazia a um tempo atrás, que é aaaa... que a gente pagaaaa o espaço do do local alí/ pra guardar as barracas, então, eventualmente eles cediam um espaço pra reunião também.

Atualmente, utilizam de uma sala alugada na CDL para guardar as barracas. Cada artesão trabalha em sua residência e quando são realizadas reuniões e assembleias, os mesmos utilizam de um espaço cedido pela INTECOOP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares. Sobre as reuniões:

EMA: É, a gente faz geralmente quando tem algum ponto X na feira, aí a presidente fax uma reunião, uma assembleia geral e todoo dão a sua opinião pra resolvê sobre aquele determinado assunto. Entendeu?

EC: Então, a gente faz reuniões éééé... a princípio seria mensal, mas assim, não tá acontecendo muito isso até por que/ a virada do ano. A gente teve/ a gente teve várias reuniões assim mais de uma por mês no final do ano éééé... porque a gente / aaa/ assumiu a gestão já no mês de outubro e aí teve muita coisinha pra resolvê. Eee... então agora a gente tá dando um tempo. A próxima vai acontece, acredito que só em março.

EC: todos podem opiná. A questão é que muitas vezes a pessoa não vem participa da reunião eeee... normalmente, assim, o número de presenças vai em 50%. 50% das pssoas vão na reunião e 50% não vão eee... então, assim, isso é ruim também porque a gente não consegue passa a informação a/até o detalhe pra todo mundo. Então sempre fica uma pessoa que não recebe direito. Uma pessoa que depois não cumpre as regras como tem que cumpri. Isso, é/ é/é mais complicado.

As reuniões acontecem pelo menos uma vez por mês para que todos os membros possam discutir e decidir juntos as questões da associação. Entretanto, no início do ano de 2018 ainda não havia sido realizada nenhuma reunião ou assembleia pelo fato de muitos associados estarem viajando e pelos diversos eventos que aconteceram durante o mês de dezembro. Outro fator mencionado durante a entrevista com a associada EC foi sobre a frequência dos artesãos nas reuniões e assembleias, que não chegam na metade do número de associados.

Percebe-se também que durante as feiras não é exigido a presença dos artesãos, conforme pode ser observado nas falas de EMA e EA.

EMA: Aqui tão pouquinho porque muitos estão de férias, mas vai/ vai essa fileira até o final.

EA: [...] semana que vem eu não vô poder vim que eu tenho um compromisso. Eu tô indo pra participá de um festival exotérico né.

Não há uma cobrança para que todos os associados estejam presentes assiduamente nas feiras. Por motivos de ordem pessoal e participação em outros eventos relacionados ao artesanato, como é o caso do associado EA, os artesãos não participam de todas as feiras. Entretanto, observou-se e encontrou-se os mesmos artesãos presentes na maioria das feiras, ou seja, os dias de feira são caracterizados, em sua maioria, pelos mesmos artesãos.

Nos dias de realização das entrevistas, o número de barracas expondo nas feiras giravam em torno de onze a treze barracas. Essa baixa frequência dos membros da associação na feira pôde ser constatada durante as observações de campo. Nos primeiros meses do ano, entre janeiro e início de março, por volta da metade dos artesãos não estavam expondo nas feiras e entre metade de março e julho, houve um aumento no número de barracas.

Verificou-se que a baixa frequência dos artesãos nas feiras não se deu apenas pela falta de regras mais rígidas que exigiam tais presenças. Outro motivo é que as feiras não são fonte de renda para os associados entrevistados. Elas são uma complementação, por isso, os artesãos precisam se dedicar a outras atividades, o que acaba impactando no comparecimento dos mesmos às feiras.

EMA: Não, não é única renda minha. Graças a Deus tem meu marido, né. Porque se dependesse só disso, a gente morria de fome, entendeu? Mas complementa legal, pra mim tá bom, entendeu?

EML: [...] se nós formos depender disso aqui pra sobrevivência, é difícil, né. Até eu conto com o meu marido no necessário e isso aqui é mais mesmo pra pra alguma coisa da gente, pessoal né. Ajudar um neto, né, que/ é assim, é coisa mas/ não é, vou dizer que, por exemplo, fazer disso aqui uma renda pra, né.

EE: Tenho a minha renda, né, então. A renda do artesanato é muito pouco. Ainda mais eu que pago aluguel. Nossa, não dá pra nada. É só mesmo pra [...] É mais pra compretar uma coisinha também e fazê, comprá minhas coisinhas, né, pra trabalhar. Essas coisas.

EMA e EML relatam que não conseguem sobreviver apenas do artesanato. Elas dependem dos maridos e o artesanato é uma complementação na renda da casa e até mesmo para conseguirem maior independência financeira de seus maridos. Já a artesã EE conta que o artesanato para ela também é uma complementação que ajuda a comprar coisas pessoais e

materiais para dar continuidade ao trabalho artesanal. Ela ressalta que tem uma outra renda e o artesanato, portanto, não é a principal.

Desse ponto, a procura dos artesãos por outras formas de trabalho e comércio de seu artesanato, como foi o caso do entrevistado EA, cuja fala disposta a cima direciona para a participação em eventos fora do município para comercializar o seu artesanato, leva, conseqüentemente, a baixa frequência dos artesãos nas feiras. Ou seja, a baixa frequência pode ser explicada pela tentativa dos artesãos ao buscarem outras formas de comercializarem seus produtos, bem como outras maneiras de sobreviverem a partir de outros tipos de trabalho - que intercalam com o artesanato e impossibilitam o comparecimento em todas as feiras.

A associada EC revela que seu principal espaço de exposição e comercialização é a feira, entretanto, ela tem procurado outras formas de comercializar seus produtos.

EC: [...] eu tenho algumas lojas que vendem pra mim. Não é minha, mas eu vendo consignado eee eee eu pago uma comissão e eles vendem pra mim. [...] a gente faz parte é... de um movimento chamado Economia Solidária **{alguns artesãos da Associação Artes da Terra e da Associação de Artesãos de Itajubá fazem parte do movimento de Economia Solidária}**. É... e significa que a gente participa de feiras em outras cidades/ ham/ daaa... aqui do Sul de Minas. A última que a gente participou foi em Capitólio. Então, assim, eu digo Sul de Minas, mas a gente anda quase quatrocentos quilômetros, né. Ham/ Então assim, tem algumas cidades que/ queeee organizam/ que já organizam essas feiras e a gente também/ e eles tão também, sempre em busca de outras/ outras cidades que sejam interessantes pra expor o artesanato. Então, assim, como a gente recebe as pessoas de fora pra vir pra cá, tem outras que nos recebem quando a gente viaja. E... essas feiras costumam ser bem interessantes, assim. Giram em torno de quarenta a cinquenta barracas de artesanato, um artesanato bem variado, bem rico, as pessoas gostam muito de vê.

EMA: Se quisé ir em casa, eu vendo. Entendeu?

EE: As vezes, alguém chama pra fazer alguma faxina, a gente vai [...].

EC expõe em lojas da cidade e participa de feiras de economia solidária. Essas foram as estratégias que a artesã encontrou para conseguir comercializar seus produtos para além da feira. Já a entrevistada EMA vende seu artesanato para clientes que vão até a sua casa e a artesã EE conta que, além do artesanato, também faz faxinas para complementar sua renda.

Outro ponto a ser levantado sobre a Artes da Terra é que a associação está em processo de incubação na INTECOOP há quatro ou cinco anos, segundo os próprios artesãos. Tal fato permite que os associados utilizem o espaço da incubadora para realizar reuniões e cursos de capacitação promovidos pela própria INTECOOP e por alunos do curso de administração da UNIFEI.

EC: Mas a gente também tem o apoio daaaa/ do pessoal daaa/ daaaa.. INTERCOOP, de parte alí da UNIFEI, que são os estudantes que estão fazendo parte/ são estudantes da área de administração e eles estão buscando um suporte até no mês deee/ de dezembro a gente teve umas quatro reuniões, é, com eles praaa/ tipo, defini metas que a gente possa fazer durante esse ano, né, e colocando em prática aqui na feira. É... eles fizeram, tipo assim, um diagnóstico da feira/ ham, elencando assim o que fosse os pontos positivos e negativos. Então, assim, em cima de cada ponto a gente vai trabalhá em diversos aspectos, né, no produto, na apresentação, da venda, do trabalho em conjunto, na feira. Então, assim, a gente vai começa a botá em/ começa a reuni o pessoal de novo no final de fevereiro e começa, quem sabe a botá em prática, assim que possível, a partir de março.

O apoio da INTECOOP tem sido importante para os artesãos. Os alunos da UNIFEI têm feito trabalhos em conjunto com a INTECOOP e os artesãos para que as barracas, onde são expostos os artesanatos, sejam montadas e organizadas de forma que permitam maior visibilidade para os trabalhos expostos. A artesã relata envolvimento de estudantes do curso de administração para troca de informações e realização de cursos de capacitação na intenção de contribuir para a comercialização dos artesanatos. Além disso, no ano de 2017, Carlos Magno Pereira, na época, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade⁵² estudou sobre o ambiente da feira de artesanato da Associação Artes da Terra a partir da Teoria Ator-Rede.

Outro fato levantado por um dos artesãos entrevistados, foi o de que no ano de 2016, por meio do projeto de lei nº 4136, a Associação Artes da Terra recebeu o título de utilidade pública⁵³.

EC: No ano retrasado, se eu não me engano, a gente teve reconhecimento da utilidade pública do Artes da Terra, através da Câmara/ haaam/ dos Vereadores e isso significa que a partir do ano passado a gente já teria direito aaa um certo valor que, se eu não me engano, era de mil reais por ano praaa/ham/ prooo/ pro artesanato. Mas não sei o que que houve direito, que eu também não tava na administração e esse dinheiro não veio. É... foi/ acabou sendo direcionado pra outras entidades da cidade. Mas agora, a partir desse ano a gente vai ficá em cima eee se dér tudo certo, a gente vai recebe. É, porque a partir do momento que a gente recebe o/ o reconhecimento, a gente tem um prazo ainda pra entrá na agenda das despesas, então, se dér certo/ se Deus quiser, esse ano vai dá certo.

⁵² Dissertação sobre a Teoria Ator-Rede e o design de ambientes na feira de artesanato da Associação Artes da Terra. Acesso em 02 de julho de 2018. Disponível em: https://repositorio.unifei.edu.br/xmlui/handle/123456789/781?locale-attribute=pt_BR

⁵³ Notícia de 30/08/2016. Acesso em: 02 de julho de 2018. Disponível em: <http://www.itajuba.cam.mg.gov.br/camara/noticias/18635/associacao-artes-da-terra-e-declarada-de-utilidade-publica-municipal>

De acordo com o artesão, pela associação ter sido reconhecida como utilidade pública, a instituição teria direito a receber uma verba do município. Contudo, o valor não foi repassado no ano de 2017. Mesmo assim, os artesãos esperam que tal situação se regularize.

A associação tem enfrentado algumas dificuldades, como a alta rotatividade de membros, falta de participação nas reuniões e assembleias por parte dos associados – percebe-se que não há cobranças, normas e regras rígidas para participar das feiras -, não aceitação do local onde acontece a feira atualmente, confusão entre feira e associação, pouca proximidade com os representantes públicos e problemas financeiros. Entretanto, a associação também tem se mostrado importante na vida dos associados, não somente pela complementação de renda, mas principalmente como aquela que promove a participação de mulheres na vida pública e contribui para as relações sociais.

3.2 Associação de Artesãos de Itajubá

A associação Artes de Artesãos de Itajubá foi formada há vinte e dois anos. Iniciou em 1996 em forma de feiras informais que aconteciam na Praça Theodomiro Carneiro Santiago. Após dois anos de realização das feiras de forma informal, em 1998, a mesma foi formalizada por orientação da própria prefeitura do município.

ER: [...] ela era informal no começo. Aí depois começou a mexer com a parte de documentação. (...) De registrá, por tudo em ordem.(...) a gente só tinha uma feirinha alí na praça da Teodomiro Santiago. A partir de lá que nós começamo a formá a associação. Então, 20 anos atrás, vamos supô, a 20 anos atrás pra frente que começou a arrumá aaa.../aaa... documentação.

No início, antes da formalização da feira e criação da associação, participavam da feira amigos e conhecidos que se reuniam na praça do município para exporem e comercializarem seus trabalhos. Pouco tempo depois, outros artesãos começaram a procurar a feira. A partir desse momento, perceberam que era necessário a formalização da feira, que se deu pela abertura legal da associação e, então, procuraram a prefeitura, que apoiou e orientou o processo.

ER: [...] no começo/ no começo era só os tripezinho que tinha, não tinha barraca.(...) Aí depois começou a aumenta muito aaaa/ aa vinda de artesãos pá pá essa feirinha e aí veio a surgir aaa/ aaa ideia de fazê aaa associação. (...)Aí cu/começamo a corre atrás, assim, da/ da prefeitura pra sabe o que poderia/ o que nós poderíamos fazê pra podê é... é... é.../ arrumá a documentação. Aí a prefeitura, antigamente, a administração/ administração, antigamente/ antigamente, pego e instruiu a gente pra podê...(...) Pra podê arrumá a papelada. Aí, daí que nós começamos a arrumá a... a documentação. (...) aíii/ cedeu/ comprou essas barracas e cedeu pá/ pá associação { **refere-se a compra e doação das barracas pela prefeitura para a a associação**}.

O entrevistado ER é membro da associação desde a sua formação e participa das feiras desde a época em que acontecia de maneira informal. Ele conta que no início, o local de exposição dos produtos comercializados na feira era improvisado pelos artesãos. Após a formalização da associação, a prefeitura de Itajubá concedeu as primeiras barracas para a realização das feiras.

Atualmente, a associação possui um total de quarenta e dois membros, o maior número já encontrado quando comparado com os anos anteriores. Entre os trabalhos expostos e comercializados estão: *patchwork*, pinturas em MDF, bordados, crochê, panos de prato, colcha de retalhos, tapetes de pano, bolsas de pano, caminho de mesa, jogo americano, toalhas de mesa, bonecas de pano, almofadas, pães, bolos, doces, bijuterias, chinelos personalizados, pedrarias, bonecos em *biscuit* e produtos decorativos, que podem ser observados na Figura 11.



Figura 11 - Feira da Associação de Artesãos de Itajubá

Fonte: NEID.

Um dos artesãos entrevistados ainda ressalta que há pessoas aguardando serem chamadas para entrar na associação.

EFA: Tem uma fila extensa esperando. (...) de uns três anos, né, que tá bem extensa a lista de espera.

EFA: A nossa barraca/ a gente tem quarenta e quatro barracas, então, não tem como é/ é/ é/ só entra alguém, se alguém sai. Num tem como encaixá mais.

A associação não consegue atender o número de pessoas que a procuram para se associar, por isso, há uma fila de espera, na qual os artesãos interessados em participar das feiras precisam aguardar para serem chamados. A entrada de novos artesãos se dá quando membros da associação decidem se desligar da organização. Tal forma de entrada de novos membros explica-se pela associação possuir apenas quarenta e quatro barracas e essa quantidade ser o fator limitante para o número de membros.

Quando os entrevistados FA e ER foram questionados sobre os motivos que acreditam ser o motivador de tanta procura pela associação, eles explicam que o local onde são realizadas as feiras é um atrativo para quem deseja expor e comercializar seus produtos.

EFA: Uma que a nossa praça é privilegiada porque ela é um movimento.

ER: Ela é movimentada.

EFA: E outra queeee, o que eu percebo, a maioria das pessoas que procuram, é pelo mesmo motivo que eu, é pelo bem estar. É, a maioria, porque os que vem com a intenção de renda, não fica. Não fica.

EFA: É, muitos entram achando que vai tê uma renda legal, que vai vendê muito. Quando a pessoa percebe que não é, ela não fica, porque tem um gasto, né.

ER: Esse espaço aqui, principalmente, sexta e sábado, é muito movimentada. [...] Então, é muito melhor que na esquina. A esquina é melhor pra encontra, pra í na lanchonete, toma uma cerveja, comê uma pizza e aqui não, aqui é a parte de, eu acho que {interrompido}. EFA: Passagem, né. Passagem e é onde as pessoas passam e vê a gente e compra. Então, esse local aqui é o melhor.

Nesse momento, a oportunidade de socialização e de promoção do bem-estar proporcionados pela feira e pelo trabalho realizado pelos artesãos surge como um dos fatores que explica a procura por se tornar membro da associação. Contudo, o que se destaca é o fato de as pessoas procurarem se associar devido a feira ser vista como uma tentativa de obtenção de renda por quem ainda está de fora da associação, devido ao grande movimento e centralidade do local.

Essa impressão de que a feira da Associação de Artesãos de Itajubá, aliada ao local onde é realizada, é uma oportunidade de altas vendas e divulgação de trabalhos também pode ser observada em um outro momento da entrevista com ER, bem como durante a conversa com EMA.

ER: Sempre tem gente procurando. Querendo entrá na feira. [...] Tem muitos que entram, saem. Então/ então, sempre tem essa rotatividade, porque as pessoas com a intenção de ganha muito dinheiro eee acaba se decepcionando. Não dá muita/ muita renda.

EFA: Tem uma fila extensa esperando.[...] Ah, de uns três anos, né, que tá bem extensa a lista de espera. É, muitos entram achando que vai tê uma renda legal, que vai vendê.

Segundo ER, a associação convive com uma alta rotatividade de membros devido ao fato de muitos procurarem a organização acreditando que a feira é uma oportunidade para expor seu trabalho e ter retorno financeiro de maneira rápida. Contudo, na prática, isso não acontece, levando muitos a saírem da associação.

Isso é reforçado quando EFA relata não conseguir sobreviver apenas do artesanato - ele surge como uma complementação de renda.

EFA: Eu também. É uma complementação. Agora, no caso, como eu tô participando da economia solidária, tem feiras que eu faço que eu consigo me mantê e tem outras que eu volto no negativo. Então, é uma complementação mesmo.[...] Eu tenho o auxílio da minha família, né. O meu marido trabalha, tudo, então, ele consegue mantê a casa.

A associada EFA conta ainda que ao participar de feiras de economia solidária – que acontecem em diferentes municípios, com a participação de alguns artesãos do município de Itajubá, entre eles associados da Artes da Terra e Associação de Artesãos de Itajubá – ela consegue ter maior retorno financeiro. Contudo, as feiras de economia solidária não acontecem com tanta frequência quanto as feiras da associação e, por isso, a família da artesã conta com a renda do marido para o sustento da casa e, assim, o artesanato se torna uma complementação.

As feiras da Associação de Artesãos de Itajubá são realizada na Praça Wenceslau Braz, localizada no final da Avenida Coronel Carneiro Júnior – principal avenida do Centro - e início da Rua Dr. João de Azevedo. O local é utilizado como passagem de acesso entre as principais ruas comerciais e a praça principal do município, a Praça Theodomiro Carneiro Santiago, o que gera grande movimentação de pedestres. Essa característica atraí os artesãos a se associarem a Associação de Artesãos de Itajubá, que buscam expor e comercializar seus artefatos na feira.

Na Praça Wenceslau Braz há apenas uma árvore, algumas palmeiras, bancos e em uma de suas extremidades encontra-se uma fonte, como pode ser observado nas Figuras 12 e 13. Em seu entorno observam-se lojas de roupas, calçados, perfumaria, relojoaria, papelaria, lanchonete, a CDL e a Casa Rosada – patrimônio material do município, que pertenceu ao ex-presidente Wenceslau Braz.



Figura 12 - Praça Wenceslau Braz

Fonte: Google Maps.

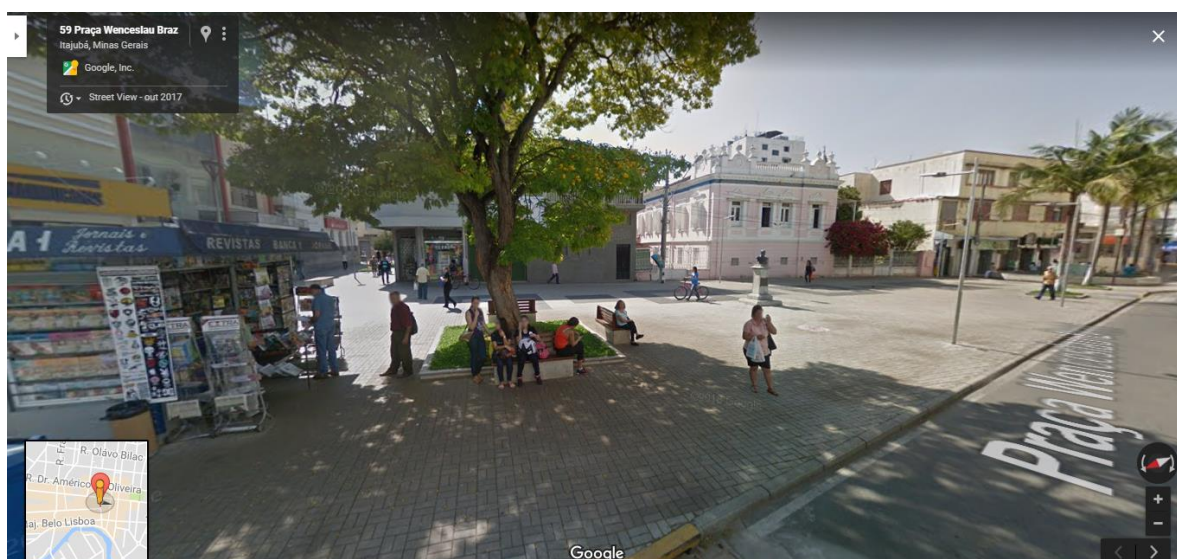


Figura 13 - Praça Wenceslau Braz

Fonte: Google Maps.

O espaço público onde é realizada a feira, por ser um local fixo, com dias exatos para a realização da feira – sextas-feiras e sábados representado nas Figuras 14, 15 e 16 -, também é considerado um ponto para os clientes acessarem facilmente os artesãos. A praça, é, portanto, o local de encontro entre artesãos e seus clientes, principalmente, pela associação e os artesãos não possuem espaços próprios para comercialização de artesanato no município.

EFA: A gente só tem o depósito onde a gente guarda os produtos e as barracas. Então, tipo assim, pra entrar em contato com a gente, é só aqui mesmo, na

sexta e no sábado, ou quem pega o telefone nosso né. Que aqui a gente não tem um escritório, não tem nada.

Os artesãos não possuem um espaço da associação para trabalharem. Eles produzem os artesanatos em suas casas e, portanto, nos dias de feira, a praça se torna o ponto para a exposição e comércio dos artesanatos.

A associação utiliza o espaço da ACIEI (Associação Comercial, Industrial e Empresarial de Itajubá) para guardar as barracas dos associados e realizar as reuniões e assembleias da associação.

EFA: Nós somos associados da ACIEI. (...) Aí, quando a gente precisa de assembleia, alguma coisa, a gente se reúne lá. (...) A gente paga o depósito aonde é guardado o/ todos os produtos e as barracas. A gente tem que pagá a ACIEI, que a gente é associado lá (...)

O espaço utilizado pela associação na ACIEI é pago e o valor é arrecadado por meio de uma mensalidade cobrada dos artesãos. Além do espaço para depósito e realização de reuniões, a taxa paga pelos artesãos é destinada a prestação de serviços de montagem e desmontagem das barracas nos dias de feira, bem como para despesas da associação.

EFA: [...] os montadores; nós temos também as despesa... [...] Ah e, de manutenção. Despesa de manutenção de soldá uma peça, de concertá um toldo e quando precisa de uma documentação pra pagá o contador, entendeu? Por isso, que existe a mensalidade, porque existe gasto.



Figura 14 - Feira da Associação de Artesãos de Itajubá

Fonte: NEID.



Figura 15 - Feira da Associação de Artesãos de Itajubá

Fonte: NEID.

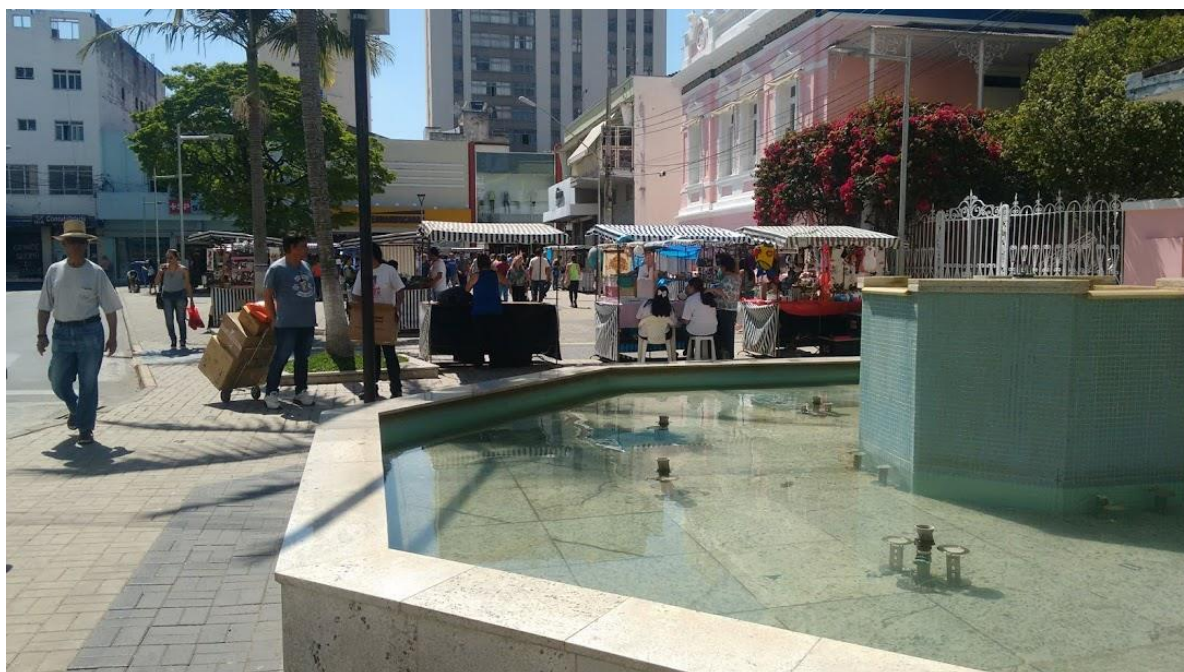


Figura 16 - Feira da Associação de Artesãos de Itajubá

Fonte: NEID.

Todo o valor arrecadado com as mensalidades pagas pelos artesãos é utilizado para cobrir os custos da associação, incluindo a manutenção das barracas dos associados, que por serem antigas, apresentam necessidade de reparo constante. Esse problema com as barracas,

inclusive, levou a associação a procurar a prefeitura do município na tentativa de conseguir a doação de toldos novos para as barracas da associação.

EFA: [...] a gente só procurô a prefeitura pra isso, pro pedido do toldo. [...] Conseguimos a licitação, tudo. [...] Segundo, tá fabricando, não chegou ainda.

ER: Tá dependendo do I/ IPHEN pra podê liberá a verba.

Segundo os artesãos, a tentativa de contato com a atual administração da prefeitura se concentrou na tentativa da associação de conseguir apoio para conseguir o toldo para as barracas da associação. Ressaltam ainda que a gestão não procura estabelecer um contato e parcerias com a associação.

Quando questionado a um dos artesãos sobre a relação da associação com a prefeitura, obteve-se a seguinte resposta.

EFA: Não, deles procurarem a gente, não. Tem tido da gente procura eles, né. Que foi no caso, o pedido do toldo.

Percebe-se que a prefeitura ainda não despertou o interesse em fomentar práticas, ações e políticas voltadas para a economia da cultura no município – mesmo que tal ponto seja ressaltado em um dos objetivos do PMC de Itajubá. Observa-se também que a própria associação não consegue assumir um caráter político, criando possibilidades de parcerias para com a prefeitura que oportunizem o trabalho artesão no município.

Além da dificuldade enfrentada pela associação no que se refere a estabelecer parcerias políticas, a mesma tem enfrentado problemas referentes ao estabelecimento de normas internas.

EFA: Não assim/ antigamente, quando a gente assumiu, já fazia um bom tempo que não tinha mais assembleia e reunião. Aí quando a gente assumiu, a gente viu a necessidade, que era muito importante vê as reuniões pra que todos colocassem aaa/aaa/ as ideias, reclamações e outras coisas mais. Eee a gente fazia do nosso jeito, do jeito que a gente achava que era certo. Eee no que/ no mais que a gente precisava, resolvia que era colocá os pontos X em discussão, mas aí depois que a CE entrô, ela viu que a gente tava fazendo era tudo errado. A gente não tinha essa ideia de coro, de votação, entendeu? É, eu/ a gente achava que a quantidade de pessoas que tava alí podiam resolvê e não era determinante, tipo assim, a gente fez uma reunião hoje, foi discutido um assunto e aquele assunto era blindado. Não. Depois a gente tentava discutir de novo, passa uma lista pra tê certeza se era aquela decisão que a gente queria, tal. E aí, agora não. Com aaa.../ com as coisas que ela/ que ela ensinô pra gente sobre isso é que quando tem uma assembleia, o que é decidido lá tem que sê soberano, tem que sê/ entendeu? Não pode mudá. Então, tem tido muuuita dificuldade de aceitação nessa parte, porque a gente não tá acostumado a trabalhá assim. A gente tá acostumado a abrí/ abrí brechas, tipo: “Aí, hoje ééé, o horário é das **10 às 10** da noite, mas tem uma pessoa que tem pressão alta. Não, pode ir embora {sempre dispensava a pessoa}.” A gente fazia assim, entendeu? “Ah eu/ é.../ é formatura do meu filho. Não, não tem problema.” Mas com o que foi implantado agora,

tá/tá muito assim, não pode nada e eles tão tendo uma dificuldade muuuuito grande de adaptação.

EFA: E tem sido normas muito rígidas e a aceitação tem sido minoria. Minoria. Porque muitos que estão aqui, não estão por renda. Oitenta por cento/ oitenta por cento aqui num/num/num vive disso. Vem, as vezes, por depressão, porque aposentou e qué tê um/um/ uma outra atividade. Agora, alguns, aqui vivem disso. Tipo, ER vive disso. Tem mais umas/ que vive mesmo acho que umas dez pessoas. Um dez, né? Que, assim, não tem daonde tirá uma renda, seria essa. A minha é complementar. A maioria é complementar, porque tem época que você não/ não faz nem pra pagá a mensalidade da feira pra alguma/ a maioria das pessoas, entendeu? Então, a gente tá mais aqui mesmo é pra tê um convívio social, pra muitos, né/ pra muitos são pra isso. E pra divulga. É uma vitrine. Aí daqui você pega uma encomenda, você divulga o seu trabalho, entendeu?

Normas tem sido adotadas pela presidência, que tem enfrentado dificuldade de aceitação por parte dos associados. As normas são necessárias para os encaminhamentos da associação, contudo, tem gerado muita discussão entre os membros do grupo, visto que tem tornado a prática associativa mais rígida e menos compreensiva em relação às necessidades e problemas pessoais de cada artesão. Tal fato pode ser explicado por uma grande parte dos artesãos participarem da associação, não somente para a obtenção e complementação de renda, mas também como atividade de convívio social, lazer, ocupação e *hobby* – o que torna a participação nas feiras algo não obrigatório pela perspectiva dos artesãos.

A partir desse momento entra a importância de a feira de artesanato acontecer na praça da cidade ou em locais movimentados. O local serve de ponto de encontro entre os próprios artesãos, entre amigos e conhecidos. Ou seja, a feira, que acontece em um local público movimentado, passa a assumir a função de interação, convívio social e participação da vida pública.

Poucos dependem do artesanato como renda e isso causa divergência de interesses e comprometimento em relação à associação. Essa participação na feira/ associação, mesmo não sendo tão significativa em termos de obtenção de renda, também permite que os artesãos divulguem seu trabalho e complementem a renda. Assim, o artesanato não é considerado a principal fonte de renda para os associados, apenas uma complementação.

Percebeu-se que a associação, mesmo tendo uma formação de vinte anos – formalizada – possui problemas estruturais, como a alta rotatividade de pessoas, falta de participação nas reuniões e assembleias por parte dos associados. Há uma tentativa de mudança por meio de cobranças e a criação de normas rígidas, que não são aceitas e compartilhadas pelos associados.

Ficou claro uma confusão entre feira e associação. Quando as falas dos artesãos se referiam à associação, observou-se que a mesma só existe por conta da feira – ao mesmo tempo que a feira só acontece pela formalização da associação.

Outro ponto que se destacou é a pouca proximidade da associação com os representantes públicos. Tendo em vista que o PMC de Itajubá aponta para metas relacionadas a economia da cultura, esse ponto apresentou-se negligenciado.

Contudo, assim como a Associação Artes da Terra, a Associação de Artesãos de Itajubá também tem se mostrado importante na vida dos associados, principalmente, por ser uma forma de convívio social e participação da vida pública – especialmente de mulheres, que estão em maior número nas associações estudadas. Tais assuntos foram abordados posteriormente, pois surgiram de forma predominante durante todas as entrevistas – de ambas as associações estudadas.

3.3 A feira como forma de ocupação do espaço público pelas associações

As feiras da Associação de Artesãos de Itajubá e da Associação Artes da Terra são realizadas em locais públicos, ambas em praças, localizadas no centro do município de Itajubá. A feira da Associação de Artesãos de Itajubá acontece na Praça Wenceslau Braz – marcação oval representada nas Figuras 17 e 18 - e a feira da Associação Artes da Terra ocorre na praça Presidente Getúlio Vargas – representada no círculo das Figuras 17 e 18.

As praças públicas estão localizadas a oitenta metros de distância uma da outra – equivalente a um percurso de um minuto caminhando. Ambas possuem movimentação intensa de pessoas devido ao fato de estarem localizados na área central do município e serem rodeadas por comércios, bem como em cada uma delas há uma banca de jornal.

As feiras são formas de ocupação do espaço público, mesmo que aconteçam apenas nas sextas-feiras e sábados. Tais eventos mudam a dinâmica dos locais. Durante os horários que acontecem as feiras, as pessoas param, conversam, se encontram.



Figura 17 - Localização das praças onde ocorrem as feiras das associações de artesanato

Fonte: Google Maps.



Figura 18 - Localização das praças onde ocorrem as feiras das associações de artesanato

Fonte: Google Maps.

Percebe-se que a movimentação nesses espaços é diferente nos dias de semana - quando as feiras não acontecem. A movimentação das pessoas às sextas-feiras e sábados passa a ser mais perceptível e no intuito de aproveitar aquele local, diferente dos dias de semana, na qual é utilizado, principalmente, como local de passagem.

ER: Esse espaço aqui, principalmente, sexta e sábado, é muito movimentada. [...] Então, é muito melhor que na esquina. A esquina é melhor pra encontra, pra í na lanchonete, toma uma cerveja, comê uma pizza e aqui não, aqui é a parte de, eu acho que {interrompido}. EFA: Passagem, né. Passagem e é onde as pessoas passam e vê a gente e compra. Então, esse local aqui é o melhor.

EC: [...] Eu passei {passou na praça durante um dia de feira da Associação Artes da Terra}, ééé... achei interessante, até foi num final de semana dos dias das mães que eles estavam lá na praça central. Então, a praça estava cheia de barracas, tava um super movimento eee.. eu achei bem interessante. É, depois eu passei aqui na praça do Carneiro, vi eles de novo e aí eu fui atrás, né. Me interessei pra ver como é que eu poderia fazê, né, fazê parte de um grupo junto com eles.

Nesse sentido, Miranda (2009) coloca que a feira livre acontece em um espaço público, normalmente em área descoberta, onde é desenvolvido o comércio, a troca e venda de mercadorias como uma estratégia de sobrevivência do setor informal. As feiras surgem como forma de ocupação do espaço público, bem como permitem que as praças assumam os seus reais significados de forma potencializada, como locais de movimento, onde se comercializa e acontecem práticas de lazer, descanso e sociabilidade.

Do ponto de vista da feira como fonte de sobrevivência para aqueles que estão na informalidade – abordado por Miranda (2009) em relação as feiras convencionais, onde se comercializa os mais diversos produtos e alimentos, sem delimitação de um segmento como o artesanato -, percebe-se que as feiras de artesanato realizadas no município de Itajubá não assumem tais características. Elas são compostas, em sua maioria, por pessoas que comercializam seus trabalhos em busca de complementação de renda. Além disso, os artesãos, em maioria, são mulheres, aposentadas ou donas de casa, que não dependem do artesanato como renda principal – o significado do artesanato para os artesãos está sendo abordado em um próximo subcapítulo.

Destaca-se que as associações e feiras foram as formas que os artesãos encontraram para complementar sua renda e participar da vida pública a partir do trabalho artesão. As associações são formalizadas, contudo, os artesãos são informais. Sendo assim, as feiras realizadas pelas associações tornam legalizada a prática do comércio de bens. Além disso, são de baixo custo para os artesãos, visto que não envolvem todas as exigências destinadas a uma atividade individual formalizada, como carteira assinada, pagamento de impostos, CNPJ e a manutenção de um espaço privado para exposição e comercialização.

As associações e feiras surgem ainda como aquelas que proporcionam a participação na vida pública. Pelas feiras serem realizadas em praças públicas centrais do município, elas

proporcionam a circulação de um grande número de pessoas, dos quais residem em Itajubá e municípios vizinhos têm a oportunidade de conhecer os trabalhos dos artesãos, bem como amigos e conhecidos dos artesãos os procuram naquele espaço.

EFA: No meu caso, é o meu momento. O dia da/da feira é o dia que eu tiro pra mim. É o meu dia, que eu tô aqui pra isso. Aí eu tenho os meus amigos, que eu converso, porque as vezes é o meu ponto de referência de pessoas que não conseguem me visitar em casa, passa aqui na rua, conversa um pouquinho, entendeu? Então, eu acho que é o meu tempo. É o meu. Porque, quando eu tô em casa, eu/eu não posso tê esse momento só meu, porque eu tenho filha, eu tenho família, entendeu? Então pra mim, é o tempo que eu tenho pra mim.

Segundo Miranda (2009), a feira livre não é apenas um local de comercialização de mercadorias e sim um espaço privilegiado onde se desenvolve uma série de relações sociais por ser um ponto tradicional de encontro entre amigos ou conhecidos. As feiras das associações, servem, portanto, como forma de divulgação e comercialização de trabalhos, e também como ponto de encontro, visto que sempre são realizadas no mesmo espaço público, todas as sextas-feiras e sábados, e as barracas de cada artesão encontram-se em lugares determinados – conforme pré-acordado entre os membros da associação.

Miranda (2009) contribui ao descrever as feiras como atividades que são localizadas no ambiente da cidade, atraindo movimento e dinamismo ao local. As feiras englobam diferentes tipos de artesanatos em um mesmo espaço.

No caso das associações estudadas, as feiras realizadas se constituem como lugar de exposição e comercialização dos mais diversos artefatos, como objetos de decoração, crochê, velas aromatizadas, costuras, *patchwork*, bijuterias, caixas de mdf, artigos de perfumaria, pedrarias, doces, pães, bonecas de pano, entre outros.

EC: Porque assim, aqui na praça/ eu não sei, é como se a gente/ eu não tenho loja, mas é como se a gente tivesse uma vitrine, né. Então, aqui a gente/ gente conhece muitas pessoas. Ééé... então, ao/ao longo desses três anos teve muita gente que já passou por mim. É, muita gente que já voltou, muitas não voltaram. Mas assim, a gente tá sempree. Assim, eu vejo que eu tenho/ tenho sempre pessoas que já compraram, que voltam, que elogiam. Então, isso é importante, eu acho, né, pra gente tê um retorno do trabalho que a gente tá fazendo.

As feiras são as vitrines, que proporcionam a exposição dos artesanatos e a oportunidade de os clientes terem contato com artesão. Dessa exposição surge não somente a comercialização, mas também a divulgação e, conseqüentemente, reconhecimento pelos trabalhos realizados pelos artesãos do município.

Na feira realizada pela Associação de Artesãos de Itajubá, observou-se trabalhos diferentes em cada barraca, ou, seja, cada barraca expõe um tipo de produto. Apenas na Associação Artes da Terra encontrou-se barracas com alguns tipos de trabalhos iguais. Essas barracas são de artesãs que praticam a costura e o *patchwork*. As demais barracas não apresentaram produtos repetidos.

EMA: [...] eu trabalhava com as velas, sabonetes e só. Aí comecei com as caixinhas, gostei e coloquei aqui na banca. Só que o *patchwork*, tem gente na feira que já faz *patchwork*. Só que eu não acho legal, já que eu já tenho três produtos diferenciados na banca.

A artesã EMA, que expõe e comercializa velas, caixas em mdf, sabonetes e *patchwork* colocou que, pelo *patchwork* ser exposto em outras barracas, ela acaba produzindo mais as velas, caixas em mdf e sabonetes para a expor na feira.

Essa característica de cada artesão trabalhar com um tipo de trabalho é acordado entre os membros da Associação de Artesãos de Itajubá e, por mais que não seja formalizado na Associação Artes da Terra, essa característica fica perceptível ao percorrer as barracas nos dias de feira. Durante as observações de campo foi possível verificar que os artesãos da Associação Artes da Terra evitam expor trabalhos iguais aos de outros membros. Os únicos trabalhos que se mostram repetidos são as costuras e o *patchwork*.

EML: O meu trabalho, ele é bem variado, né. É bolsas, é almofadas, tapetinho e joguinho americano. Então é bem diversificado, não é uma coisa só, né. [...] Tecido, é. Um pouco de crochê.

EE: Ah o meu é coisa de cozinha, tecido. O meu mais é tecido [...] Tapete, crochê, é... almofada, é igual a EML memo. Tem de tudo! **{risos}**

Percebeu-se que os artesãos procuram não expor e comercializar os mesmos tipos de trabalho nas barracas das associações, contudo, na Associação Artes da Terra, há duas artesãs que realizam o mesmo tipo de trabalho e demonstram não se importar com isso. Para EML e EE, tal fato não parece incomodar – diferente dos demais artesãos de ambas as associações.

Outro fator observável e que predominou nas barracas é o de que os trabalhos são todos artesanais, sejam eles objetos ou alimentos. Em nenhuma barraca, de ambas as associações pesquisadas, encontrou-se produtos industrializados ou para revenda. Sendo assim, as feiras também se caracterizaram por oportunizar a exposição e comercialização de artefatos que não são encontrados facilmente no comércio tradicional local.

Na rodoviária do município há uma loja para comercialização de produtos de alguns artesãos – entre eles estão artesãos membros da Associação Artes da Terra e Associação de

Artesãos de Itajubá, bem como não associados. Contudo, no local não é possível encontrar os artesãos responsáveis pelos itens disponíveis na loja. Ou seja, na loja não há o contato com o artesão que produziu o bem – ao contrário do que acontece na feira, na qual se pode conversar com o artesão.

As feiras de artesãos realizadas em Itajubá caminham para o que Chaves (2011, p.24) descreve como adaptação e resistência as novas realidades impostas pela globalização. As feiras da Associação Artes da Terra e Associação de Artesãos de Itajubá resistem, visto o tempo em que estão atuando no município e as dificuldades enfrentadas por cada uma delas.

Elas acontecem em praças públicas, ou seja, para utilização dos espaços é necessário que as associações consigam um alvará de funcionamento. Nesse sentido, a Praça Presidente Getúlio Vargas e Wenceslau Braz já são conhecidas pelas feiras que acontecem todas as sextas-feiras e sábados.

As feiras funcionam como espaço de integração de pessoas, culturas, saberes, costumes, fortalecendo a divulgação da cidade, maximizando a oportunidade do lugar se mostrar ao mundo a partir das suas manifestações culturais (BARBOSA, 2008, p.58). As feiras de artesanato fazem parte do município, representando uma manifestação local, que atrai a população itajubense e de municípios vizinhos. Elas fazem parte do cotidiano e paisagem local, mesmo que aconteçam apenas dois dias da semana – sextas-feiras e sábados.

“A feira é cheia de sentidos, de valores da vida cotidiana que, acumulados pelo tempo, são transformados em práticas sociais que se inscrevem nesse espaço” (BARBOSA, p.56). As feiras de artesanato representam espaço de socialização, participação da vida pública, lazer, complementação de renda, atração para o turismo e forma de divulgação dos saberes-fazeres locais. Torna-se, portanto, cenário social, turístico, cultural e econômico.

Barbosa (2008, p.58), complementa ainda ao descrever que os locais onde são realizadas as feiras são carregados de sentidos, tanto para aqueles que o habitam, como para aqueles que o frequentam. Assim, a feira é uma forma de representar e transmitir o modo de ser, de identidades individuais e coletivas das pessoas e do lugar.

Por outro lado, pelo fato de as feiras acontecerem em espaços abertos, a associada EC enfatiza que os artesãos estão expostos a qualquer fenômeno da natureza.

EC: [...] vendê aqui na praça também não é uma coisa tão fácil. A gente fica exposto a aaa.. a sol, chuva, vento, ééé... são, assim/ então, assim, não é fácil, as vezes, passa todo o dia aqui é/ normalmente a gente fica quatro/ cinco horas, mas tem dias que a gente fica oito horas/ doze horas, dependendo dooo.../ do final de semana, se tem algum evento eee/ já aconteceu/ infelizmente já aconteceu comigo/ ham/ doooo... na véspera do Natal, a gente tava aqui a/

ham/ vários dias/ haaaam/ que a gente fica praticamente dez/ dez meses seguidos trabalhando /ham/ pro Natal e na metade desses dias aconteceu que a minha barraca virô completamente e teve um vento forte ééé/ e aí, assim nunca tinha acontecendo isso comigo {risos}. Mas, assim, o pessoal me ajudou. Eu não tive condições de pegá uma sacola, porque fiquei em pânico né, e aí a minha primeiraaaa/ minha primeira atitude foi chamar o meu marido imediatamente pra vir me busca, porque ia caí chuva e minhas coisas tavam tudo no chão. Então, assim, o pessoal me ajudou em cinco minutos a barraca tava em pé, as coisas tavam tudo dentro de caixa, então, assim, o pessoal se ajuda/ éééé... que as vezes complica não só pra gente, mas pro outro.

As barracas dos artesãos são frágeis e não estão preparadas para os fortes ventos. As barracas da Associação Artes da Terra possuem uma lona extra para dias de chuva, no intuito de proteger os artesanatos expostos nas barracas. Já as barracas da Associação de Artesãos de Itajubá não contêm essa lona extra. Os artesãos improvisam com lonas próprias para proteger seus itens de trabalho nos dias chuvosos.

Nesses momentos em que imprevistos em relação a chuvas e ventos fortes acontecem, há solidariedade entre os membros da associação. Percebeu-se pela fala de EC que a mesma ficou sem reação durante uma tempestade em um dia de feira e os artesãos que estavam próximos, logo deram assistência a sua barraca.

Outro ponto que se destacou é o de que o próprio PMC de Itajubá coloca a ocupação dos espaços públicos como um de seus objetivos. Diante disso, as feiras realizadas pela Associação Artes da Terra e Associação de Artesãos de Itajubá caminham em conjunto com tal objetivo.

3.4 Confusão entre feira e associação

Percebeu-se pelas falas dos artesãos entrevistados uma confusão entre feira e associação. Isso pôde ser observado quando os entrevistados foram questionados sobre como começaram, há quanto tempo fazem parte da associação e participam da feira.

EMA: Entrei/ uma amiga minha, já nem mora mais em Itajubá, ela entrou aqui vendendo frutas secas, aquelas frutas gostozinhas até. E ela falou: “EMA, tem vaga lá na feirinha. Não tem vela.” E na época eu fazia só vela. “Não tem vela, que não sei o que.” “Mas será?” Aí a presidente da feira era uma amiga minha, que eu também não sabia. Aí eu entrei, gostei e tô aqui até hoje. Tô aqui até hoje. {resposta ao ser questionada sobre como entrou na associação}.

EMA: É, a gente faz geralmente quando tem algum ponto X na feira, aí a presidente fax uma reunião, uma assembleia geral e todos dão a sua opinião pra resolvê sobre aquele determinado assunto. Entendeu? {resposta ao ser questionada sobre como acontecem as decisões tomadas pela associação}.

EC: Então, só voltando na minha memória, é... eu entrei na feira em 2014.

Tal confusão pode ser explicada por ambas as associações terem surgido da necessidade de formalização das feiras de artesanato. Ou seja, as feiras existiam de maneira informal por meio da reunião de um grupo de conhecidos que expunham e comercializavam seus trabalhos – caso da Associação de Artesãos de Itajubá – e de grupo de mulheres que decidiram expor e comercializar seus trabalhos – formalizando a Associação Artes da Terra.

Percebeu-se que as associações foram a maneira de formalizar as feiras e as manterem legalmente. Todas as atividades das associações giram em torno das feiras, ou seja, os encontros entre os membros – assembleias e reuniões - acontecem para a realização de discussões e tomadas de decisão referentes às feiras, como a entrada de novos artesãos na associação para expor e comercializar na feira, problemas relacionados às barracas e espaço da feira, gastos com montador das barracas, manutenção das barracas, mensalidade para ser associado e poder expor na feira, normas e exigências referentes a presença dos associados nas feiras.

Sem a feira não existe associação, pois não teria membros suficientes para se formar o grupo. Ao mesmo tempo, não há associação sem feira, visto que o espaço da associação – local de encontro e trabalho - é o espaço da própria feira – espaço de exposição e comercialização. As associações são representadas pela feira.

Associação e feira são dependentes, uma não existe sem a outra. As feiras só acontecem devido as associações serem formalizadas e possuem alvará de funcionamento para a sua realização. Enquanto isso, as feiras são as principais formas de representação das associações, pois são as atividades que direcionam as associações – tudo gira em torno das feiras.

As associações que teriam a possibilidade de assumir um caráter de cooperação entre artesãos, buscas por melhores resultados e benefícios mútuos, não se caracterizam como movimento político, pois enfocam em sua atividade como feira - comercialização. Assim, percebe-se que as associações de artesanato de Itajubá, não conseguem praticar o associativismo, partindo do princípio que:

O associativismo resulta do esforço coletivo de agentes produtivos em busca de melhores resultados para suas atividades. A formação de associações tem como característica central o deslocamento do princípio de competitividade, predominante nos ambientes de produção, para a cooperação e a conjunção de interesses. (SCHMITT; NETO, 2011, p. 325)

Observou-se uma conjunção de interesses entre os artesãos membros das associações, contudo, os membros ainda se encontram em grau de passividade. Essas associações são formas de organização civil com características individualistas e, portanto, estão enfraquecidas.

As associações não conseguem se fortalecer em termos de movimento institucionalizado. Ou seja, não são consolidadas como instrumentos de constituição de direitos coletivos, fator fundamental na construção de projetos democráticos e na promoção da cidadania.

3.5 A relação das associações com o poder público e outras instituições

Um dos pontos levantados durante as entrevistas realizadas nessa pesquisa envolveu o fomento à políticas e ações voltadas para as práticas organizativas artesãs da microrregião de Itajubá (MG) – primeira etapa da pesquisa com os gestores municipais. Outro ponto procurou compreender como era a relação das associações com a atual gestão municipal e o que era realizado em conjunto entre associações de artesanato e gestão municipal no que se refere às políticas e ações voltadas para as práticas organizativas artesãs. Tais questionamentos tinham a intenção de entender como estava um dos objetivos do PMC de Itajubá (MG), direcionado ao fomento da economia da cultura.

Os resultados obtidos pelas entrevistas com os gestores públicos, apontados no subcapítulo 2.4.1, mostram que a economia da cultura tem sido negligenciada no município. Percebeu-se que os direcionamentos das políticas, ações e práticas culturais fomentadas no município enfocam, principalmente, sobre a realização de eventos culturais, elaboração de um calendário festivo, identificação de patrimônios e arrecadação do ICMS cultural.

Lembrando que, no que se refere ao trabalho artesão, o PMC de Itajubá (MG) estabelece como metas: organizar as estruturas culturais, qualificar e capacitar, e regularização profissional dos artistas no intuito de formalizar o trabalho artístico-cultural. Contudo, as falas dos gestores demonstraram pouca preocupação quanto a essas metas.

A economia da cultura e a prática artesã surgiram durante as entrevistas quando um dos gestores municipais levantou a questão da identificação de artistas do município – artistas em geral - para posterior elaboração de um catálogo. Manifestou-se ainda quando o mesmo gestor levantou a necessidade dos artistas - entre eles os artesãos, músicos, dançarinos, etc -, se

organizarem para conquistarem objetivos comuns e, até mesmo, conseguirem se qualificar e se capacitar.

O gestor demonstrou interesse em contribuir para tornar realidade as ações levantadas por ele. Entretanto, tais indicações não passam de intenções que ainda não se concretizaram. Isso pôde ser percebido quando foram realizadas as entrevistas com os artesãos.

Com as entrevistas percebeu-se que ambas as associações de artesãos do município têm dificuldades de trabalhar em parceria com a prefeitura. Quando questionados sobre essa relação entre prefeitura municipal e associações, obteve-se as seguintes respostas:

EMA: Pergunta difícil. [...] Enfim, nós temos contato com a prefeitura. [...] Mas nem sempre somos atendidos, né, então, não sei. [...] Apesar de que no ano passado nós ficamos o ano inteiro tentando conversa com o prefeito e não conseguimos.

EFA: Não, deles procurarem a gente, não. Tem tido da gente procura eles, né. Que foi no caso, o pedido do toldo. Que a gente só procurô a prefeitura pra isso, pro pedido do toldo. [...] o ER correu atrás da prefeitura, tal, direto, e a gente conseguiu um toldo, mas não foi entregue ainda, né. [...] A promessa agora é de entregar até março. Fiquei sabendo. [...] ER: Tá dependendo do I/ IPEN pra podê liberá a verba.

Os associados EMA e EFA contaram que a associação não é procurada pela atual gestão municipal. Segundo elas, são as associações que tem procurado a prefeitura. EMA relata a dificuldade da Associação Artes da Terra em conseguir contatar o prefeito. Já EFA e ER apontaram terem procurado a prefeitura para solicitar ajuda com os toldos da Associação de Artesãos de Itajubá, que precisavam ser trocados.

EFA mencionou ainda que um dos artesãos da Associação de Artesãos de Itajubá elaborou um projeto para a construção de quiosques no centro do município para os artesãos exporem e comercializarem os seus produtos.

EFA: No caso, aqui tem um associado nosso que ele já correu atrás pedindo quiosque. Ele levou um projeto alí na rua do Maciel Modas Intimas, aquele bequinho. A intenção era no lado de lá do Carneiro. Fazê uns quiosques alí e tal. Esse projeto tava até na/não na prefeitura, mas quando mudou a gestão, ficou parado. Mas aí não fica como cede. É outros pontos de venda. Mas como cede a gente não consegue porque a prefeitura, no caso, teria que pagá um aluguel, né.

Tal projeto possibilitaria aos artesãos terem um espaço físico para trabalharem durante toda a semana e não somente às sextas-feiras e sábados, como acontece atualmente com as feiras. Ao mesmo tempo, a proposta envolveria a utilização e revitalização dos espaços públicos, visto que o local visado para a construção dos quiosques seria um beco pouco

movimentado. Segundo a entrevistada, o projeto não seguiu em frente devido às mudanças de gestão na prefeitura, ou seja, houve descontinuidade do projeto.

A artesã EC, da Associação Artes da Terra contou que os artesãos já tentaram entrar em contato com o prefeito.

EC: Então, ééé/ a última vez que a gente conversou com o prefeito foi é/ em dezembro do ano retrasado **{ano de 2016}**. O ano passado/ ééé'... a gente tentou contato com ele porque a gente tem a secretária que no caso era a EA no ano passado. Então a função da secretária é fazê esse contato com a prefeitura. Durante o ano todo/ ham/ a gente não conseguiu fazer uma reunião com ele. Claro, foi impossibilidade dele, porque a gente teria ido, né. Mas ele não nos/ nos recebeu e quando chegou o final do ano, que a gente viu que a coisa tava a apertando e que a gente queria ir pra lá, foi a mesma coisa, a gente mandou um ofício e eles negaram **{ofício solicitando uma autorização para a associação poder expor na praça principal de Itajubá}**. Então, assim, o ano passado foi bem complicado. Teve a troca da gestão também **{refere-se a troca de gestão da associação}**. Então, a partir esse ano a gente vai tê que começa tudo de novo. Eee, outra coisa que eu acabei também me dando conta né. É... nesse processo de tá, né, a gente tá pedindo pra ele pra ir pra outra praça, então, foi queeee a gente acaba focando muito em ir pra lá e acaba sem/ sem querê [...] Sem querê, desvalorizando também o espaço que a gente tem, porque na verdade a gente tem um espaço que é aqui. É o/ é o que gente tem no momento, né. Então, assim, eu acho que a gente poderia/ haaam/ também negociá com eles, porque eu acho muito difícil eles mandarem autorização permanente pra fica lá. Acho que se for, vai ser assim, eventual, em datas comemorativas. Se é que isso ainda vai aconteê. O mesmo caso da gente continua aqui, eu acho que a prefeitura poderia investir mais na manutenção aqui da praça do Carneiro **{praça Presidente Getúlio Vargas}**. É... na manutenção das plantas, da pintura, é/ dos bancos, tem bancos alí, nessa parte alí que estão totalmente sem o encosto, quebrados. É... Então, assim, isso acaba dando uma imagem de praça abandonada, de praça suja, de praça sem valor. Né, isso acaba, a gente pegando um pouco dessa imagem, né. E... porque como a outra foi recentemente reformada, as pessoas vão tudo pra lá. É lá que tem, é... sorvete, é barzinho. Aqui não tem, além do supermercado, a gente não tem nenhum outro comércio, assim, que chama, né.

A associação tem uma secretária nomeada e uma das funções dela é entrar em contato com a prefeitura e buscar a aproximar a associação dos gestores municipais. A aproximação mencionada acima tinha como objetivo conseguir um alvará para expor e comercializar na praça principal do município, a Praça Theodomiro Carneiro Santiago.

A artesã reconheceu que a associação já possui um alvará para realizar as feiras na Presidente Getúlio Vargas, contudo, os artesãos não estão satisfeitos com o espaço. Segundo eles, o atual local das feiras está abandonado e precisa de maiores cuidados no que se refere aos assentos e jardim. Eles acreditam que a mudança para a praça principal seria uma oportunidade

para ganhar maior visibilidade devido ao grande movimento e pela manutenção do local que acontece frequentemente.

Desse ponto, observou-se que a prefeitura, quando reformou a Praça Theodomiro Carneiro Santiago e, para isso, retirou os artesãos que ali expunham e comercializavam, os levando para a Associação Artes da Terra, tinha a intenção de modernizar e passar uma nova imagem da praça para a comunidade. Após a reforma, entendeu que não poderia conceder o espaço aos artesãos realizarem as feiras naquele local, tendo em vista a tentativa de ressignificar o local.

A gestão municipal não demonstra interesse nas feiras, mesmo que as mesmas representem uma manifestação local, que modifica o cenário das praças onde são realizadas, durante as sextas-feiras e sábados – bem como já fazem parte da paisagem local - atraindo o turismo, contribuindo para a dimensão socioeconômica e divulgando os saberes-fazer locais. Consequentemente, a retirada dos artesãos da principal praça do município e a mudança para outros espaços públicos, descaracteriza o ambiente – ainda mais após a reforma e modernização do espaço.

Enquanto isso, os artesãos não compreendem que as feiras realizadas pela Artes da Terra já compõem a Praça Presidente Getúlio Vargas. As feiras são uma forma de ocupação de um espaço público e, como a própria artesã EC mencionou, o local que não recebe tantos cuidados em termos de manutenção e conservação, ao receber as barracas dos artesãos, é revitalizado, ou seja, ganha outra paisagem.

Outro fator identificado nas falas dos artesãos e que está relacionado a dificuldade de aproximação entre artesãos e prefeitura é o de que os representantes das associações de artesanato não dominam sobre o assunto associativismo, práticas artesanais e economia da cultura, bem como entendem pouco sobre gestão e politização.

EFA: [...] a gente num tem assim/ a gente é bem leigo em relação as normas, regras, o que que pode fazê pra melhorá, quais que são os nossos direitos, o que tem/ o que o governo pode oferecer pra gente. [...] Mas, assim, a gente tá caminhando devagar. Que a gente num entende muita coisa também. [...] Tá aprendendo. Tá engatinhando.

Essa pouca compreensão e insegurança – gerada por não entender ou entender pouco do assunto - acaba afetando na forma com que as associações se relacionam, negociam e cobram do poder municipal. Quando os artesãos mencionam não estarem conseguindo contatar a prefeitura, entende-se que a prefeitura possui certa resistência para recebê-los, mas as associações também não conseguem estabelecer esse vínculo político com a prefeitura.

Pelas falas dispostas acima - EFA, ER e EC – observou-se ainda que os artesãos têm procurado a prefeitura com a finalidade de resolver questões pontuais, que envolvem a tentativa de conseguir um alvará para a realização das feiras em uma praça pública mais movimentada, de colocar em prática um projeto de construção de quiosques e de ganhar barracas novas. Os representantes das associações procuram a prefeitura na busca por tentar resolver problemas, mas não se preocupam em estabelecer aproximações, negociações e relações contínuas de parceria.

Por outro lado, apesar da dificuldade de estabelecer parcerias entre prefeitura e associações, e conseqüentemente, fomentar a prática artesã no município, uma das associações envolvidas nessa pesquisa, a Associação Artes da Terra, conta com o apoio da INTECOOP.

Segundo as artesãs, a Associação Artes da Terra está incubada na INTECOOP por volta de quatro a cinco anos e, atualmente, a incubadora tem apoiado a associação em vários aspectos.

EC: Então, assim, ham/ no começo, ééé... parece que fica muito/ muita/muitaaaa/ muito projeto/ haaaam/ eles começaram com um projeto pra consegui fundos pra gente consegui compra matéria prima, né. Esse projeto, ele foi adiante, só que por falha de alguém ou nã/ ou de datas, eu não sei o que aconteceu. [...] : Ah então/ então ééé... então, teve um período alí queeee... eles tinham uma certa verba pra disponibilizá pro artesanato eee... aí a gente teve queeee/ a gente escolheu um produto que a gente gostaria de recebê, o tecido, o vidro, enfim, eles fariam a compra, iam intermediá eee a ente ia recebe o produto, é.. não sei o que que houve alí no meio/ no meio da história. Nuuuum sei se a verba não veio, se eles perderam uma data. A gente não recebeu nada... eeee... e antes deu entrá também, eles já tinham feito projetos, assim, que o pessoal também não recebeu nada. Então, isso tudo deixou o pessoal meio desacreditado naquilo que eles poderiam fazê. Eee... na verdade, assim, deee de benefício/ huum/ a gente já recebeu alguns cursos, algumas palestras que a gente pode participá eeee/ e foi isso. Acho que teve uma ocasião que eles receberam algumas camisetas também que foi patrocinada pela INTECOOP. Ééé... mas foi isso.

EMA: Essa INTECOOP agora que eu tô sentindo firmeza. [...] tem nos ajudado bastante. [...] Nossa, em pedir a/ ééé... pedir/ exemplos: pedindo ééé... como é que fala? Uma vez nós tivemos que viaja e foi a INTECOOP que nos conseguiu o transporte pra ir pra Santa Rita. Apoio. Essa INTECOOP agora. [...] a gente usa muito a INTECOOP {**refere-se à cursos de capacitação**}. [...] Pois é, nós usamos muito a sala da INTECOOP.

EE: [...] eles davam uma força legal pra gente. Mas a prefeitura nunca, nunca entrou com isso não.

Na fala de EC indicou-se a tentativa da INTECOOP em tentar conseguir recursos financeiros para a compra de materiais para os artesãos utilizarem em seus trabalhos.

Entretanto, a entrevistada conta que o projeto não deu certo, deixando os artesãos frustrados e desacreditados.

Em seguida, EC relatou o apoio da INTECOOP em relação a ofertas de cursos de capacitação para os artesãos. Desse ponto, EMA confirmou a tentativa da incubadora em capacitar e qualificar os artesãos, bem como informa sobre a concessão de salas da incubadora para a realização de reuniões e assembleias, e ajudas de custo para a realização de viagens e participação em feiras no município de Santa Rita (MG).

EML: Até nós tivemos um cursinho, umas aulas lá com o Carlos {Carlos Magno Pereira é aluno do PPGDTecS e ofereceu oficinas para a Associação Artes da Terra, cujo tema foi o design das barracas utilizadas para exposição dos artefatos. A oficina foi uma contribuição da sua dissertação de mestrado, cujo tema abarcava o ambiente da feira de artesanato da Associação Artes da Terra}. [...] Nós tivemos também um curso lá da da/ lá na EFEI da da... empreendedorismo. [...] Eles também deram pra nós também um cursinho lá. [...] Foi, por meio da INTECOP. [...] Nós tivemos também um curso lá da da/ lá na EFEI da da... empreendedorismo.

Além dos cursos realizados pela INTECOOP, os artesãos já fizeram cursos oferecidos pelo Centro de Empreendedorismo da Universidade Federal de Itajubá (CEU/ UNIFEI) e oficinas ministradas pelo ex-aluno do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Tecnologias e Sociedade (DTecS), Carlos Magno Pereira. Desse ponto, a universidade passa a assumir um de seus papéis, o de se aproximar da sociedade, integrando o ensino, a pesquisa e a extensão.

Outro ponto mencionado durante as entrevistas com os artesãos foi o de que no ano de 2017, a Associação Artes da Terra foi procurada pela prefeitura para a realização de uma ação em parceria. A prefeitura estava organizando o Festival de Inverno e a Festa do Pastel de Milho, e, então, chamou as artesãs para exporem no evento.

EC: [...] eles nos convidaram pra participa dooo... lá do parque, é, durante o ano passado teveee, ééé... dois eventos, o Festival de Inverno e no/ na Festa do Pastel. Isso foi convite deles, é, mas não foram todas as barcas. Ééé... então, assim, não sei/ não sei se eles também ficaram chateados porque não foram/ porque assim, o espaço era reduzido, eram quatro barracas, eu acho, que podiam expor. Então, a gente tinha que dividir os produtos, né, e se a gente aqui é em vinte e cinco, lá só poderia montá quatro barraca. Então, ééé..., muita gente acaba não/ não se interessando.

A procura da prefeitura aconteceu de forma pontual, ou seja, era visado uma ação em parceria que teria a restrita finalidade de levar os artesãos e tentar integrá-los a dois eventos que marcam o calendário festivo do município. A proposta, mesmo sendo a oportunidade para os artesãos exporem e comercializarem seus produtos, foi encarada por alguns artesãos de forma

negativa, visto que houve restrição de espaço e a associação não conseguiu se organizar para levar o trabalho de todos os artesãos – optou por não levar todos.

Alguns artesãos narraram ainda que buscaram apoio da prefeitura para a realização de uma Feira de Economia Solidária em Itajubá.

EFA: É/é/é o ano passado a gente teve a Feira da Economia Solidária aqui em setembro. [...] É, todas as cidades é/ que participam do movimento, é, a gente tenta levá pelo menos uma feira naquela cidade, né. Então, as cidades mais ativas, elas conseguem tê um calendário. Então, no caso, assim, o movimento hoje em dia, a cidade que mais tem pessoas é Poços de Caldas e Itajubá. Os maiores membros da Economia Solidária, do nosso fórum é Itajubá e Poços de Caldas. [...] Itajubá faz parte da coordenação. Então tem que tê pelo menos uma feira por ano.

EC: [...] a gente faz parte é... de um movimento chamado Economia Solidária. É... e significa que a gente participa de feiras em outras cidades/ ham/ daaa... aqui do Sul de Minas. A última que a gente participou foi em Capitólio. Então, assim, eu digo Sul de Minas, mas a gente anda quase quatrocentos quilômetros, né. Ham/ Então assim, tem algumas cidades que/ queeee organizam/ que já organizam essas feiras e a gente também/ e eles tão também, sempre em busca de outras/ outras cidades que sejam interessantes pra expor o artesanato. Então, assim, como a gente recebe as pessoas de fora pra vir pra cá, tem outras que nos recebem quando a gente viaja. E... essas feiras costumam ser bem interessantes assim. Giram em torno de quarenta a cinquenta barracas de artesanato, um artesanato bem variado, bem rico, as pessoas gostam muito de vê. Eeee... a última vez que eles vieram aqui pra Itajubá, ééé... o prefeito não deixou a gente ficá lá na praça principal. A gente fico aqui na praça do Carneiro **{Praça Presidente Getúlio Vargas}** e o retorno até pra eles não foi o mesmo, que no mês de setembro, eles vieram e a gente ficou pra lá **{refere-se a Praça Theodomiro Carneiro Santiago}**. Foi sensacional feira. Foi muito boa eee... já no mês de novembro que eles voltaram, assim, o retorno não chegou a cinquenta por cento do que foi lá. Então eles mesmo falaram que se tivé que volta aqui pra Itajubá. Aqui nessa praça eles não voltam mais. [...] Que pena. Nossa. Porque o pessoal, muitas vezes vem de longe, assim como a gente também viaja longe, eles também vem. Então, tem despesa de transporte, é... dedicação pra trazê mercadoria **{refere-se a fazer uma quantidade de artesanato pra trazer para a feira}**, ééé, então, assim, aqui eles ficam em alojamento, ééé'... é uma série deeee... de coisas que envolvem tudo isso. E tem que tê um retorno pra isso também, se não a pessoa acaba desistindo, né, como acontece aqui, as vezes. Eee... é um movimento bem interessante porque/ham/ envolve muitas pessoas, muito mais do que a gente tem aqui. [...] Então, em outras cidades, geralmente, eles fornecem o alojamento. Eles disponibilizam uma escola, é... ham/ nas cidades que eu fui foi sempre escola. Eee... aqui em Itajubá, eles oferecem a casa do/ a casa do Conselho, que é alí na Varginha também eeee, então, assim, esse é o apoio da prefeitura, além do alvará da praça e tal. Eeee... tem algumas cidades que oferecem transporte pras pessoas, né, mas tudo isso acaba as/ acabaaaa dependendo mais, né. O que a gente sempre consegue é o alojamento. Até porque, se a gente tive que pagá hospedagem pra fica na cidade. As vezes, não fica valendo muito a pena, né. Que já tem transporte também. Então é isso.

As artesãs explicam que as Feiras de Economia Solidária acontecem em todo o Sul de Minas e que são mais frequentes em municípios onde há maior número de artesãos associados. Itajubá (MG) está entre os municípios que poderiam receber as feiras com maior frequência.

Elas ainda contam que a primeira Feira de Economia Solidária realizada em Itajubá aconteceu no mês de setembro de 2017, na Praça Theodomiro Carneiro Santiago, principal praça do município, e que os artesãos tiveram um bom retorno financeiro. Devido ao sucesso do evento, decidiu-se realizar outra feira no município no mês de novembro do mesmo ano, contudo, os artesãos não conseguiram o apoio da prefeitura para realizá-la na praça principal. Os artesãos, então, expuseram e comercializaram seus trabalhos na Praça Presidente Getúlio Vargas, mesmo local onde a Associação Artes da Terra realiza as feiras semanais.

A feira, entretanto, não trouxe o retorno financeiro esperado, o que não agradou os artesãos. De acordo com EC, as feiras geram custos para os artesãos, pois os mesmos têm de pagar pelo transporte e armazenagem dos artesanatos, bem como alimentação e outros gastos. Por isso, os artesãos precisam de um retorno financeiro que cubra o investimento nos materiais, gastos com a viagem e ainda gere lucro.

Pôde-se perceber pelas entrevistas que as associações de artesanato e prefeitura ainda não conseguem estabelecer parcerias contínuas e negociações coletivas. Quando uma procura a outra é apenas para desenvolver ações ou projetos pontuais. As associações não assumem seu papel coletivo e político em busca de melhores condições para os artesãos, e a prefeitura negligencia o PMC no que se trata da economia da cultura e da prática artesã.

3.6 Os significados das práticas organizativas para os artesãos

Para a maioria dos entrevistados, o artesanato é considerado uma renda complementar e um *hobby* que permite a participação na vida pública. O principal motivo de participarem da feira não é a renda, mas sim a interação social que a feira permite.

EMA: Não, não é única renda minha. Graças a Deus tem meu marido, né. Porque se dependesse só disso, a gente morria de fome, entendeu? Mas complementa legal, pra mim tá bom, entendeu?

EFA: [...] muitos que estão aqui, não estão por renda. Oitenta por cento/ oitenta por cento aqui num/num/num vive disso. Vem, às vezes, por depressão, porque aposentou e qué tê um/um/ uma outra atividade. Agora, alguns, aqui vivem disso. Tipo, ER vive disso. Tem mais umas/ que vive mesmo acho que umas dez pessoas. Um dez, né? Que, assim, não tem daonde tirá uma renda. Seria essa. A minha é complementar. A maioria é complementar, porque tem época que você não/ não faz nem pra pagá a mensalidade da feira pra alguma/ a maioria das pessoas, entendeu? Então, a

gente tá mais aqui mesmo é pra tê um convívio social, pra muitos, né/ pra muitos são pra isso. E pra divulga. É uma vitrine. Aí daqui você pega uma encomenda, você divulga o seu trabalho, entendeu? [...] Eu também. É uma complementação. Agora, no caso, como eu tô participando da economia solidária, tem feias que eu faço que eu consigo me mantê e tem outras que eu volto no negativo. Então, é uma complementação mesmo. [...] Eu tenho o auxílio da minha família, né. O meu marido trabalha, tudo, então, ele consegue mantê a casa. [...] É, muitos entram achando que vai tê uma renda legal, que vai vendê muito. Quando a pessoa percebe que não é, ela não fica, porque tem um gasto, né.[...] E outra queeee, o que eu percebo, a maioria das pessoas que procuram, é pelo mesmo motivo que eu, é pelo bem estar. É, a maioria, porque os que vem com a intensão de renda, não fica. Não fica.

EC: Ela é/ complementa. É... porque assim, varia muito. Varia muito. Tem meses ééé... que a gente não vende bem e tem meses que a gente tem um retorno melhor. Então assim, não tem como eu depende só disso, por que também eu tenho um custo alto pra produzi. Eu invisto em embalagem, em matéria prima, então eu tenho um certo estoque/ eu tenho que ter um certo estoque, porque as compras que eu compro, eu tenho que ir até São Paulo pra compra, então eu não vou sempre pra lá, então, é sempre bom um estoque. Eeee... então, assim, eu tenho que tá preparada pra mês que eu possa vendê bastante e mês que eu não vendo tanto, né.

EM: Bom, é e não é, né, porque o artesanato não é uma coisa que você pode contar com ele pra você sobreviver, porque ele é incerto. Por exemplo, hoje eu não vendi nenhuma peça, né. Aí você: “Ah eu vô vende!” **{Pensamento narrado}**. Você não pode pensar assim. Então isso aí é um *hobby* mesmo, né, pra gente, né. Vendê muito bem eu vendo, sempre eu vendo, porque eu pego as encomenda pra fazer, sabe? Mas sobrevive do artesanato? Aqui em Itajubá você não sobrevive do artesanato não. Bom, eu acho que não. [...] complementa também, né. Ajuda sim, porque eu trabalhava de costureira, é salário mínimo e hoje se vive com um salário mínimo, mas sempre tem que ter uma outra rendinha, né, pra ajudar.

EML: [...] se nós formos depender disso aqui pra sobrevivência, é difícil, né. Até eu conto com o meu marido no necessário e isso aqui é mais mesmo pra pra alguma coisa da gente, pessoal né. Ajudar um neto, né, que/ é assim, é coisa mas/ não é, vou dizer que, por exemplo, fazer disso aqui uma renda pra, né. [...]

EE: Tenho a minha renda, né, então. A renda do artesanato é muito pouco. Ainda mais eu que pago aluguel. Nossa, não dá pra nada. É só mesmo pra... [...] É mais pra compretar uma coisinha também e fazê, comprá minhas coisinhas, né, pra trabalhar. Essas coisas.

O artesanato não é a única renda dos artesãos, cujas falas estão dispostas acima. Ambos relatam que não consegue sobreviver com o artesanato, e, portanto, o mesmo se torna uma complementação. A artesã EM, por exemplo, coloca que dependendo do mês, consegue um retorno financeiro que contribui significativamente para sua renda, contudo, há meses não

consegue esse retorno. Assim, a artesã não pode esperar que o artesanato irá lhe proporcionar uma renda fixa e, conseqüentemente não pode depender apenas dela.

Muitas artesãs ainda relatam que dependem da renda do marido como principal sustento familiar e o artesanato surge como um trabalho que permite a elas complementação dessa renda, bem como permite a participação em uma atividade da vida pública e surge como *hobby*.

EML ainda complementa que o artesanato é a oportunidade de não depender tanto do marido e conseguir maior independência financeira.

EML: [...] cê tê que dependê, né, só de marido... [...] mas não tem como cê depende, né. Esse é o próprio ego {risos}.

Ao mesmo tempo, é possível observar pelas falas de dois artesãos que o artesanato não é a única atividade que realizam para conseguir sobreviver. Ou seja, eles procuram outras formas de obter renda.

ER: Ah... no caso da renda fixa mesmo é a pintura. A pintura que sempre aparece pra mim fazê.

EE: Às vezes, alguém chama pra fazer alguma faxina, a gente vai, mas é assim. [...] Tenho a minha renda, né, então. A renda do artesanato é muito pouco. Ainda mais eu que pago aluguel. Nossa, não dá pra nada.

ER conta que sua profissão é de pintor e é dela que consegue obter uma renda fixa e se sustentar. EE tem uma outra fonte de renda e faz faxinas em casas de família e artesanato para gerar uma renda complementar.

Desse ponto, o artesanato proporciona aos artesãos diversas possibilidades e significados que superam a geração de renda.

EC: Porque assim, aqui na praça/ eu não sei, é como se a gente/ eu não tenho loja, mas é como se a gente tivesse uma vitrine, né. Então, aqui a gente/ gente conhece muitas pessoas. Ééé... então, ao/ao longo desses três anos teve muita gente que já passou por mim. É, muita gente que já voltou, muitas não voltaram. Mas assim, a gente tá sempree. Assim, eu vejo que eu tenho/ tenho sempre pessoas que já compraram, que voltam, que elogiam. Então, isso é importante, eu acho, né, pra gente tê um retorno do trabalho que a gente tá fazendo.

EML: A despertar, né. É uma coisa que pra preenche até também a a cabeça da gente, né. Ajuda muito.[...] É, é um lazer também. [...] É uma coisa que acontece com a gente, que a gente nem dá/ nem dá nem pra entender. [...] Porque que a gente começou, porque que a gente ainda tá nisso.

EM: [...] eu já fazia meus artesanato, eu saia assim, nas casas oferecendo, vendendo, sabe? Ai eu falei assim: “Ah, como eu parei de trabalhar”. Então, eu sempre tive vontade, mas enquanto eu tava trabalhando não tinha como, né. Por exemplo, sexta-feira, sexta-feira cê tá no serviço, cê não pode tá aqui.

Aí depois que eu aposentei, aí eu vim, fiz inscrição aqui né. [...] Aaah pra mim é importante porque eu gosto de fazer e é uma terapia, entendeu? Então, eu/ pra mim igual eu brinco com as meninas, eu falo com as minhas vizinhas “isso aqui é um vício, mesma coisa da droga. O pessoal é viciado nas drogas e eu sou viciada nessas coisas aqui **{refere-se ao bordado, abrólho e outros tipos de artesanato}**, entendeu? **{risos}**. Que aí você sai assim, por exemplo,/ eu já tô aqui, por exemplo, eu vou chegar lá em casa vou ter que fazer isso, vou ter que bordar aquilo, vou ter que fazer outra coisa. Ah eu faço também/ por causa do Natal eu já vendi/ eu faço os fuxicos, sabe? Aqueles cobre pão com fuxiquinho, cobre jarro de fil/ de filó/ é porque eu tô meia sem nada aqui mesmo.

EMA: [...] as pessoas passam, vê o que você faiz, dô o cartão. Então, se você tá fazendo uma divulgação do seu trabalho, entendeu? Passa um, passa/ a gente conversa. É muito gostoso. [...] Ah é muito bom! É uma higiene metal maravilhosa. Gosto muito de fazê. Além de rendê um pouquinho né. Não é grandes coisa. Que ninguém fica rico com artesanato, mas que as pessoas reconheçam o trabalho da gente, é muito bom.

A feira não envolve apenas a questão socioeconômica, ela é uma forma de divulgação dos trabalhos dos artesãos do município, é uma vitrine. Quando alguém conhece e se interessa pelo artesanato dos associados, os mesmos se sentem reconhecidos e importantes pelo que fazem.

EML reforça a ideia de que o artesanato é um *hobby*, um lazer, uma distração e uma ocupação prazerosa para muitos artesãos. Para EM – aposentada-, o artesanato assume o caráter terapêutico, que a permite trabalhar a mente, utilizar da criatividade e ocupar o seu tempo.

Outros artesãos ainda mencionam a importância da associação nas suas vidas:

EE: Amizade. Acho que amizade é mais importante. [...] Conviver bem com as pessoas também né.

EML: É como se fo/ formasse uma família, né. [...] A outra família. [...] Reencontra as amigas que a gente não via quando a gente fica dentro de casa com as panela lá **{risada}**.

EE: Eu desde menina que eu já sabia mexê assim com crochê, com tricô, mas não aquela coisa pra você fazer certinho, né, porque a gente, né. Mas depois, com o tempo eu fui melhorando mais, aí depois eu falei: “ah cansei de tê patrão”, falei: “Agora eu vou fazer o que eu gosto de fazê”, aí vim pra cá e tô aqui até hoje. [...] Aí, cansei de trabalhar, falei: “Agora eu vou fazer o que eu gosto.” E entrei aqui na associação. Fiquei aqui até hoje. [...] Ah, eu mexo com o artesanato, sei lá, assim, pra sair de casa, ver gente. [...] Faço bastante amizade, né. Agora, em casa cê fica...[...] Isso aí é uma terapia gostosa pra gente. Por isso que eu tô aqui. Por isso que eu ainda não desistir ainda. **{risadas}**[...] Tem que gostá, né.

Percebeu-se que o artesanato e a participação nas associações é importante para alguns artesãos, pois gera vínculos de amizade com outras pessoas na vida pública. EML, por exemplo, enxerga as colegas de trabalho como uma família que tem fora de casa – que ultrapassa os laços sanguíneos. Já EE conta que ainda não desistiu de expor seu trabalho nas feiras por conta dos vínculos de amizade gerados entre os artesãos e pela oportunidade de participar da vida pública.

Destaca-se que a feira tem a finalidade de ser um evento para exposição e comércio de bens, mas ela vai além desse fim, para a maioria dos artesãos ela surge como momento de socialização, de encontro de amigos e conhecidos.

EMA: Ah é muito bom! É uma higiene metal maravilhosa. Gosto muito de fazê. Além de rendê um pouquinho né. Não é grandes coisa. Que ninguém fica rico com artesanato, mas que as pessoas reconheçam o trabalho da gente, é muito bom.

EFA: [...] muitos que estão aqui, não estão por renda. Oitenta por cento/ oitenta por cento aqui num/num/num vive disso. Vem, às vezes, por depressão, porque aposentou e qué tê um/um/ uma outra atividade. Agora, alguns, aqui vivem disso. Tipo, ERE vive disso. Tem mais umas/ que vive mesmo acho que umas dez pessoas. Umas dez, né? Que, assim, não tem daonde tirá uma renda. Seria essa. A minha é complementar. A maioria é complementar, porque tem época que você não/ não faz nem pra pagá a mensalidade da feira pra alguma/ a maioria das pessoas, entendeu? Então, a gente tá mais aqui mesmo é pra tê um concívio social, pra muitos, né/ pra muitos são pra isso. E pra divulga. É uma vitrine. Aí daqui você pega uma encomenda, você divulga o seu trabalho, entendeu?

EFA: O meu é uma questão de relacionamento de amor mesmo. Eu amo, amo, amo, amo, amo. Não consigo ficá sem e graças a Deus tem gerado uma renda pra mim. É... graças a Deus eu tenho um bom reconhecimento do meu trabalho e é muito satisfatório. A gente fazê uma peça e vê o reconhecimento nas pessoas. Lógico que a gente enfrenta também outras situações como a pessoa olhá e fala: “Nossa, mas isso aqui por esse valor?”. Antes eu venderia até a preço de banana pra que a pessoa levasse. Hoje não. Hoje eu valorizo o meu trabalho, é esse valor, se ela quiser leva, bem, se ela não quis é, não tem problema. Leva quem qué e quem pode. Hoje eu não/ não abaixo mais, porque o artesanato é peça/ é/é/ superfulo. Não é uma coisa que a pessoa compra porque ela qué decorá. Não é uma necessidade da pessoa, né. Não é um alimento, não é uma roupa de cama, então, assim, se você tá indo compra, é porque você pode. Então, você tem que valorizá a peça que foi feita, né. [...] É uma questão de bem estar, de/ de cabeça. Pro/pro meu bem estar. Faz parte pro meu bem estar tá aqui. [...]No meu caso, é o meu momento. O dia da/da feira é o dia que eu tiro pra mim. É o meu dia, que eu tô aqui pra isso. Aí eu tenho os meus amigos, que eu converso, porque as vezes é o meu ponto de referencia de pessoas que não conseguem me visitar em casa, passa aqui na rua, conversa um pouquinho, entendeu? Então, eu acho que é o meu tempo. É o meu. Porque, quando eu tô em casa, eu/eu não posso tê esse momento só meu, porque eu tenho filha, eu tenho família, entendeu? Então pra mim, é o tempo que eu tenho pra mim.

ER: É, a importância... Ah, a importância pra mim é que eu gosto muito e também tenho uma pequena renda. A renda também é muito importante, porque a gente faz aquilo que as pessoas também procuram. Aí as pessoas gostam e, então a gente vai produzindo. [...] quando eu tô trabalhando assim com as pessoas, fazendo pintura, aí no caso, é um serviço. E quando eu tô aqui na praça, também é um/ uma/uma hora de/de vê os amigos, porque aqui na praça a gente considera todo/ quase todo mundo, né EFA, como amigos [...].

EC: Haamm, porque eu vim de fora eeee meu marido foi transferido pra cá. E aí foi uma oportunidade que eu encontrei na cidade pra tá fazendo alguma atividade, porque na minha área aqui/ haam, não tem muita oferta de trabalho. Então, foi um momento também que eu já tava querendo mudá um pouco o que eu fazia, então, haaam, me encontrei no artesanato.

Outro ponto identificado durante as entrevistas refere-se a troca de experiências entre os artesãos das associações.

EMA: Algumas vezes sim. Algumas vezes não, né. Mas no geral não tenho o que reclamá não.

EE: Às vezes alguém chega e pergunta assim “ Ah queria tanto aprendê aquele ponto ali. Cê me ensina?”. Eu pego e ensino, entendeu? Porque eu acho que a gente passa pra outra pessoa o que sabe, eu acho que não tem/ não tem problema nenhum, né. Agora, de costura, aí já fica complicado né.

EML: Não! Sabe por quê? [...] No meu caso aqui, eu mesma que vou inventando, vou criando, vou mexendo com retalho, com tecido assim de quilo. Se não, não compensava pra mim não. Porque se fosse de metro eu já tinha parado com isso aqui. Então, a gente comprando de quilo vem tecido diversificado, daí se vai criando, né, vai inventando.

As falas dos entrevistados demonstraram que os artesãos possuem dificuldades de compartilhar seus saberes-fazer. A troca de experiência acontece pouco, até mesmo porque, os artesãos procuram trabalhar com artesanatos diferentes. Outro complicador é o fato de as associações não possuírem um espaço para os artesãos trabalharem em conjunto. Ou seja, cada artesão trabalha individualmente em sua casa, o que também impossibilita essa troca.

3.7 Os artesãos e as estratégias mercadológicas

Durante as entrevistas, percebeu-se que muitos artesãos procuram desenvolver as mais diversas táticas mercadológicas. Entre elas encontrou-se a tentativa de reduzir os custos de produção.

EMA: Eu que faço. Contole/controlo. Eu vou pra São Paulo, faço as compras. Aqui nem tem como compra {refere-se a Itajubá}. E infelizmente, se tivé, é muito caro. Então, não tem como, né. Ou eu vou pra São Paulo, compro em site que tem frete grátis, né, e assim eu vou pesquisando e fazendo.

EC: [...] por tá mais perto de São Paulo também, aqui a gente tem mais ofertas de/de/de pro/ de matéria prima, né [...].

Os próprios artesãos fazem controle dos gastos envolvidos na produção de seus artefatos e lucratividade. Alguns artesãos relatam fazer pesquisas em sites na tentativa de comprar materiais para produzirem seus artesanatos com custos mais baixos e assim conseguir oferecer preços mais acessíveis ou até mesmo ter maior lucratividade a partir das vendas.

Outros artesãos narram procurar oferecer produtos que possuem maior demanda, ou seja, estão atentos ao que tem maior venda.

ER: [...] a gente faz aquilo que as pessoas também procuram. Aí as pessoas gostam e, então a gente vai produzindo.

EC: [...] eu fazia alguma coisa de perfume ééé... de pele, né, de/ pra uso pessoal ee.. quando eu comecei na feira, eu comecei com eles também só que depois eu fui vendo assim que ooo/oooo/ooo/o aroma de ambiente tinha mais caída, aí cabo que quase hoje eu/ quase troquei toda a linha, né, eee hoje praticamente eu quase que até esqueci as sacolas dos perfumes em casa e eu tenho só os de ambiente aqui.

EML: Comecei com colchas de retalho. Só que a gente vai fazendo, é bem dispendioso e difícil pra vende, né. A gente investe mais e demora muito pra vende. Aí eu fui, eu fui modificando, fui criando outras coisas.

EE: [...] De bijuteria eu já pulei pa pa tecido. Então... depois crochê. Aí eu gostei do/ de fazer o que eu tava fazendo e continuei. E aqui eu tô até hoje.

Os artesãos estão atentos ao que o público está procurando. O artesanato não traz muito retorno financeiro e as artesãs tem de descobrir por meio de tentativas o que é mais fácil de vender. Às vezes, as vendas são frustrantes devido ao tempo que se leva para conseguir comercializar o artefato. Isso faz com que alguns artesãos logo desistam de participar das feiras.

A entrevistada EC conta ainda que seus produtos são expostos e vendidos nos comércios do município. A associada, mesmo não possuindo loja própria, encontrou nas parcerias com os lojistas locais a oportunidade de vender seus produtos.

EC: Então, é mais a feira, mas eu tenho algumas lojas que vendem pra mim. Não é minha, mas eu vendo consignado eee eee eu pago uma comissão e eles vendem pra mim.

Assim, para ter maior alcance de seus produtos sem uma loja própria, EC além da feira, deixa seus produtos em estabelecimentos comerciais e repassa aos lojistas uma comissão pela exposição e venda de seus produtos. Para a entrevistada, poder expor em lojas do município e na feira da Associação Artes da Terra possibilita ter o próprio negócio com baixos custos de manutenção.

EC: É, eu sô formada em farmácia, né. Eeee o mercado de farmácia nos últimos anos tá, assim, bem/ bem, assim, mais difícil, digamos assim. Haaam, e quando eu vim pra Minas, eu achei que aqui fosse, assim, mais interessante o que/ uma questão do piso salarial que eu vi que era maior, uma das melhores do país. Só que na verdade, quando eu fui ver, é... eu tava/ é/ recebendo proposta pra metade do piso pra trabalhar quarenta horas semanais. Aí que comecei a ver que não valia muito a pena. E na verdade, quem paga isso são/ quem paga melhor são só as grandes redes e aqui tem poucas unidades de grandes redes na cidade, são mais farmácias pequenas, de pequenos proprietários. Então, num é como numa grande cidade que a gente tem oferta de trabalho. Aqui num tem muito e eu comecei a vê que com o meu artesanato eu poderia ganha/ haaamm o que eles tavam me propondo e/ né/ e ter/ e tendo oportunidade de tá desenvolvendo um produto meu, né. [...] Ah eu acho que é tá trabalhando pra mim mesma, né, que sempre foi uma coisa que eu tive vontade.[...] É.../ então, assim, eu sempre busquei um pouco isso de ser mais independente eeee... mas na grande cidade isso não é tão fácil. Eu acho que uma cidade mais. Uma cidade pequena... [...] Então, eu acho que na cidade menor a gente tem um pouco mais condições de sê independente.

A associação foi a oportunidade para a artesã realizar alguma atividade no município relacionada a sua formação em farmácia. Os perfumes e aromas de ambiente são uma forma dela continuar na sua área de atuação e desenvolver produtos e um negócio próprio.

A entrevistada EC foi a única associada que, por meio das entrevistas, percebeu-se possuir uma graduação. Ela conta que é formada em farmácia e não é natural de Itajubá. O marido de EC foi transferido para o município a trabalho e o artesanato, bem como a entrada na Associação Artes da Terra, oportunizaram a ela ter o próprio negócio a partir do que já tinha de conhecimento do período de graduação.

Os artesãos da Associação Artes da Terra demonstram ainda uma tentativa de desenvolver estratégias para estimular as vendas de seus produtos por meio de promoções.

EC: Eles/ ham/ pensaram em fazê tipo um cupom de desconto, ham/ tipo assim/ compra de uuum/ quam compra de uma barraca, tem desconto pra compra da outra. É pra fazê circu/ os clientes circularem aqui dentro. É... então, assim a gente tá sempre/ só que no fim não teve, que foi muita correria e não deu pra coloca nada em prática. E... então, assim, a gente tá sempre pensando também né, de como fazê pra pra melhorá a situação do conjunto, né, porque não adianta eu querê, haaam/ bota um produto em promoção eee tal, eu chama a atenção do cliente só pra mim. É interessante que ele veja a feira como um todo, que ele se lembre “Ah, aquela feira, ham, tão sempre fazendo promoção, tem coisas interessantes, né, então que/ que ele/ que o

cliente lembre que aqui é uma um local que ele encontra boas oportunidades também.

Mesmos que os associados produzam artefatos diferenciados uns dos outros, no final do ano de 2017, eles pensaram em uma estratégia para estimular as vendas dos membros da associação. Contudo, não conseguiram implementá-la.

Por mais que a estratégia não tenha sido praticada, percebeu-se uma preocupação dos artesãos da Associação Artes da Terra em atrair clientes para a feira. A finalidade era a de estimular o comércio em mais de uma barraca. Ou seja, eles queriam, juntos, elaborar alternativas para vender seus artesanatos. Tal prática está presente no modelo convencional de mercado.

Outra questão levantada durante as entrevistas de dois artesãos foi a de como eles precificam seus trabalhos.

EFA: Eu levo em conta o valor do material e o tempo de produção da peça. Agora, tem peças que se eu for jogar o tempo de produção, o valor fica totalmente inviável, aí eu uso o bom senso, né. Eu uso o bom senso e a média de preço das outras pessoas, que eu pesquiso muito assim no elo7, outros sites de artesanato pra eu fazê uma média de valor pra mim não fica muito fora da realidade.

ER: É, eu não gosto de pô/pô um preço muito alto, porque também eu dependo diferente do dela. Eu penso assim, vendê. Eu vendendo, eu vô tê um dinheiro no bolso, certo? Então, se eu deixa de/de vendê, aí depois eu não vô tê o que comê. Então, eu não ponho muito alto o meu/ o preço doos meus produtos.

Por meio das suas falas, percebe-se que EFA não costuma vender seu artesanato a baixos preços. Para valorar seu trabalho, ela costuma realizar pesquisas e comparar os preços de trabalhos de outros artesãos. Já ER demonstra ter outro posicionamento na hora de precificar seu artesanato para comercialização. Ele tem o costume de cobrar preços mais baixos, visto que tem como objetivo vender e ter retorno rápido.

Considerações finais

Esta dissertação se propôs, além dos objetivos registrados neste documento, a iniciar três frentes de trabalhos coletivos de interesse de estudos do NEID e do PPG DTecS:

a) estabelecer um limite territorial de leituras sobre a realidade regional e local, a partir da microrregião de Itajubá (MG). Portanto, o qual os resultados dessa pesquisa se inscrevem;

b) constituir um conjunto de informações sobre as relações entre desenvolvimento e cultura, atrelados às questões dos saberes-fazeres, dos artefatos, do artesanato, dos processos

de geração de renda, sem perder de vista a formatação de um campo denominado de “Políticas Culturais” e de “Economia da Cultura”;

c) subsidiar as municipalidades, os movimentos socioculturais e as redes de comercialização de bens e serviços atrelados à cultura para a promoção do desenvolvimento local. Este em bases coletivas, solidárias, plurais, emancipatórias, autônomas.

Trata-se da abertura de pesquisas que deverão ter continuidade e amadurecimento ao longo da caminhada do NEID e do PPG DTecS. Nesse sentido, este esforço representa um olhar, de perspectiva interdisciplinar, para a microrregião de Itajubá, em que se leva em linha de conta as falas e relatos das artesãs que atuam, vivem e residem no município de Itajubá.

Ressalta-se que a microrregião de Itajubá, composta por municípios circunscritos no interior da Serra da Mantiqueira, tem riquezas materiais e imateriais com potencial de desenvolvimento local endógeno significativo para futuras políticas, ações e práticas culturais na dimensão socioprodutiva, levando-se em efetividade as adesões e apropriações pautadas nas demandas populares apontadas no Sistema Nacional de Cultura.

Apostar nas possibilidades normatizadas no PNC pode fomentar transformações positivas às dinâmicas e demandas dos artesãos, especificamente ao fortalecimento das dimensões socioprodutivos locais. Por outro lado, não se caracteriza como um fato tranquilo, pois normatizar não garante nada sem uma perspectiva de ordem política e de relação de força e poder. Por outro lado, os planos municipais ainda estão frágeis, do ponto de vista de suas efetivações.

Ao procurar compreender se Itajubá, Maria da Fé, Delfim Moreira, Marmelópolis, Piranguçu e Cristina evidenciam ou não a dimensão socioprodutiva por meio de políticas, ações e práticas culturais, observou-se que ambos os municípios têm iniciativas tímidas ao manifestar tal campo. Entre os seis municípios estudados, apenas duas delas possuem um plano de cultura elaborado, são elas Itajubá e Piranguçu – Piranguçu não disponibilizou o PMC à pesquisadora, justificando que estava revendo o documento. A pasta da cultura nos seis municípios não é devidamente estruturada, sendo que algumas delas são dispostas em conjunto com outras áreas como, turismo, educação, esporte e lazer.

Ao observar as atribuições das secretarias, diretorias e divisões de cultura, percebe-se o interesse pela cultura como meio de fomentar o desenvolvimento socioeconômico dos municípios e captar recursos por meio do ICMS cultural. Desse ponto, destaca-se a realização de eventos que movimentem o calendário dos municípios, a identificação e tombamento de patrimônios.

Outro entrave quanto à tradução do PNC para os municípios está na dificuldade dos gestores darem continuidade a projetos políticos anteriores. Ou seja, as prefeituras não conseguem desenvolver ações que impactem a longo prazo o setor cultural. Visto que o PNC tem a necessidade de ultrapassar períodos de governo para atingir as metas propostas, é preciso repensar tal descontinuidade.

No que se refere às práticas artesanais no município de Itajubá, percebe-se que o artesanato, para a maioria dos artesãos, não é considerado o principal gerador de renda. Muitos não conseguem sobreviver apenas do artesanato. Sendo assim, encontram-se casos de artesãos que, além do artesanato, praticam outras atividades para obter renda, bem como há artesãos que declaram que dependem da renda de outro familiar para o sustento da família.

A realidade de Itajubá não exclui um conjunto de pessoas que não encontraram seu espaço nas relações formais de trabalho e vão comercializar seus artefatos e objetos artesanais. Nas conversas de campo ficou evidente que, em Itajubá, o artesanato serve para complementação de renda ou para sociabilidades. Há poucos casos em que o artesanato é a fonte principal de renda ou de sustento. Contudo, não desconhecem que o convívio com o artesanato permitiu o estabelecimento de formas próprias de sobrevivência, as quais estão relacionadas ao campo da cultura.

Mesmo com o baixo retorno financeiro, muitos artesãos continuam a realizar o trabalho por outros motivos que superam a questão econômica. Para eles, o artesanato surge como um *hobby*, lazer e oportunidade de estar mais presente na vida pública por meio da participação nas associações e feiras de artesanato. Além disso, o artesanato indica ainda a possibilidade de conquista da autonomia e protagonismo profissional.

O artesanato, para a maioria dos artesãos é uma forma de complementar a renda. Desse ponto, as entrevistas com os artesãos convergem aos dados levantados por uma pesquisa realizada pelo Clube do Artesão (2017) entre os meses de maio e junho de 2017, que coloca que 56% dos artesãos entrevistados encontraram no artesanato uma forma de complementar a renda da família.

Outro ponto levantado pela pesquisa do Clube do Artesão (2017) indica ainda que 70% dos artesãos vendem seu artesanato para conhecidos e apenas 8% possuem lojas onde comercializam seu artesanato. Esses dados sustentam as informações coletadas no município de Itajubá. As falas obtidas por meio de entrevistas com os artesãos itajubenses indicaram que os artesãos comercializam para conhecidos e familiares, bem como não possuem um espaço próprio para comercializar seus trabalhos.

Os artesãos de Itajubá (MG) encontraram nas feiras das associações a possibilidade de expor e comercializar artefatos sem a necessidade de formalização do seu trabalho, visto que as associações são legalizadas e possuem alvarás de funcionamento nos espaços públicos do município. Desse ponto, os dados divulgados pelo Clube do Artesão (2017) também contribuem ao indicar que 17,7% dos artesãos entrevistados eram formalizados como microempreendedores individuais, 45,8% não tinham o interesse em se registrar e 21,5% não deixam a informalidade por motivos como a falta de incentivos do governo e a dificuldade em manter uma empresa financeiramente. Assim, mais da metade dos artesãos entrevistados pelo Clube do Artesão (2017), representados por 66,13%, não eram formalizados.

Ao conversar com os artesãos membros das Associação Artes da Terra e Associação de Artesãos de Itajubá, outro ponto que ficou evidente foi a confusão entre feira e associação. Observa-se que as associações existem para formalizar as feiras e, ao mesmo tempo, a feira só acontece legalmente devido a formalização das associações, o qual permite às associações conseguirem alvarás de funcionamento nas praças públicas do município.

Não há proximidade da associação com os representantes públicos. Os mesmos se aproximam para tratar de questões pontuais e não conseguem estabelecer relações políticas contínuas. Assim, o objetivo do PMC de Itajubá que aponta para o fomento da economia da cultura, encontra-se negligenciado.

O artesanato e o associativismo, que poderiam proporcionar a inserção do artesão na busca por reconhecimento e direitos, como proposto por Souza (2016), não consegue ser colocado em prática. Para a autora, o artesanato vem fortalecendo o associativismo, sindicatos e representações no estado da Paraíba e a nível Federal, e, conseqüentemente, ganha força, se tornando politizado e ativo no que se refere à vitalidade cultural e a suas condições de vida.

As associações de artesanato de Itajubá (MG) que teriam a possibilidade de assumir um caráter de cooperação entre artesãos, buscas por melhores resultados e benefícios mútuos, não conseguem assumir um caráter gestor e político. Elas não se constituem como movimento politizado e ativo na busca pelos interesses dos artesãos. Os artesãos ainda se encontram passivos nessas questões.

Essa dificuldade de se aproximar dos representantes públicos para estabelecer negociações coletivas e parcerias contínuas pode ser explicada pela pouca compreensão e domínio sobre gestão das associações por parte de seus membros, práticas artesanais e economia da cultura. Essa falta de entendimento acaba gerando uma insegurança entre os artesãos e afeta como eles se estabelecem como movimento no município.

As associações enfocam em sua atividade como feira – comercialização - e não assumem seu papel coletivo e político em busca de melhores condições para os artesãos. Em contrapartida, as falas dos representantes públicos indicam pouco conhecimento sobre a economia da cultura e economia solidária e nenhuma iniciativa para fomentá-las. A prefeitura negligencia o PMC no que se trata da economia da cultura e da prática artesã.

Coube a esse trabalho responder a seguinte pergunta-problema: As políticas, ações e práticas de cultura dos municípios da microrregião de Itajubá (MG), que surgem na tentativa de traduzir uma demanda de abrangência nacional (PNC) para os municípios, implicam sobre o desenvolvimento local pela perspectiva socioprodutiva?

Desse ponto, a assinatura do acordo de cooperação com SNC pelos seis municípios estudados foi apenas um ponto de partida tratando-se de dispositivos que amparem o desenvolvimento da região, especialmente quando relacionado às dimensões sociais, políticas, culturais e econômicas, mas significativo para se começar a discutir e desenvolver ações. Além disso, foi a abertura para se pensar em política, ações e práticas, bem como estimular a criação de órgãos antes não existentes nas prefeituras, que sejam capazes de dar suporte a tais políticas.

A partir do PMC de Itajubá – único município com um PMC disponibilizado para consulta - e das falas dos gestores públicos e artesãos membros de associações, percebeu-se que o município não consegue praticar o que está disposto no documento no que se refere à economia da cultura. Em outros termos, a economia da cultura é negligenciada no município.

Visto que o PNC tem um horizonte de dez anos para alcance de seus objetivos, apresentando o ano de 2020 como prazo para seu cumprimento – mencionado no capítulo 2.2 - o município de Itajubá possui um pouco mais do que um ano e dois meses para conseguir colocar em prática tudo o que se propôs a fazer. Tal meta apresenta-se difícil de ser batida.

O fomento às ações, práticas e políticas públicas voltadas para economia da cultura requer vigilância constante, assim como tem muito a caminhar no sentido de esclarecer os representantes públicos, setor privado, comunidade e artesãos no tocante as contribuições que pode trazer ao desenvolvimento do município – o esclarecimento com as diversas instâncias deve acontecer.

Espera-se que os resultados desse trabalho possibilitem aos atores sociais a compreensão das demandas dos artesãos locais. Indica-se ainda a necessidade de desenvolvimento de outros estudos voltados para a economia da cultura na microrregião de Itajubá (MG) que contribuam desenvolvimento sustentável do local.

Sobressai à proposta desse trabalho a necessidade do fortalecimento da participação da sociedade nas discussões e formulação de políticas públicas, assim como na gestão de práticas organizativas. A partir do PNC, reverberado no PMC, o diálogo entre prefeituras e comunidade civil, passa a ser considerado um instrumento fundamental para o desenvolvimento local.

Referências bibliográficas

ABREU, D. Q.; SILVA, J. J. M. C. A Gestão Pública Sustentável do Ambiente e a Perícia Ambiental. In: V Mostra de Produção Científica, 2010, Goiânia. Ciência para o Desenvolvimento Sustentável. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2010. Disponível em: <https://moodle.unipampa.edu.br/moodle/pluginfile.php/143689/mod_resource/content/1/GESTaO%20PUBLICA%20SUSTENTAVEL.pdf> Acesso em: 20 de outubro de 2017.

ALMEIDA, M. I. M. Prefácio. In: REIS, A. C. F; Marco, K. (Orgs). **Economia da cultura: ideias e vivências**. Rio de Janeiro: Publit, 2009. p.19-20. Disponível em: <<http://garimpodesolucoes.com.br/wp-content/uploads/2014/09/Economia-da-Cultura-Ideias-e-Viv%C3%A2ncias1.pdf>> Acesso em: 20 de junho de 2017.

ALKIMIN, E. G. **Construtores de nossa História**. Itajubá, Editora Diagrarte Ltda. 2012.

BARBOSA, C. C. A feira e o turismo: potencialidades e atrativos. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v.9, n.28, dez/2008. Disponível em: <<http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>> Acesso em 29 outubro 2013.

BARROS, J. M. Cultura, diversidade e os desafios do desenvolvimento humano. In: BARROS, J. M. **Diversidade Cultural: da proteção à promoção**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008, p. 15-25. Disponível em: <http://faa.edu.br/portal/PDF/livros_eletronicos/enfermagem/Diversidade_Cultural_Protecao_Promocao.pdf> Acesso em: 22 de outubro de 2016.

_____. Diversidade Biocultural na Política Cultural Brasileira: Uma Aproximação ao CNC e PNC. In: LOPES et al (orgs). **Políticas Culturais e Ambientais no Brasil: da normatividade às agências coletivas**. Porto Alegre: CirKula, 2016. p.13-50.

BOURDIEU, P. Compreender. In: **A miséria do mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997, p. 693-713.

_____. O espaço dos pontos de vista. In: **A miséria do mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997, p. 11-13.

_____. **Os Usos Sociais da Ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo, UNESP, 1997.

BORGES, C. M (2016). Análise do Processo de Criação e Estruturação do Sistema Municipal de Cultura e a sua Influência na Economia Criativa: Um Estudo De Caso no Município de Itajubá - MG. Dissertação apresentada à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal de Itajubá como parte dos requisitos à obtenção do título de Mestre em Administração. UNIFEI. 2016. Disponível em: <https://repositorio.unifei.edu.br/xmlui/handle/123456789/538>. Acesso em: 13 de maio de 2017.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. Guia de Orientações para os Municípios. Sistema Nacional de Cultura. Perguntas e Respostas. Ministérios da Cultura, 2012. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/documents/10907/963783/cartilha_web.pdf/8cbf3dae-0baf-4a30-88af-231bd3c5cd6e> Acesso em: 11 de abril de 2016.

_____. Metas do Plano Nacional de Cultura. Ministérios da Cultura, 2011. Disponível em: < http://www.cultura.gov.br/documents/10883/11294/METAS_PNC_final.pdf/> Acesso em: 12 de abril de 2016.

_____. Metas do Plano Nacional de Cultura. Ministérios da Cultura, 2013. Disponível em: < http://pnc.culturadigital.br/wp-content/uploads/2013/12/As-metas-do-Plano-Nacional-de-Cultura_3%C2%AA-ed_espelhado_3.pdf > Acesso em: 12 de setembro de 2016.

_____. Plano Nacional de Cultura. Relatório 2015 de Acompanhamento de Metas, 2016. Disponível em: < http://pnc.culturadigital.br/wp-content/uploads/2016/05/RELAT%C3%93RIO-COMPILADO_2015-1.pdf > Acesso em: 12 de setembro de 2016.

_____. Ministério da Cultura. IBGE. Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2007–2010. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Indicadores_Culturais_2007_2010\(1\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Indicadores_Culturais_2007_2010(1).pdf)> Acesso em: 11 de abril de 2016.

_____. Plano Nacional da Cultura. Lei 12.343, de 2 de dezembro de 2010. Secretaria de Políticas Culturais. Ministério da Cultura, 2010. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/documents/10907/963783/Lei+12.343++PNC.pdf/e9882c97-f62a-40de-bc74-8dc694fe777a>> Acesso em: 02 de abril de 2016.

_____. Relatório de Adesão ao SNC. Portal do Sistema Nacional de Cultura. MinC. Disponível em: < <http://www.cultura.gov.br/snc/situacao-dos-estados-e-municipios>> Acesso em: 11 de abril de 2016.

BRASILEIRO, M. D. S *et al.* Orgs. **Turismo, cultura e desenvolvimento** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2012. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/7y7r5/pdf/brasileiro-9788578791940.pdf>. Acesso em: 16 de setembro de 2018.

CARVALHO, E. A. Cultura e Complexidade: um trajeto antropológico. In: PIMENTA, C.A.M.; MELLO, A.S. (Orgs.). **Encruzilhadas da Cultura: Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade**. Taubaté: Cabral Editora, 2013, v. 1, p. 49-69.

CARVALHO, A. L. P; NÓBREGA, Z. S. Um Caminho Possível: Cultura como fator de desenvolvimento no alinhamento do turismo à economia da cultura. In BRASILEIRO, M. D. S *et al.* Orgs. **Turismo, cultura e desenvolvimento** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2012. pp. 125-150. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/7y7r5/pdf/brasileiro-9788578791940.pdf>. Acesso em: 16 de setembro de 2018.

CAPES. Periódicos CAPES. Disponível em: < <http://www.periodicos.capes.gov.br/>> Acesso em: 28 de maio de 2016.

CAPES. Banco de teses da Capes. Disponível em: <<http://bancodeteses.capes.gov.br/>> Acesso em: 28 de maio de 2016.

CERTEAU, M. Um Lugar Comum: a linguagem ordinária. In: **A Invenção do Cotidiano**. Petrópolis, Vozes, 1994, pp. 59-106.

CHAVES, R. G. Análise socioeconômica e cultural da feira livre do município de Remígio – PB. Campina Grande – PB. Monografia apresentada ao curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba. 2011.

CHAUÍ, M. S. Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas. 7º ed. São Paulo: Cortez, 1997.

CLUBE DO ARTESÃO. Pesquisa inédita revela que o artesanato complementa a renda, mas ainda é informal para a maioria. Notícia divulgada em 5 de julho de 2017. Disponível em: <<http://clubedeartesanato.com.br/noticias/pesquisa-inedita-revela-que-o-artesanato-complementa-a-renda-mas-ainda-e-informal-para-a-m>> Acesso em: 19 de outubro de 2017.

CNPq. Diretório de grupos de pesquisa Lattes/CNPq Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/web/dgp/home>> Acesso em: 28 de maio de 2016.

CRISTINA. Lei orgânica municipal (emendada). Disponível em: <https://www.cristina.mg.gov.br/legislacao/lei-organica>. Acesso em 25 de setembro de 2017.

DELFINO MORIRA. Lei orgânica de Delfim Moreira. Disponível em: <<http://www.delfimoreira.mg.gov.br/lei-organica-pdf/>> Acesso em: 06 de novembro de 2017.

_____. Atribuições da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer. Disponível em: <<http://www.delfimoreira.mg.gov.br/secretaria-de-turismo/>> Acesso em: 06 de novembro de 2017.

_____. Atribuições da Secretaria de Turismo. Disponível em: <<http://www.delfimoreira.mg.gov.br/secretaria-de-turismo/>> Acesso em: 06 de novembro de 2017.

FERREIRA, A. B. H. Miniaurélio Século XXI Escolar: O minidicionário da língua portuguesa / Aurélio Buarque de Holanda Ferreira; coordenação de edição, Margarida dos Anjos, Marina Baird Ferreira; lexicografia, Margarida dos Anjos... [et al]. 4. Ed. ver. Ampliada. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FIRJAN. Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil. 2016. Disponível em: <<http://www.firjan.com.br/EconomiaCriativa/pages/default.aspx>> Acesso em: 24 de outubro de 2017.

FISCHER, E. A Expressão Cultural como um Catalisador do Desenvolvimento Econômico: Uma Proposta Metodológica' 05/03/2014 undefined f. Mestrado em ENGENHARIA DE

PRODUÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: undefined.

FILHO, L. C. P. Fluxos Econômicos e Cadeias Setoriais. In: REIS, A. C. F; Marco, K. (Orgs). **Economia da cultura: ideias e vivências**. Rio de Janeiro : Publit, 2009. p.71-86. Disponível em: <<http://garimpodesolucoes.com.br/wp-content/uploads/2014/09/Economia-da-Cultura-Ideias-e-Viv%C3%AAsncias1.pdf>> Acesso em: 20 de junho de 2017.

FURTADO, C. O. **O mito do desenvolvimento econômico**. RJ, Paz e Terra, 1974.

FROEHLICH, J. M. A (RE) Construção de Identidades e Tradições: o rural como tema e cenário. In: **AntroPolítica – Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência Política**. Niterói, RJ, nº 14, pp. 117-132, 1º sem./2003.

HOFLING, E. M. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Cadernos Cedes**, ano XXI, nº 55, novembro/2001, p. 30-41. Disponível em: <<http://scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539> > Acesso em: 20 de maio de 2017.

IBGE. Cidades@. Estimativa da população 2018. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>> Acesso em: 22 de setembro de 2018.

_____. Cidades@. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php?lang=>> Acesso em: 20 de maio de 2016.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?edicao=17002&t=resultados> > Acesso em: 26 de outubro de 2017.

_____. Trabalho informal faz desemprego. Notícia divulgada em 31 de agosto de 2017. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/16155-trabalho-informal-faz-desemprego-cair.html>> Acesso em 26 de outubro de 2017.

IEPHA. ICMS Patrimônio Cultural. Disponível em: <<http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoes/icms-patrimonio-cultural>> Acesso em: 07 de novembro de 2017.

ITAJUBÁ. Decreto de Instituição do Conselho Municipal de Cultura. Lei 5669, de 13 de julho de 2015. Disponível em:<<http://diariooficial.itajuba.mg.gov.br/upload/Decreto%205669.pdf>> Acesso em: 09 de maio de 2017.

_____. Lei Orgânica do Município de Itajubá, atualizada em 22 de dezembro de 2016. Disponível em: <<http://consulta.siscam.com.br/camaraitajuba/Documentos/Documento/31595>> Acesso em: 09 de maio de 2017.

_____. Plano Municipal de Cultura de Itajubá. Lei 3134, de 07 de dezembro de 2015. Disponível em: <<http://consulta.siscam.com.br/camaraitajuba/arquivo?id=17311>> Acesso em: 09 de maio de 2017.

_____. Sistema Municipal de Cultura de Itajubá. Lei 30006/2013, de 04 de setembro de 2013. Disponível em: <<http://consulta.siscam.com.br/camaraitajuba/arquivo?Id=23075>> Acesso em: 09 de maio de 2017.

LATOURE, B.. **Reagregando o Social**: uma introdução à Teoria do Ator-Rede. Salvador; Bauru: Edufba; Edusc, 2012.

LEÃO, L. H. C. VASCONSELLOS, L. C. F. Cadeias produtivas e a vigilância em saúde, trabalho e ambiente. **Revista Saúde Soc.** São Paulo, v.24, n.4, p.1232-1243, 2015.

MARMELÓPOLIS. Lei municipal nº 907/2017, de 20 de abril de 2017. Disponível em: <http://www.marmelopolis.mg.gov.br/legislacao>. Acesso em: 01 de maio de 2016.

MARIA DA FÉ. Atribuições da Secretaria de Cultura e Turismo do Município de Maria da Fé. Disponível em: <<http://www.prefeiturademariadafe.com/cultura-e-turismo>> Acesso em: 25 de setembro de 2017.

MARINHO, A. L. S. Pontos de Cultura em Olinda-PE: Territórios de saberes e tessituras para o turismo de base comunitária. 19/02/2013. 194 f. Doutorado em GEOGRAFIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, Recife Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFPE.

MATOS, I. S. **Terceiro Setor e Gênero**: Trajetórias e perspectivas. São Paulo. Cultura Acadêmica. Instituto Presbiteriano Mackenzie, 2005.

MEIRELLES, M.; AYDOS, V. **Cultura, Etnocentrismo e Relativismo Cultural**. 1.ed. Porto Alegre: CirKula, 2017.

MinC. Portal do Sistema Nacional de Cultura. Relatórios de Adesão ao SNC. Disponível em: < <http://www.cultura.gov.br/snc/situacao-dos-estados-e-municipios>> Acesso em: 10 de outubro de 2017.

MinC. A economia da cultura e o desenvolvimento do Brasil. Disponível em: http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xIR9iTn/content/id/1277347. Acesso em: 10 de outubro de 2017.

MIRANDA, Gustavo. **A cidade e a feira no tempo**: a relação feira-cidade e os diferentes modos de ocupação do território pela feira de Caruaru. In: Encontro Da Associação Nacional de Pós-Graduação E Pesquisa Em Planejamento Urbano E Regional, XIII, 2009, Florianópolis. Anais... Florianópolis: [s.n], 2009. 17 p.

PEREIRA, C. M. Teoria Ator-Rede, Design de Ambientes e Feira de Artesanato: Ambientes da Feira de Artesanato da Associação Artes da Terra dm Itajubá/MG. Acesso em 02 de julho de 2018. Disponível em: <https://repositorio.unifei.edu.br/xmlui/handle/123456789/781?locale->

attribute=pt_BR. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade. Repositório UNIFEI, 2017.

CMI (Câmara Municipal de Itajubá). Associação Artes da Terraé declarada de utilidade pública municipal. 30/08/2016. Acesso em: 02 de julho de 2018. Disponível em: <http://www.itajuba.cam.mg.gov.br/camara/noticias/18635/associacao-artes-da-terra-e-declarada-de-utilidade-publica-municipal>

PIMENTA, C. A. M. Apontamentos sobre políticas culturais no Brasil: proposições iniciais no campo da diversidade cultural. In: LOPES, J. R; STEIL, C. A; LEISTNER, R. M (Orgs). **Políticas Culturais e Ambientais no Brasil:** da normatividade às agências coletivas. 1. ed. Porto Alegre: Cirkula, 2016. p.51-67. Disponível em: <http://cirkula.com.br/loja/index.php?route=product/product&product_id=489> Acesso em: 18 de abril de 2017.

PIMENTA, C. A. M. **Tendências do desenvolvimento:** elementos para reflexão sobre as dimensões sociais na contemporaneidade. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. v. 10, n. 3. 2014.

PIMENTA, C. A. M; MELLO, A. S. Para falarmos de cultura. In: PIMENTA, C. A. M; MELLO, A. S (Org). **Encruzilhadas da Cultura.** Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade. Taubaté - SP: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2013. p. 9–24.

PIRANGUÇU. Responsabilidades da Secretaria de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo. Disponível em: <<http://www.pirangucu.mg.gov.br/a-prefeitura/>> Acesso em: 07 de novembro de 2017.

PIRANGUÇU. Grupo Trabalhando a Terra - Artesanatos de Piranguçu. Notícia publicada em 27 de agosto de 2007. Disponível em: <http://www.pirangussu.com.br/home.php?pagina=noticias.php&id_not=176> Acesso em: 07 de novembro de 2017.

REIS, A. C. F. Economia da Cultura e Desenvolvimento: Estratégias nacionais e panorama global. In: REIS, A. C. F.; MARCO, K. (Orgs) **Economia da Cultura:** ideias e vivências. Rio de Janeiro : Publit, 2009. 252 p.

SACHS, I. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

_____. **Desenvolvimento:** Incluyente, Sustentável, Sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SARAIVA, L. A. S. Mercantilização da Cultura e Dinâmica Simbólica Local: A Indústria Cultural em Itabira, Minas Gerais' 01/12/2009 333 f. Doutorado em ADMINISTRAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE Biblioteca Depositária: Faculdade de Ciências Econômicas

SARTOR, C. D. As políticas públicas culturais e a perspectiva da transformação: a experiência coletiva nos Pontos de Cultura. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio. Abril de 2011.

SCIELO. Disponível em: <<http://www.scielo.org/php/index.php>> Acesso em: 28 de maio de 2016.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo, editora Companhia das Letras. 2000.

SHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Revista Sociologias**. Porto Alegre, ano 6, nº 11, jan/jun 2004, p. 88-125. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n11/n11a06>> Acesso em: 29 de outubro de 2017.

SINGER, P. **Introdução a Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SERRA, N; FERNANDES, R. S. Economia Criativa: Da discussão do conceito à formulação de políticas públicas. **Revista de Administração e Inovação**, São Paulo, v. 11, n.4, p.355-372, out./dez. 2014. Disponível em: https://ac.els-cdn.com/S1809203916302091/1-s2.0-S1809203916302091-main.pdf?_tid=6581748f-ca41-4449-a46e-28bca4b0cbc9&acdnat=1537740044_40a6d52819410adbea30b59a9bff4b83. Acesso em: 10 de setembro de 2018.

SOUZA, F. R. Por Trás das Cortinas: Desenvolvimento Territorial e as Políticas Culturais para o Artesanato' 20/05/2016 164 f. Mestrado em DESENVOLVIMENTO REGIONAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA, Campina Grande Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA CENTRAL DA UEPB.

TORAINE, A. El sujeto. Um nuevo paradigma para comprender el mundo de hoy. Buenos Aires: Paidós, 2006.

VARANDA, A. P. M; BOCAYUVA, P. C. C. **Tecnologia Social, Autogestão e Economia Solidária**. Rio de Janeiro: FAZ, Ippur, Lastro, UFRJ, 2009. 152 p.

VIEGAS, G. C. F. S; SARAIVA, L. A. S. Discurso, Práticas Organizativas e Pichação em Belo Horizonte. **Ram, Rev. Adm. Mackenzie**. 16(5), 68-94. São Paulo, SP. Set./Out. 2015.

WEFFORT, F. **Qual Democracia?** São Paulo, Cia das Letras. 1992.

APÊNDICE A – Formulário de pesquisa: coleta de dados do município estudado

DADOS GERAIS DO MUNICÍPIO ESTUDADO

NOME DO MUNICÍPIO:	
NOME DO PESQUISADOR:	DATA:
DADOS DEMOGRÁFICOS E GEOGRÁFICOS	POPULAÇÃO (2010): POPULAÇÃO ESTIMADA (2016): ÁREA: ALTITUDE: LATITUDE: LONGITUDE: DENSIDADE DEMOGRÁFICA: IDHM: PIB PER CAPITA A PREÇOS CORRENTES: PESSOAL OCUPADO TOTAL: POPULAÇÃO RESIDENTE ALFABETIZADA: POPULAÇÃO RESIDENTE QUE FREQUENTAVA CRECHE OU ESCOLA: PESSOAS ECONOMICAMENTE ATIVAS: PESSOAL OCUPADO TOTAL: PESSOAL OCUPADO COM CARTEIRA ASSINADA: PESSOAL OCUPADO SEM CARTEIRA ASSINADA: DESEMPREGADOS: PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS:
	RODOVIAS QUE SERVEM AO MUNICÍPIO (PRÓXIMAS):
	RIOS E BACIA HIDROGRÁFICA:
	FERROVIA:
	AEROPORTO:

HISTÓRIA	<p>ANIVERSÁRIO DA CIDADE:</p> <p>PADROEIRO:</p> <p>HISTÓRIA DE FUNDAÇÃO DA CIDADE (INDICAR FONTE):</p> <p>OUTROS DADOS HISTÓRICOS RELEVANTES (INDICAR FONTE):</p> <p>ELEMENTOS DE CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE LOCAL (INDICAR FONTE):</p>
-----------------	--

POLÍTICAS CULTURAIS(PÚBLICAS E PRIVADAS)	<p>ÓRGÃOS LIGADOS À CULTURA, TURISMO, EDUCAÇÃO (E OUTRAS ÁREAS QUE GERALMENTE SÃO LIGADAS À CULTURA/ INDICAR FONTE):</p> <p>SECRETARIAS (INDICAR FONTE):</p> <p>LEIS DO MUNICÍPIO LIGADAS À CULTURA (INDICAR FONTE):</p> <p>PROJETOS LIGADOS A CULTURA (INDICAR FONTE):</p>
---	---

CULTURA IMATERIAL	<p>LISTAR CULTURA IMATERIAL DO MUNICÍPIO</p> <p>SABERES E FAZERES (INDICAR FONTE):</p> <p>MANIFESTAÇÕES POPULARES (INDICAR FONTE):</p> <p>ELEMENTOS QUE CARACTERIZAM A IDENTIDADE LOCAL (INDICAR FONTE):</p> <p>ELEMENTOS DA MEMORIA LOCAL (INDICAR FONTE):</p>
--------------------------	---

DOCUMENTAÇÃO ESCRITA SOBRE A ORGANIZAÇÃO (REGIMENTOS, ESTATUTOS, ETC)

DOCUMENTAÇÃO ESCRITA

LOCAIS QUE PODEM SER ENCONTRADOS:

SITES:

RESPONSÁVEL E CONTATO:

IMAGENS

INDICAR LOCAIS/ FONTE QUE PODEM SER ENCONTRADAS:

FILMES

INDICAR LOCAIS/ FONTE QUE PODEM SER ENCONTRADOS:

DOCUMENTAÇÃO ESCRITA SOBRE A ORGANIZAÇÃO (REGIMENTOS, ESTATUTOS, ETC)

**ORALIDADE (PESSOAS QUE POSSAM CONTAR A HISTÓRIA)
NOME, CONTATO E LOCAIS QUE PODEM SER ENCONTRADOS:**

APÊNDICE B – Formulário de pesquisa: caracterização da produção cultural

CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO CULTURAL

MANIFESTAÇÃO POPULAR

ATIVIDADE TURÍSTICA

ARTEFATO

NOME DO MUNICÍPIO:	
1. NOME DO ENTREVISTADO:	
2. TEL. / CEL:	3. FAX:
4. LOCAL E ENDEREÇO (COMPLETO):	
5. E-MAIL:	<input type="checkbox"/> NÃO
6. POSSUI HOMEPAGE:	<input type="checkbox"/> NÃO
7. MODALIDADE DE ATIVIDADE QUE REPRESENTA (Produção de artesanato/artefato e de que tipo?; Catira; Folia de Reis; Congada; Bumba-meu-boi; Contadores de histórias; Festas religiosas; outras):	

FIGURA JURÍDICA:	
8. O ENTREVISTADO FAZ PARTE DE ALGUMA FIGURA JURÍDICA? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Formal: <input type="checkbox"/> Associação <input type="checkbox"/> Cooperativa <input type="checkbox"/> Individual <input type="checkbox"/> ONG <input type="checkbox"/> Informal: <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Em processo de formalização	
9. RAZÃO SOCIAL:	10. CNPJ:
11. NOME FANTASIA:	
12. A INSTITUIÇÃO POSSUI MARCA/ LOGO REGISTRADA? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
13. HÁ REPRESENTANTES? PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE? (Qual o nome, contato ou local onde pode ser encontrado?)	

SOBRE O ENTREVISTADO E A ATIVIDADE QUE REALIZA:

14. HÁ QUANTO TEMPO O ENTREVISTADO REALIZA ESSA ATIVIDADE?

15. COMO SURTIU O INTERESSE PELA ATIVIDADE? O QUE MOTIVOU? (Em qual momento? Em quais circunstâncias?)

16. COMO O ENTREVISTADO APRENDEU A ATIVIDADE/ OFÍCIO? (Com quem? Quando? De que forma? Em que momento?)

17. QUAL O SIGNIFICADO/ IMPORTÂNCIA DO ARTESANATO NA SUA VIDA? (Ex.: Costuma trocar experiências, faz amizades, etc).

18. QUANTAS HORAS DEDICA AO ARTESANATO DIARIAMENTE?

19. O ENTREVISTADO REALIZA OUTRAS ATIVIDADES OU JORNADAS DE TRABALHO ALÉM DO ARTESANATO? COMO TRABALHO DOMÉSTICO?

Sim Não

20. SE SIM, COMO É O SEU PLANEJAMENTO DE ATIVIDADES/ JORNADAS (como atividade doméstica) DURANTE O DIA? COMO SE ORGANIZA DIARIAMENTE PARA CONCILIAR TODAS AS ATIVIDADES? (o entrevistado estipula quanto tempo fará cada atividade?)

21. A ATIVIDADE É GERADORA DE RENDA? HÁ QUANTO TEMPO? (desde que começou a fazer artesanato?)

22. A RENDA OBTIDA PELA ATIVIDADE É COMPLEMENTAR OU ÚNICA FONTE DE SOBREVIVENCIA?

**SOBRE O GRUPO (FORMAL OU INFORMAL)/ MANIFESTAÇÃO POPULAR
QUE O ENTREVISTADO PARTICIPA:**

23. COMO ENTROU NO GRUPO/MANIFESTAÇÃO? COMO CONHECEU? (Por meio de quem?)

24. HÁ QUANTO TEMPO PARTICIPA DO GRUPO/ MANIFESTAÇÃO? (Desde o início da formação do grupo?)

25. QUAL O SIGNIFICADO DE FAZER PARTE DO GRUPO/ MANIFESTAÇÃO PARA VOCÊ? (Ex.: costuma trocar experiências, faz amizades?)

26. PODERIA CONTAR SOBRE O QUE VOCÊ CONHECE SOBRE A FORMAÇÃO DO GRUPO/ MANIFESTAÇÃO? (Como se deu a formação do grupo? Como o grupo começou? Em qual momento? Em quais circunstâncias? Quais as razões?)

**27. COMO O GRUPO SE ORGANIZA EM TERMOS DE DECISÕES E AÇÕES?
TODOS OS INTEGRANTES DO GRUPO PARTICIPAM?**

**28. A ATIVIDADE É GERADORA DE RENDA PARA TODOS OS ENVOLVIDOS
NO GRUPO? É A ÚNICA FONTE DE SOBREVIVÊNCIA DOS INTEGRANTES?**

29. QUANTAS PESSOAS FAZEM PARTE DESSA ATIVIDADE?

Direta (nº pessoas):

Indireta:

Outro envolvimento:

**30. EM QUE LOCAL O GRUPO/ MANIFESTAÇÃO SE REUNE/ OCORRE
(Espaço público/privado)?**

31. POR QUE ESSE LOCAL?

32. COMO DIVULGA A MANIFESTAÇÃO? Internet Folhetos
 Propaganda Rádio Prop. TV Prop. jornal ou
revistas Mídia espontânea **Outros:**

RECONHECIMENTO PELO PODER PÚBLICO:

33. A ATIVIDADE/ MANIFESTAÇÃO/ GRUPO É RECONHECIDO PELO PODER PÚBLICO (Prefeitura, Estado ou União)? () Sim () Não

34. DE QUE FORMA É RECONHECIDA (Portaria, resolução, decreto. Lei, outros)?

35. HÁ UM INTERESSE E APOIO DA PREFEITURA PARA COM A MANIFESTAÇÃO/ ATIVIDADE CULTURAL? A PREFEITURA JÁ PROCUROU O GRUPO?

36. O GRUPO JÁ TENTOU ENTRAR EM CONTATO COM A PREFEITURA PARA CONSEGUIR APOIO? COMO FOI?

37. O GRUPO TEM CONHECIMENTO DE QUE A PREFEITURA (Itajubá, Maria da Fé, Marmelópolis, Piranguçu, Delfim Moreira, Cristina e Paraisópolis) ASSINOU O ACORDO COM O SISTEMA NACIONAL DE CULTURA E SE COMPROMETEU A FOMENTAR A ECONOMIA DA CULTURA NO MUNICÍPIO E QUE, POR ISSO, O ARTESANATO E A GASTRONOMIA SÃO UM DOS SEGUIMENTOS QUE DEVEM SER ABRANGIDOS PELAS AÇÕES DO PODER PÚBLICO?

38. A COOPERATIVA/ASSOCIAÇÃO ESTÁ INCUBADA OU TEM A INTENÇÃO? O QUE TEM SIDO/ SERÀ BUSCADO DURANTE O PROCESSO DE INCUBAÇÃO?

39. CASO JÀ SEJA INCUBADA, QUAIS OS RESULTADOS JÁ ALCANÇADOS?

40. INDICAÇÃO DE OUTRAS PESSOAS QUE REALIZAM ESSE MESMA ATIVIDADE OU OUTRAS ATIVIDADES CULTURAIS (Se possível pegar nome, local onde pode ser encontrado, contato, etc).

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

ANOTAÇÕES DE CAMPO (OBSERVAÇÕES):